

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
Instituto de Geociências e Ciências Exatas
Campus de Rio Claro

**REPENSANDO A PERIFERIA NO PERÍODO POPULAR DA
HISTÓRIA: O USO DO TERRITÓRIO PELO MOVIMENTO
HIP HOP**

Denise Prates Xavier

Orientador: Profa. Dra. Samira Peduti Kahil

Dissertação de Mestrado elaborada junto
ao Programa de Pós-Graduação em
Geografia - Área de Concentração em
Organização do Espaço, para obtenção do
Título de Mestre em Geografia.

Rio Claro (SP)
2005

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
Instituto de Geociências e Ciências Exatas
Campus de Rio Claro

**REPENSANDO A PERIFERIA NO PERÍODO POPULAR DA
HISTÓRIA: O USO DO TERRITÓRIO PELO MOVIMENTO
HIP HOP**

Denise Prates Xavier

Orientador: Profa. Dra. Samira Peduti Kahil

Dissertação de Mestrado elaborada junto
ao Programa de Pós-Graduação em
Geografia - Área de Concentração em
Organização do Espaço, para obtenção do
Título de Mestre em Geografia.

Rio Claro (SP)
2005

910h.3 Xavier, Denise Prates

X3r Repensando a periferia no período popular da história: o
uso do território pelo movimento Hip Hop / Denise Prates
Xavier. – Rio Claro : [s.n.], 2005
114 f. : il., figs., gráfs., tabs., fots., mapas

Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual Paulista,
Instituto de Geociências e Ciências Exatas
Orientador: Samira Peduti Kahil

1. Geografia urbana. 2. Espaço geográfico. 3. Horizontalidades. 4. Cultura popular. 5. Globalização. I. Título.

Ficha Catalográfica elaborada pela STATI – Biblioteca da UNESP
Campus de Rio Claro/SP

COMISSÃO EXAMINADORA

Profa. Dra. Samira Peduti Kahil (orientadora) - Unesp

Profa. Dra. Bernadete C. C. de Oliveira - Unesp

Profa. Dra. Amélia L. Damiani - USP

Denise Prates Xavier

- aluno(a) –

Rio Claro, 29 de Agosto de 2005.

Resultado: Aprovado

Dedico este trabalho a você
Leandro, a mais pura alma que
já conheci, uma pessoa que
me ensina muita coisa, e que
sempre estará presente por
onde eu for...

A G R A D E C I M E N T O S

Eis uma tarefa difícil de ser realizada: agradecer a todos aqueles que tornaram esse caminho mais doce e gratificante.

Em primeiro lugar quero agradecer ao Leandro, por compartilhar de todas as minhas dificuldades e angústias e pelas nossas longas conversas sobre o Hip Hop. Obrigada por cada ensinamento seu. Pra você Leandro o mais doce dos beijos de uma namorada teimosa e muito agradecida por você ter ensinado que a vida deve ser vivida intensamente e que a prática não pode estar dissociada da teoria.

Obrigada mãe por ter depositado em mim a sua confiança. Valeu Renato e Fernando pelos momentos de diversão quando a mente já cansada pedia descanso.

Aos meus amigos, uns que caminharam comigo desde a graduação e outros que tive a oportunidade de conviver durante o mestrado –Evelyn, Márcia, Juliana, – obrigada pela amizade e pelos momentos de alegria ao longo desses anos de convivência.

O meu muito obrigado ao Grupo Pet-Geografia representado aqui na pessoa da Profa. Dra. Bernadete Oliveira, por socializarem os objetos técnicos, pelo estímulo, aprendizado e amizade.

Agradeço ao Kamarão (Luis Fernando), representante da Zulu Nation em Rio Claro, por sempre estar disposto a me ajudar no estudo do Hip Hop, por ter acreditado no meu trabalho e pelas nossas discussões sobre os rumos do Hip Hop. Estendo esse agradecimento a Patrícia também da Zulu Nation de São Paulo pela força dada a este estudo.

Um grande beijo a amiga Daniela Capparol pela convivência todos esses anos compartilhando das minhas dúvidas, dificuldades, tristezas e alegrias. A minha sempre amiga Amanda, o meu muito obrigado por me acolher em Rio Claro todas as vezes que precisei.

Pedro, Francisco e Mirlei, meus amigos do coração, obrigado por estarem junto comigo nesta caminhada, me encorajando sempre.

Agradeço as professoras Bernadete C. Castro de Oliveira e Adriana Bernardes pela contribuição, confiança e estímulo desprendida no exame de qualificação. E o meu muito obrigada a Profa. Dra. Amélia Damiani pela contribuição dada na defesa da dissertação.

Agradeço ao CNPQ – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - pela bolsa de estudo concedida, sem a qual tornaria-se inviável a execução do trabalho.

Gostaria de expressar meu imenso carinho e gratidão à professora Samira Peduti Kahil, que com rigor e amizade muito tem me ensinado sobre a geografia. Muito obrigado pela paciência em corrigir os meus escritos, pela prontidão em me ajudar nos momentos de dificuldades, por todas as “broncas” que fizeram com que eu melhorasse e pelos estímulos dados na hora certa. Levo comigo a certeza de ter tido a melhor orientadora para esse trabalho, pois me ensinaste a verdadeira vocação de um trabalho científico, que é servir a toda sociedade...

Por fim, agradeço a todos aqueles meninos e meninas que fazem do Hip Hop um movimento subversivo...

S U M Á R I O

Índice	IX
Índice de mapas, quadros, figuras, fotos e tabelas	XI
Resumo	XII
Abstract	XII
Introdução	1
Capítulo 1: Usos desiguais do território: a relação centro-periferia	9
1.1. – O território brasileiro e as novas lógicas centro-periferia	9
1.2. – Usos desiguais na cidade de São Paulo: espaços centrais e espaços periféricos	13
1.3 – A(s) Centralidade(s) de São Paulo	18
1.4 – Os espaços luminosos na cidade de São Paulo	26
Capítulo 2: Periferia: ações horizontais na cidade de São Paulo – novos usos do espaço e do tempo	34
2.1. – A reprodução das desigualdades e as possibilidades de mudanças no período atual	34
2.2. – Os espaços periféricos na cidade corporativa	39
2.3 – A distribuição dos equipamentos culturais na cidade de São Paulo	48
2.4 – Ações horizontais no lugar: novos sentidos a periferia	49
2.5 – O cotidiano como uma dimensão do espaço geográfico	56
2.6 – A periferia e a cultura popular	58
2.7 – As táticas territoriais estabelecidas pela periferia: o Movimento Hip Hop	61
2.8 – Contextualizando a origem do Movimento Hip Hop	65
2.9 – Entendendo os elementos do Hip Hop	67

<i>Break</i>	67
Grafite	69
O MC, o DJ e o RAP	72
2.10 – O movimento Hip Hop em território Brasileiro	75
2.11 – O Hip Hop na década de 90	77
2.12 – Organização, articulação e as ações do Movimento Hip Hop	82
2.13 – O uso do espaço público	84
Considerações Finais	86
Anexos	88
Mapa 1 – Município de São Paulo – Zonas e Distritos Municipais	88
Tabela 1 – Equipamentos culturais, por tipo, segundo subprefeituras e distritos	89
Quadro 1 – Classificação dos Edifícios Inteligentes	93
Figura 1 – Área da Avenida Engenheiro Luís Carlos Berrini na cidade de São Paulo	94
Figura 2 – Região do Itaim Paulista na cidade de São Paulo	95
Figura 3 – Área central de São Paulo	96
Tabela 2 – Ranking da Exclusão Social na cidade de São Paulo	97
Tabela 4 – População de 15 a 19 anos, segundo os distritos do município de São Paulo – 2000	98
Tabela 5 – População total, por grupo de idade, segundo subprefeituras e distritos do município de São Paulo – 2004	100
Referências Bibliográficas	104
Bibliografia Geral	110

ÍNDICE

Introdução	1
Capítulo 1: Usos desiguais do território: a relação centro-periferia	9
1.1. – O território brasileiro e as novas lógicas centro-periferia	9
1.2. – Usos desiguais na cidade de São Paulo: espaços centrais e espaços periféricos	13
1.3 – A(s) Centralidade(s) de São Paulo	18
1.4 – Os espaços luminosos na cidade de São Paulo	26
Capítulo 2: Periferia: ações horizontais na cidade de São Paulo – novos usos do espaço e do tempo	34
2.1. – A reprodução das desigualdades e as possibilidades de mudanças no período atual	34
2.2. – Os espaços periféricos na cidade corporativa	39
2.3 – A distribuição dos equipamentos culturais na cidade de São Paulo	48
2.4 – Ações horizontais no lugar: novos sentidos a periferia	49
2.5 – O cotidiano como uma dimensão do espaço geográfico	56
2.6 – A periferia e a cultura popular	58
2.7 – As táticas territoriais estabelecidas pela periferia: o Movimento Hip Hop	61
2.8 – Contextualizando a origem do Movimento Hip Hop	65
2.9 – Entendendo os elementos do Hip Hop	67
<i>Break</i>	67
Grafite	69
O MC, o DJ e o RAP	72
2.10 – O movimento Hip Hop em território Brasileiro	75

2.11 – O Hip Hop na década de 90	77
2.12 – Organização, articulação e as ações do Movimento Hip Hop	82
2. 13 – O uso do espaço público	84
Considerações Finais	86
Anexos	88
Mapa 1 – Município de São Paulo – Zonas e Distritos Municipais	88
Tabela 1 – Equipamentos culturais, por tipo, segundo subprefeituras e distritos	89
Quadro 1 – Classificação dos Edifícios Inteligentes	93
Figura 1 – Área da Avenida Engenheiro Luís Carlos Berrini na cidade de São Paulo	94
Figura 2 – Região do Itaim Paulista na cidade de São Paulo	95
Figura 3 – Área central de São Paulo	96
Tabela 2 – Ranking da Exclusão Social na cidade de São Paulo	97
Tabela 4 – População de 15 a 19 anos, segundo os distritos do município de São Paulo	
– 2000	98
Tabela 5 – População total, por grupo de idade, segundo subprefeituras e distritos do município de São Paulo – 2004	100
Referências Bibliográficas	104
Bibliografia Geral	110

ÍNDICE DE MAPAS, QUADROS, FIGURAS, FOTOS E TABELAS

Mapa 1 – Município de São Paulo – Zonas e Distritos Municipais	88
Quadro 1 – Classificação dos Edifícios Inteligentes	93
Figura 1 – Área da Avenida Engenheiro Luís Carlos Berrini na cidade de São Paulo	94
Figura 2 – Região do Itaim Paulista na cidade de São Paulo	95
Figura 3 – Área central de São Paulo	96
Foto 1- Avenida Paulista/SP	15
Foto 2 – Capão Redondo/SP	15
Foto 3 – Jardim Ângela/SP	45
Foto 4 - Um B. boy se exhibe na evolução do Break	68
Foto 5 – Grafites que expressam críticas sociais	69
Foto 6 – Grafites no túnel de acesso à av. Paulista	70
Foto 7 – Grafite na fachada do Banco de Boston na av. Paulista/SP	71
Tabela 1 – Equipamentos culturais, por tipo, segundo subprefeituras e distritos	89
Tabela 2 – Ranking da Exclusão Social na cidade de São Paulo	97
Tabela 3 – Município de São Paulo: Favelas, Domicílios e Moradores – 1993 e 1996	46
Tabela 4 – População de 15 a 19 anos, segundo os distritos do município de São Paulo – 2000	98
Tabela 5 – População total, por grupo de idade, segundo subprefeituras e distritos do município de São Paulo – 2004	100

RESUMO

O período histórico atual é caracterizado por uma valorização desigual dos homens e dos lugares, havendo assim, uma recriação continuada de espaços centrais e espaços periféricos diante da nova ordem global. No território brasileiro isso não se dá de forma diferente. Encontramos aqui, tanto os espaços de uso privilegiado – aqueles espaços densos em técnica, ciência e informação; o lugar da realização das ações hegemônicas, como também encontramos aqueles lugares em que o uso é mais determinado pelas relações de proximidade, solidariedade, lentidão – cuja razão é outra que não aquela racionalidade instrumental que rege a ordem global. Um exemplo de outras possibilidades de uso do território pode ser apreendido através do uso que os pobres fazem do espaço urbano, em especial dos espaços periféricos. O conceito de periferia para a Geografia pode ser apreendido através do Movimento Hip Hop, que se constitui em um conjunto de ações, razões e usos alternativos do território. Expressão do discurso dos pobres, da maneira de verem o mundo e de usarem o território, o movimento Hip Hop é tomado para este estudo como manifestação dos novos sentidos da periferia na cidade de São Paulo.

Palavras-chave: Globalização, periferia, Movimento Hip Hop, São Paulo.

ABSTRACT

The current historic period is described by its unequal valorization of the men and the places, then there is a continued recreation of spaces that practice the centralization and peripheric spaces front of the global order. In the national territory this situation is not different. We find here, the spaces of privileged use, the dense spaces of technique, science and information; the place of the achievement of the hegemonic actions, we also find those places where the use is more determined by the relations of proximity, solidarity, slowness— the reason is the instrumental rationality that govern the global order. An example of other possibilities of use of the territory can be learned through the use that poor people do of the urban space, in special the peripheric spaces. The concept of the suburbs for Geography can be learned through the Hip Hop movement, that is based in a group of actions, reasons and alternative use of the territory. Expression of the speech of poor people, their manner to see the world and use the territory, the Hip Hop movement is used in this study as the demonstration of new sense of São Paulo's suburb.

Key- words: Globalization, suburbs, Hip Hop Movement, São Paulo city

INTRODUÇÃO

Espaço e tempo são dimensões da vida humana, não são meros reflexos da sociedade, são a própria sociedade. Estas dimensões estão sofrendo transformações muito decorrentes da adoção de um novo paradigma tecnológico, em que espaço e tempo não apenas adquirem novos conteúdos e sentidos, mas também se instituem como condição necessária para que as transformações se concretizem com mais eficácia.

A globalização é compreendida, neste trabalho, como um período que se define pelas novas possibilidades de uso do espaço e do tempo. Tomamos este período, dito globalização, enquanto instrumento analítico, isto é, um corpo teórico construído para explicar a complexidade que caracteriza o mundo contemporâneo. Assim é que pudemos compreender o espaço geográfico hoje, testemunhando este período em que a ciência, a técnica e a informação em suas diferentes relações permeiam todos os aspectos da vida social, revelando-nos um novo arranjo espacial.

O período histórico atual é por nós, aqui entendido como o estágio “supremo da internacionalização” da economia, sendo que os fatores que permitem explicar esse processo, segundo SANTOS (2000, p. 24) são: *a unicidade das técnicas*, em que as técnicas da informação servem de elo entre as diversas técnicas constituindo um novo sistema técnico de presença planetária que asseguram a simultaneidade das ações e *a convergência dos momentos*, criando interdependência e solidariedade do acontecer nos mais diferentes e distantes lugares. Há uma confluência dos momentos como resposta àquilo que se chama de tempo real, mas não são todos os homens os atores efetivos desse tempo; *a cognoscibilidade do planeta*, que possibilitada pelo desenvolvimento técnico, nos permitem ter o conhecimento de áreas antes desconhecidas e um conhecimento aprofundado tanto do mundo como um todo, quanto das particularidades dos lugares; e *a unicidade do motor*, dada à possibilidade de apropriação da mais-valia em nível mundial.

Nosso intuito aqui não é inventariar os novos fatores, elementos ou variáveis que possibilitam nos referirmos ao novo período, nem nos deter na apreciação de seus aspectos mais dominantes, mas sim questionarmos as ações e o uso político que se faz das novas bases materiais que compõem o espaço geográfico, hoje, uma vez que não é toda a sociedade que tem acesso, que usa o território assim instrumentalizado para servir restritamente à algumas empresas, algumas instituições ou alguns agentes sociais. É assim que o uso político que se faz dos objetos geográficos hoje, resulta na globalização perversa que presenciamos – um período em que as tensões e lutas se acirram através de manifestações de aguçada violência ou ainda e melhor, através da manifestação de ampliada sociabilidade.

Buscamos em nossas pesquisas então, os limites desse processo perverso que hora se instaura no mundo todo, assim como privilegiamos reconhecer no processo os sinais indicativos de que outras ações, outros movimentos paralelamente se organizam, nos levando a pensar, ainda mais uma vez com Milton Santos, que uma outra globalização seja possível e que desponta já prometendo um outro mundo, um mundo mais solidário, um novo tempo - o período popular da história.

A globalização como processo histórico que é, não é irreversível, unívoco e inexorável. Daí, nosso otimismo quanto à possibilidade de pensarmos um outro mundo em que as ações sejam mais inclusivas; um outro tempo fundado em outros valores, outros meios, outras finalidades. Esse outro mundo, outro período já se anuncia como um projeto em que “as pessoas constituiriam a principal preocupação, um verdadeiro período popular da história, já entremostrado pelas fragmentações e particularizações sensíveis em toda a parte devidas à cultura e ao território” (SANTOS, 2000, p. 119).

A competitividade que hoje se mostra como requisito para que as instituições, empresas e agentes hegemônicos participem dos privilégios do período, pode dar lugar à solidariedade, à cooperação, à participação, à comunicação. Sob essa outra base, através

desses meios mais solidários é que as relações entre os homens e destes com a natureza, que se pode ser otimista e pensarmos em uma nova ordem social, uma ordem mais justa e digna de existirmos no mundo.

Não seria, como pensam alguns, questão de negar o desenvolvimento técnico científico-informacional, mas sim buscar potencializá-los para outros usos, outros valores ou ações que evitem a exclusão, ou seja, para que possam servir a outros propósitos, outros fundamentos políticos e sociais.

Acreditamos que as condições históricas neste momento atual apontam para essa possibilidade. Buscamos nesse trabalho demonstrar que as condições de transformação se dão tanto no plano teórico como no plano empírico.

No plano teórico é possível a construção de um novo discurso, mais colado à empiria. “Esse novo discurso ganha relevância pelo fato de que, pela primeira vez na história do homem, se pode constatar a existência de uma universalidade empírica” (SANTOS, 2000, p. 21).

Buscamos mostrar em nossa dissertação, o que nossa pesquisa empírica nos aponta, isto é, a evidente manifestação de uma cultura popular, o movimento Hip Hop. Esse movimento, representativo de um conjunto de ações populares que, usando os mesmos meios técnicos, instalados por um movimento produzido industrialmente e destinados ao consumo cultural de massa, permite a manifestação de insatisfação, de resistência e afinal, é expressão fenomênica da possibilidade de “revanche do território”. Isso se torna possível graças à concentração de pessoas e de objetos em determinados lugares, isto é um meio, cuja densidade, de ações passadas e presentes, é bastante representativa do período atual, assim como é também representativo do período atual, a sócio diversidade que esse meio apresenta.

O sistema ideológico que sustenta e fundamenta o conjunto das ações hegemônicas da economia, da política e da cultura encontra nesses movimentos sociais, o seu limite: a vida cotidiana revela a impossibilidade da maioria das pessoas de usufruir as vantagens do chamado tempo real; a promessa de que as técnicas contemporâneas pudessem melhorar a existência de todos é uma falácia, o que vemos hoje é uma criação acelerada de escassez, o que atinge a classe média e cria ainda mais pobres. (SANTOS, 2000, p. 117-8).

O conjunto das pessoas atingidas por esse processo de exclusão pode relacionar as suas carências e vicissitudes ao conjunto das modernizações e novidades que as atinge e com isso questionar a situação de cada um na sociedade urbana. A possibilidade de conhecimento e tomada de consciência torna-se possível ali mesmo no lugar onde a escassez é sensível. Esse desvendamento ideológico é mais claro entre os pobres e países pobres, cada vez mais numerosos e carentes. Daí surge o repúdio a ações políticas que fundamentam e compactuam com o processo socioeconômico vigente.

O próprio espaço geográfico constitui um dos limites à globalização e à racionalidade dominante. No espaço banal, espaço de todos os homens e trabalhos, ações e racionalidades, é possível a manifestação da criatividade, da espontaneidade, da solidariedade orgânica, das contra-racionalidades que escapam ao domínio da racionalidade instrumental¹.

No espaço banal podemos observar que uma boa parcela da população não obedece às leis, às normas, às regras; não obedecem aos mandos e comando das ações que instrumentalmente regem os princípios da economia e do Estado. São aquelas ações desobedientes que serão aqui tratadas como ações subversivas, isto é, subvertem a ordem imposta. “Daí a proliferação de “ilegais”, “irregulares”, “informais” ” (SANTOS, 2000, p.

¹ A racionalidade instrumental é aquela que rege os princípios da Economia e do Estado, em que predomina o princípio da eficácia – os meios são ajustados aos fins e tem como mecanismos reguladores o dinheiro e o poder. Ao se racionalizarem Estado e Economia transformam sua eficácia em fim último, sem considerar ou consultar os agentes envolvidos e sem permitir a emergência de mecanismos que permitam o questionamento de seu funcionamento. (HABERMAS, 1975).

120). Eis aí o lugar onde reside a força e importância de um conjunto de ações que apontam para a emergência do período que Milton Santos chamou de “período popular da história”, pois é desse lugar, onde “frações da sociedade passam da situação anterior de conformidade associada ao conformismo a uma etapa superior da produção de consciência” que um novo tempo pode ser possível. (SANTOS, 2000, p. 120).

Metodologicamente fomos dando conta da nova arquitetura das ações e objetos que constituem o novo meio, uma situação geográfica. Partimos do pressuposto de que o território é usado por todos, o que pensamos nos dá condições para compreendermos e explicarmos o uso que os pobres fazem do território e elucidarmos a importância que as contra-racionalidades² adquirem no período histórico atual. Pensamos que a análise e interpretação estarão assim garantidas se os conceitos, dotados de coerência e operacionalidade, constituírem um sistema também coerente.

A construção, com o devido cuidado, de uma situação geográfica implica em tomarmos algumas variáveis significativas que evidenciem as desigualdades no uso do território. O movimento Hip Hop será tomado como expressão representativa da “periferia”, enquanto movimento portador de ações subversivas e o Estado como expressão dos agentes normatizadores do território. Mesmo que atribuindo um maior valor a alguns agentes e os processos que os envolvem, e conscientes das delimitações que a construção de uma situação geográfica implica, buscamos compreendê-los na complexidade das suas relações, não tomando para a análise um objeto isolado, pois isto seria um reducionismo que não levaria a compreensão do espaço geográfico enquanto totalidade, uma vez que ele se constitui de toda a materialidade e de todas as ações humanas.

² As contra-racionalidades são entendidas como “formas de convivência e de regulação criadas a partir do território e que se mantêm a despeito da vontade de unificação e homogeneização, características da racionalidade hegemônica típica das verticalidades” (SANTOS, 2000, p. 110).

No Capítulo 1 buscamos entender a relação centro-periferia em diferentes escalas de análise. Partimos do Brasil como um país periférico do sistema capitalista mundial, e que internamente, à escala da nação, tem São Paulo e Brasília como centros de comando e poder de regulação da economia e da política, no entanto a regulação exercida por esses centros seja uma “regulação delegada”, isto é, que segue diretrizes de corporações e instituições mundiais, cujos interesses estão acima dos interesses da nação.

Num segundo momento, ao analisarmos o espaço à escala da cidade de São Paulo, vemos uma valorização diferencial das diversas frações do território urbano, configurando um modelo específico de centro-periferia.

No Capítulo 2, nosso objetivo é apontar as características, as formas urbanas predominantes, as funções e usos presentes nos subespaços periféricos da cidade de São Paulo, além de identificar os fatores responsáveis pela (re)produção das desigualdades, e mostrando que, no período histórico atual, novos sentidos são atribuídos às periferias, ou seja, não somente materializam a exclusão social e geográfica, mas também é o lugar de impulsão e desenvolvimento de solidariedades, de contra-racionalidades, de resistências, tal como nos propõe as manifestações e usos do território pelo Movimento Hip Hop. Considerar a periferia no período popular da história significa para nós que as possibilidades de mudanças estão dadas, tanto pela base material que compõe o espaço geográfico quanto pelo uso que todos podem fazer dela.

Nossa proposta é então a de dissertar sobre o uso que os pobres fazem do território, evidenciando através do movimento Hip Hop, outros usos possíveis, seu uso subversivo. São os espaços que metaforicamente Milton Santos chama de “espaços opacos” em contraposição aos “espaços luminosos”, aqueles espaços disciplinados e normatizados que servem as ordens hegemônicas.

Acreditamos que a mudança histórica em perspectiva virá de um movimento de baixo para cima, tendo como principais agentes os países subdesenvolvidos e não os países ricos; os deserdados e os pobres e não as elites; “o indivíduo liberado partícipe das novas massas e não o homem acorrentado; o pensamento livre e não o discurso único” (SANTOS, 2000, p. 14). Por isso torna-se importante o estudo de manifestações político-culturais emergentes e o papel dos pobres na produção do presente e do futuro.

O movimento Hip Hop é entendido como um movimento de resistência, que possui um conjunto de ações que se constituem em práticas transgressoras de uma parcela da população pra quem o processo de globalização se mostra perverso. É a partir de práticas subversivas que o Hip Hop questiona e põem em evidência as contradições existentes. Acreditamos que essa manifestação é bastante representativa do uso que os pobres podem fazer do espaço geográfico, seu território.

O que é relevante num movimento social como este é o questionamento que os jovens pobres fazem diante do uso corporativo que alguns fazem do espaço urbano, da injusta distribuição e acesso aos equipamentos públicos, da rigidez daquelas normas que orientam as ações somente com vistas para o crescimento econômico e aprisionamento das ações do Estado. São aquelas ações, expressões das carências da maior parte da sociedade, ações que assim orientam uma Política outra, que considere todos os homens, todos os espaços e fundadas em consensos de solidariedade, coesão e luta. São essas expressões que nos incitaram à enxergar alguma saída, sermos otimistas, utópica que seja, a de pensarmos que é possível acreditarmos num mundo melhor.

O movimento Hip Hop é consequência e consciência das dificuldades e desigualdades a que estão sujeitos a sociedade brasileira. A proximidade e a concentração de objetos e de pessoas num mesmo espaço implicam na descoberta de modos de vida e produz identidade,

consciência da desigualdade e das contradições entre tudo que há no espaço urbano. O contato com o outro propicia o debate.

Esse movimento social tem um papel importante na ampliação e acumulação das forças e experiências. As ações do movimento representam avanços políticos uma vez que são “sujeitos ativos” da sociedade na construção de uma cidade mais inclusiva. Trata-se de ações políticas que escapam da institucionalização e subordinação da racionalidade hegemônica.

CAPÍTULO 1

USOS DESIGUAIS DO TERRITÓRIO: A RELAÇÃO CENTRO-PERIFERIA

“A diversidade, a pluralidade, a universalidade na metrópole. A desordem aparente da geografia absolutamente ordenada, pois em movimento conflitante. Esta é a geografia e a história de São Paulo. Um ritmo espaço-tempo no terceiro mundo” (SOUZA, Maria A., 1994, p. 136).

1. 1 - O TERRITÓRIO BRASILEIRO E AS NOVAS LÓGICAS CENTRO-PERIFERIA

Ao pensarmos o território brasileiro, a categoria de análise que estamos considerando é o território usado, isto é, estamos levando em consideração a interdependência e a inseparabilidade entre a materialidade e seu uso, o que inclui o trabalho e a política. A materialidade, ou seja, as configurações territoriais são nas palavras de Milton Santos e Maria Laura Silveira (2001, p. 248) “o conjunto dos sistemas naturais, herdados por uma determinada sociedade, e dos sistemas de engenharia, isto é, objetos técnicos e culturais historicamente estabelecidos”. Mas se as configurações territoriais são condições, seu significado e sua função advêm das ações realizadas sobre elas.

O território nos revela ações passadas empiricizadas nos objetos, que têm um papel importante, já que essas rugosidades constituem condições para a implantação de novas variáveis.

Somente no século XX que o território brasileiro pode ser considerado completamente apropriado, mesmo que ainda existam descontinuidades em partes do território, principalmente na região Amazônica.

No período histórico atual a globalização modifica significados e acrescenta à configuração territorial existente, novos objetos e novas ações características do novo tempo. Agravam-se as diferenças e as disparidades no território brasileiro, em parte, como consequência dos novos dinamismos e outras formas de comando e dominação. Se pós-segunda guerra mundial a indústria carregava esse papel motor, agora é a informação que ganha tal poder. Aprofundam-se assim, com novos fundamentos históricos, as tendências estruturais que constituíram os espaços de comando e regulação da vida econômica do país, tal como a Região Concentrada³.

A partir dos anos 70 e, sobretudo nos anos 80, houve uma difusão da nova modernidade, com uma dispersão no território de indústrias dinâmicas, de agricultura modernizada e dos respectivos setores de serviços. No entanto, a essa tendência soma-se a necessidade de uma informação especializada localizada principalmente na Região Concentrada, em especial na região Sudeste e, mormente em São Paulo.

Hoje, como em outros períodos, tanto os objetos como ações modernas não são completamente difundidos no território. Por um lado, tendem a concentrar-se em certos pontos ou áreas do país, configurando a Região Concentrada e, por outro lado, apenas manchas ou pontos luminosos. A região concentrada é dotada de infra-estruturas indissociáveis quanto ao seu uso produtivo. Essa configuração territorial é, na verdade, feita para servir as empresas hegemônicas. Construídas com o dinheiro público, essas infra-estruturas aprofundam o uso seletivo do território, deixando excluída a maior parte da população.

Na medida em que as ações hegemônicas buscam se realizar nos lugares apropriados para servir a seus interesses, o território passa a ter aí uma dinâmica que não precisa ter

³ A Região Concentrada é composta pelos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Esta área é caracterizada “pela implantação mais consolidada dos dados da ciência, da técnica e da informação” (SANTOS, SILVEIRA, 2001, p. 269).

correspondência com os interesses da sociedade local ou nacional. As ações hegemônicas exercem a função de integrar níveis econômicos mais abrangentes, trata-se de uma integração vertical, uma vez que as decisões tomadas obedecem a motivações estranhas ao lugar, predominando nestas condições os interesses corporativos sobre os interesses públicos das populações locais, trata-se de um uso alienado do espaço.

A construção de Brasília na década de 1950-60 acarreta juntamente com a ascensão industrial de São Paulo, a emergência de uma nova arquitetura territorial e de novas centralidades.

Brasília foi assumindo a centralidade do poder, isto é, das ordens e da natureza pública com as quais o território é regulado. São Paulo por sua vez, firma-se no comando da economia, devido à “uma indústria capaz de abastecer e equipar o Brasil relativamente unificado pelos transportes, a produção de ordens econômicas e a regulação econômica do território” (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p. 267).

Instala-se no território uma relação de cooperação e colaboração entre Brasília e São Paulo, uma vez que as ações de comando da economia para se efetivarem no território necessitam da cumplicidade do poder público. No período histórico atual a centralidade política se fortalece em Brasília enquanto a centralidade econômica se afirma fortemente em São Paulo.

São Paulo continua sendo, portanto nesse período o pólo nacional, mas o fator motor deixa de ser a indústria e passa a ser a informação, o gerenciamento das atividades produtivas e atividades terciárias, de serviço. É aumentado o seu poder de regulação graças à concentração de informação, serviços e da tomada de decisões. É a conjugação desses três dados que permite a São Paulo renovar o seu comando em todo o território brasileiro.

Todavia, com a internacionalização da economia São Paulo e Brasília exercem apenas uma “regulação delegada”, uma vez que o Brasil sendo um país periférico, essa regulação não

é endógena, “as ordens se situam fora de sua competência territorial e deixam uma pequena margem para a escolha de caminhos suscetíveis de atribuir, de dentro, um destino ao próprio território nacional” (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p. 268).

O poder político e econômico de Brasília e São Paulo são congruentes com as exigências de instituições e corporações mundiais, cujos interesses estão acima dos interesses das nações. Isso pode ser verificado pelas relações que se estabelecem entre as ações do FMI (Fundo Monetário Internacional) e Banco Mundial e países periféricos, como o Brasil.

O Estado compactua com as decisões e diretrizes provenientes de centros de poder regionais ou mundiais. Os centros de poder mundiais não prescindem dos agentes nacionais e regionais, mas prescinde do território para se exercer. Segundo IANNI (2001, p. 18), esses centros de poder globais no mais das vezes apóiam-se nos sistemas regionais de integração econômica e dos blocos geopolíticos, assim como em outros momentos os combatem. Essas estruturas de poder globais são representadas por instituições como Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial, Organização Mundial do Comércio (OMC), aliadas à mídia, marketing, sempre em escala mundial.

Os países periféricos são alvo de reformas estruturais que refletem os princípios da economia do mercado mundial, mas não refletem os interesses da população desses países. O Estado, no período atual, é levado a reorganizar-se segundo as exigências do mercado global, agindo de acordo com os princípios da racionalidade instrumental, ou seja, o Estado “transforma sua própria eficácia em ‘último fim’, sem consultar ou considerar os envolvidos e atingidos, agindo sem dar-lhes satisfação e sem institucionalizar os mecanismos que permitiriam o questionamento de seu funcionamento”(FREITAG, 1993, p. 29).

Nas condições atuais, tanto Brasília quanto São Paulo vêm comprometido a sua centralidade, o seu papel de regulação, uma vez que a emergência de organizações e firmas multinacionais e suas ordens e normas é que buscam impor a todos os lugares uma única

racionalidade, tornando-os desse ponto de vista, menos “centrais”, enquanto o país em sua totalidade se torna ainda mais periférico.

1.2 - USOS DESIGUAIS NA CIDADE DE SÃO PAULO: ESPAÇOS CENTRAIS E ESPAÇOS PERIFÉRICOS

No Brasil a urbanização da sociedade e do território se acelera no pós-segunda guerra mundial, quando se inicia o processo de globalização da economia. Trata-se de uma urbanização corporativa, isto é, que atende aos interesses das grandes corporações e de uma reduzida parcela da população, uma vez que essa urbanização é

Empreendida sob o comando dos interesses das grandes firmas, constitui um receptáculo das consequências de uma expansão capitalista devorante dos recursos públicos, uma vez que estes são orientados para os investimentos econômicos, em detrimento dos gastos sociais (SANTOS, 1994, p. 95).

A aceitação por parte dos governos de uma lógica exógena oriunda das ações de corporações multinacionais, de instituições supranacionais, tem conduzido a mudanças profundas no uso do território. Forma-se uma aliança entre Estado e atores hegemônicos que tem fortes impactos sobre o uso do território. Desigualdades são criadas. A fragmentação torna-se uma das principais consequências do processo de unificação. Há uma tendência à racionalidade de determinados espaços que asseguram a realização das ações hegemônicas opondo-se aos espaços onde outras racionalidades são delineadas. Complementariedades e contradições fazem parte de um jogo dialético que se forma entre o Mundo e o Lugar (ALMEIDA, 2000, p. 15).

O acolhimento dos vetores externos – que pode ser uma língua, uma cultura, uma técnica, um saber, uma racionalidade, uma ação - demanda enormes investimentos em infra-estruturas. Todavia o desvio de recursos públicos e privados para satisfazer as necessidades

das atividades hegemônicas gera tensões, pois essas ações políticas e econômicas não buscam contemplar a todos e nem todas as necessidades básicas das sociedades.

O uso corporativo da cidade de São Paulo, consequência de uma valorização desigual dos lugares e dos homens, criou uma organização territorial excludente beneficiando, sobretudo uma pequena parcela privilegiada da população. Mesmo São Paulo sendo centro de comando da economia do país, a sua organização interna reproduz, em outra escala de análise, a existência da relação centro-periferia. Há subespaços da cidade de São Paulo atingidos pelas modernizações que exercem centralidade e possuem poder de comando **(FOTO 1)** enquanto as periferias acolhem aqueles que não podem pagar pelo ônus dessa valorização e subvertem, criam formas de urbanizar desobedientes aos regulamentos urbanísticos vigentes **(FOTO 2)**.

Há em São Paulo um uso corporativo de subespaços subordinados aos interesses dos atores hegemônicos, e subespaços onde são outros os usos e que escapam à subordinação da racionalidade instrumental. Subespaços que abrigam as atividades mais modernas da economia coexistem com subespaços periféricos caracterizados por outras formas, objetos e usos. Dentro da mesma cidade convive a cidade dos ricos e a dos pobres e miseráveis.

A organização interna da cidade revela uma valorização diferencial das diversas frações do território urbano, configurando um modelo específico de centro-periferia. A valorização desigual dos lugares e a seletividade na instalação de infra-estruturas são fatores que nos auxiliam na compreensão dos espaços periféricos e centrais. A configuração territorial revela os novos contrastes existentes entre centro e periferia.

Pensar os espaços periféricos hoje significa não somente considerar o seu centro imediato, uma vez que a relação local-global é cada vez mais intrínseca. É preciso pensar a periferia em relação aos espaços que exercem centralidade dada à lógica global, e, portanto pode não ser mais considerado como o centro “geométrico” da cidade, assim sendo, não podemos mais definir nem periferia nem centro a partir da “geometria da cidade”.

**CONTRASTE URBANO: AVENIDA PAULISTA (FOTO 1) E CAPÃO REDONDO (FOTO 2) NA
CIDADE DE SÃO PAULO**



Fonte: OPPIDO, G. (org.) São Paulo 2000. São Paulo: Imagem e Construção, 1999.



Fonte: Revista Caros Amigos Especial: Hip Hop Hoje. O grande salto do movimento que fala pela favela urbana. Nº 24, Junho de 2005.

Ao pensar a cidade de São Paulo e o uso que as diferentes classes sociais fazem do espaço urbano o nosso desafio é a busca permanente da compreensão do *espaço banal*, isto é, o espaço de todos os homens, de todas as instituições, de todos os capitais e de todos os trabalhos, enfim, de todas as ações. O espaço banal caracteriza-se por uma diversidade sócio-espacial, que é enriquecida nos grandes centros urbanos pela presença dos pobres. Essa diversidade se manifesta na produção da materialidade quanto nas ações e usos no espaço urbano. É no espaço banal que outros usos que não o hegemônico e a manifestação da racionalidade comunicativa⁴ é possível.

Mas como pensar a cidade, em suas múltiplas manifestações? Somente a abordagem dos subespaços centrais ou dos espaços periféricos não conduz a uma explicação geográfica que contemple a totalidade do espaço – o “espaço banal”.

As cidades apresentam um paradoxo: são ao mesmo tempo, segundo SOUZA (1997), lugares da coexistência e da liberdade, e pelo fato técnico, o lugar da vigilância, da identificação, das redes, da exclusão, da disciplina.

São Paulo se caracteriza como o lugar da co-presença, coexistência, da proximidade física, manifesta no espaço geográfico, por usos desiguais. É o lugar da sócio-diversidade, pois convivem diferentes e múltiplos grupos de culturas, de línguas, de religiões, de idades, de atividades. A cidade permite a todo instante, criar e recriar laços sociais, assumir conteúdos culturais novos. É um lugar de profusão de vetores verticais e horizontais, organizacionais e orgânicos, desde os que representam a lógica hegemônica até os que a ela se opõem, como é o caso do Movimento Hip Hop. Coexistem no mesmo espaço vetores de todas as ordens, com finalidades distintas. (SANTOS, 1997).

Ela (a cidade) instaura redes de ação e de resistência contra a desigualdade. O espaço na cidade denuncia escancaradamente esses processos. O espaço é

⁴ A racionalidade comunicativa, segundo Habermas (1975), permite a negociação coletiva dos fins, está calcada no diálogo, na argumentação e no questionamento das ações e valores estabelecidos.

mesmo condição desses processos. E, são exatamente essas redes que colocam em xeque todos os mecanismos de rigidez das hierarquias sociais, os processos de manipulação cultural, gerando fantásticos processos de solidariedade, de igualdade. (SOUZA, 1997).

São Paulo é o lugar da possibilidade de encontros e vivências múltiplas que propiciam questionamentos e dúvidas. Dada a proximidade de realidades tão contraditórias é possível um questionamento dos princípios que regem a sociedade, o Estado e a economia.

A racionalidade instrumental que rege os princípios da economia e do Estado busca se inserir em esferas do mundo vivido ainda pouco ou não colonizadas, tais como a vida cotidiana, a cultura popular, as relações de solidariedade, a ciência, a ética, mostrando-se mais uma fonte da extração da mais-valia, assim objetos e ações passariam a ser mediados pelo mercado. É criado artificialmente um sistema de valores sociais, fundados em padrões e necessidades de consumo, em que as relações sociais tendem a ser permeada por trocas materiais, por relações de propriedade, como se todas as necessidades do cidadão perpassassem pela mercadoria. Valoriza-se o consumidor e não o cidadão.

No entanto, a tentativa de homogeneização de costumes, valores, necessidades, ações e usos encontra obstáculo nas desigualdades (re)criadas pelo estágio atual do capitalismo. Isto quer dizer que não são todos os homens que podem consumir. A experiência da escassez possibilita aos “*homens lentos*”⁵ escapar do processo alienante de captura e ainda criar novas táticas de sobrevivência e de uso do território a partir de outros valores. Com os “homens lentos” outras temporalidades e usos do território tornam possíveis. São criadas racionalidades, que concebidas a partir do lugar se mostram capazes de propor uma inédita forma de existir (resistir) na cidade, muito mais inclusiva.

⁵ Os homens lentos são aqueles que escapam ao totalitarismo da racionalidade instrumental. Sob essa perspectiva, são os pobres que, na cidade, abrem um novo debate, “inédito, às vezes silencioso, às vezes ruidoso, com as populações e as coisas já presentes. É assim que eles reavaliam a tecnoesfera e a psicoesfera, encontrando novos usos e finalidades para objetos e técnicas e também novas articulações práticas e novas normas, na vida social e afetiva. (...). É na esfera comunicacional que eles diferentemente das classes ditas superiores, são fortemente ativos. (SANTOS, 1997, p. 261).

Há o surgimento de formas de sociabilidade e possibilidades de uso do espaço (de seus objetos e equipamentos), do tempo dissociado daquele do processo de reprodução do capital. Isso pode ser compreendido no que Milton SANTOS conceituou como *circuito inferior da economia*⁶, em que atividades intensivas em trabalho e não em capital se constitui em respostas criativas a um modelo de desenvolvimento econômico que privilegia apenas uma pequena parcela da população.

Na cidade caracterizada pela sociodiversidade há o embate, o enfrentamento entre as contra-racionalidades e a racionalidade instrumental, resistente a todo e qualquer processo de mudança. Os múltiplos exemplos dados pelos pobres, tal como a manifestação do Hip Hop em São Paulo são extremamente elucidativos de que a ação coletiva pode ter êxito. É preciso estudá-los.

1.3 - A(S) CENTRALIDADE(S) DE SÃO PAULO

São Paulo é o centro incontestado de decisões econômicas do Brasil, como dissemos anteriormente, pois concentra a maior parcela das sedes das empresas no país, é a primeira praça financeira, conta com sofisticado equipamento terciário (BERNARDES, 2001, p. 62). No entanto, a totalidade do espaço urbano não pode ser tomada como centro de decisão, mas sim apenas alguns de seus subespaços. Estes subespaços exercem centralidade por concentrarem as sedes das principais empresas brasileiras e estrangeiras, bem como as firmas de serviços informacionais.

⁶ O circuito inferior da economia é formado pelo pequeno comércio e serviços em pequena escala, abrigando, ainda, as indústrias menos modernas e capitalizadas e que tem se proliferado nas grandes cidades, devido a expansão do consumo das classes médias e pobres (SANTOS, 1990b, p. 186). Os pobres buscam no “circuito inferior da economia” (SANTOS, 1979) satisfazer suas necessidades. Esse circuito caracteriza-se pela capacidade de adaptação, criatividade e uma mobilidade muito grande quanto ao exercício das atividades que realiza no seu próprio espaço. Diversas atividades podem ser realizadas a depender da conjuntura, revelando uma transformação contínua do trabalho dos pobres. Estes recriam a cada dia novas estratégias que garantam a sua própria sobrevivência.

Nestes subespaços são tomadas decisões importantes que interferem na vida econômica do país. São decisões quanto à política industrial, monetária, fiscal, tributária, etc. Nesses subespaços da cidade de São Paulo “os escritórios das grandes corporações fixam os objetivos gerais e dão curso ao planejamento estratégico para o crescimento da empresa e necessitam, para tanto, estarem próximos dos governos e dos mercados de capitais” (S. HYMER apud BERNARDES, 2001, p. 61). Esses subespaços são centrais por exercer um papel de regulação do território e das atividades econômicas no Brasil, mesmo que exerça centralidade a partir de ordens exógenas, isto é, uma regulação delegada.

A partir dos subespaços centrais é que as empresas regulam remotamente os processos produtivos, a circulação dos resultados, processo contábil, bem como o planejamento de todas as etapas. As normas das empresas podem tanto se referir ao seu funcionamento interno como a decisões políticas, nas suas relações com o poder público e nas suas relações com outras empresas, sejam essas relações de cooperação ou de concorrência. As normas não se restringem à empresa, “já que suas pausas e seus horários de funcionamento, seus custos e preços, seus impostos e suas isenções atingem, direta ou indiretamente, o universo social e geográfico em que estão inseridas ativamente” (SANTOS, 1997, p. 183).

A configuração territorial é condição para que estes subespaços possam exercer centralidade. Para que nesses espaços possam atuar os vetores verticais, toda uma estrutura é criada, com a instalação de novos objetos: os edifícios inteligentes, laboratórios, o maior desenvolvimento das telecomunicações, etc. Esses espaços são densos em técnica, ciência e informação, é o que Milton Santos e Maria Laura Silveira (2001 p. 264) denomina de espaços luminosos, “são aqueles que mais acumulam densidades técnicas e informacionais, ficando assim mais aptos a atrair atividades com maior conteúdos em capital, tecnologia e organização”.

Por sua composição técnica e política, os espaços luminosos seriam “os mais suscetíveis de participar de regularidades e de uma lógica obediente aos interesses das maiores empresas” (SANTOS, SILVEIRA, 2001, p. 264). Os espaços assim requalificados atendem, sobretudo aos interesses dos atores hegemônicos da economia, da cultura e da política, assegurando o funcionamento dos processos encadeados a globalização. São lugares especializados em atividades de comando e regulação. Essa especialização se deve as condições técnicas e sociais.

Com o “avanço das técnicas de manipulação de informações, tornou-se possível à operação de centros de decisão, cuja eficácia tende a ampliar enormemente as possibilidades de concentração do poder econômico” (CORDEIRO, 1980, p. 12).

Os sistemas técnicos informacionais é que possibilitam às corporações sediadas nos subespaços centrais de São Paulo, coordenarem distintos eventos em diversas frações do território nacional constituindo assim o *circuito superior da economia*⁷. Acelera-se a tomada de decisões e a troca de informações, bem como uma melhor eficácia de controle de trabalho e da organização, pois esses sistemas técnicos possibilitam a convergência dos diferentes momentos do processo produtivo, criando uma interdependência e uma solidariedade organizacional entre os lugares.

A discussão sobre a centralidade torna-se imprescindível para que seja possível compreender, não só como os subespaços centrais⁸, e principalmente como se redefine os outros espaços dentro da cidade, àqueles que não exercem centralidade, os *espaços periféricos*, espaços de uso e ação da maior parte da população, objeto de nossa pesquisa.

⁷ Circuito superior da economia está diretamente ligado à modernização tecnológica e organizacional, abarcando as atividades modernas, como as grandes empresas nacionais e estrangeiras, o comércio moderno, o setor bancário, os setores atacadistas e poderíamos incluir, hoje, o setor quaternário (marketing, consultorias, propaganda) atuando nas áreas da cidade criadas especialmente para o exercício destas atividades. Essas modernizações geram uma quantidade limitada de empregos beneficiando, portanto, um número reduzido de pessoas. (ALMEIDA, 2000, p. 83).

⁸ Subespaços centrais são fragmentos da totalidade que estão articulados a um todo que dá respostas às necessidades nacionais e mundiais da fluidez da produção de informação e produtos.

Segundo ALVES (2005), até a década de 1960 o centro das grandes cidades latino-americanas era único e centralizava todas as funções importantes: concentração de atividades comerciais e de serviços, todo o setor administrativo, e até mesmo algumas indústrias. A centralidade em São Paulo tinha um lugar de manifestação: o seu centro histórico, hoje denominado, administrativamente, de distrito Sé e distrito República. A rede viária urbana tinha seu nó central nesse espaço e reforçado nas últimas décadas com a ampliação e modernização dos meios de transporte coletivo, principalmente o metrô.

A existência de toda uma infra-estrutura moderna possibilitava até meados da década de 1950 atrair para aí, uma série de atividades seja de instituições públicas seja do setor bancário ou judiciário, além de atividades culturais, como cinemas e teatros⁹, reforçando assim a sua centralidade. Destaque para o Teatro Municipal como o principal cenário de apresentações de danças e concertos musicais, nacionais e internacionais.

A centralidade do centro histórico de São Paulo é consequência do crescimento da cidade, que nesse lugar concentrou diversas atividades e uma grande densidade populacional. “Entretanto, a força da centralidade exigiu sua própria expansão” (ALVES, 2005, p. 139).

Segundo CORDEIRO, a partir da década de 1970 temos a expansão da centralidade paulistana que passa a ser reforçada na região da avenida Paulista, conhecida partir de então por sua concentração de conglomerados financeiros.

Com isso a cidade deixa de ter centralidade única, até então função exercida pelo centro histórico, distrito Sé e República.

Segundo FRUGOLI JR (2000), a estrutura urbana hoje é polinucleada, isto é, várias partes da cidade exercem centralidade. Em São Paulo além do centro histórico, temos o centro expandido, a exemplo da avenida Paulista que sob a égide do capitalismo financeiro na década de 70 passa a exercer centralidade, somando-se agora a estes centros os subcentros nos

⁹ Ver em anexo a **Tabela 1 “Equipamentos culturais, por tipo, segundo subprefeituras e distritos”**.

diversos bairros e as novas áreas que na década de 1990 passam a concentrar a sede das empresas do setor terciário moderno em São Paulo, a exemplo da avenida engenheiro Luiz Carlos Berrini.

A permanência e a rigidez das formas espaciais do antigo centro da cidade acabaram de certa forma tornando-se um entrave para as atuais formas de reprodução do capital, fazendo que a centralidade fosse reproduzida em outros subespaços da metrópole.

O desenvolvimento de um sistema técnico, principalmente as novas tecnologias da comunicação e informação contribuiu para o surgimento de novas centralidades, sem necessariamente levar em consideração a contigüidade espacial, uma vez que no período histórico atual é possível através das redes conectar pontos ou zonas luminosas, sem a preocupação com a distância ou a proximidade.

O centro histórico, mesmo com outros usos que não o que exercem a hegemonia atual, não deixa de exercer centralidade, mas sim deixa de ser o único ponto irradiador de centralidade. Por haver uma valorização de outros subespaços em São Paulo, o centro foi deixando de ser o espaço das elites para ser o espaço usado pelos pobres, tanto para a moradia, os cortiços, como para trabalho - comércio popular e formas variadas de trabalho informal.

Como no centro histórico de São Paulo há muito capital fixo, receitas pretéritas, houve nas últimas décadas um processo de revalorização que pretende resgatar a centralidade do centro tradicional, que até a década de oitenta era visto como um espaço decadente, ou seja, um *espaço opaco*, ocupado e de uso dos pobres. Quando ocorre a revalorização dessas áreas ditas “deterioradas” e ocupadas pelos pobres, ocorre a expulsão destes para as periferias, pois não podem arcar com o ônus desta revalorização capitalista. Esse processo é justificado através da idéia de decadência e deterioração do centro que por sua vez deve receber intervenções para a mudança desse quadro, e essa deterioração a que se referem os projetos de

revalorização inclui também as pessoas e as atividades que se realizam aí no centro - como os camelos, os ambulantes, os mendigos, crianças pedintes, etc.

O projeto de revalorização do centro histórico da cidade de São Paulo, com intervenções do poder público e a iniciativa privada, buscam tornar esse espaço novamente atrativo ao capital, não levando em consideração os pobres que lá vivem.

“A revitalização de áreas da capital paulista e em especial do centro tradicional, grosso modo identificado pelas áreas dos distritos Sé e República, faz parte de uma estratégia de efetivamente garantir à cidade de São Paulo sua presença na rede de cidades mundiais ou globais, ou seja, na globalização econômica”.(ALVES, 2005, p.140).

Se o avanço das telecomunicações e dos sistemas informacionais possibilitou a dispersão geográfica da produção industrial e de serviços de rotina, segundo SASSEN (1998), isso é uma estratégia de diminuição de custos e, por outro lado, isso implica numa centralização do comando das atividades e dos serviços especializados em cidades que a autora denomina de globais.

Temos dentro da cidade hoje uma valorização desigual dos subespaços da metrópole.

No estudo dos espaços luminosos da cidade de São Paulo é preciso incluir na análise o papel do estado nacional e de seu poder em várias escalas de atuação territorial. Os investimentos para tornar esses espaços atrativos para as ações hegemônicas no território vêm em grande parte dos cofres públicos. O Estado cria infra-estruturas que serão projetadas e usadas para a reprodução do capital e não pensando no mais de um milhão de favelados existentes na metrópole paulistana.

Vivemos num momento da história, de acordo com HABERMAS (1975), em que o sistema formado pelo Estado e a economia, responsáveis pela reprodução material e institucional da sociedade, têm como mecanismos reguladores: o dinheiro e o poder e não admitem o questionamento dos princípios que regem seu funcionamento. Esse sistema é regido pela racionalidade instrumental, em que predomina o princípio da eficácia – os meios

são ajustados aos fins. Ao se racionalizarem a economia e o Estado transformam sua eficácia em fim último, sem consultar ou considerar os agentes envolvidos e sem permitir a emergência de mecanismos que permitam o questionamento de seu funcionamento.

O predomínio da racionalidade instrumental nas esferas do Estado e economia expulsa a racionalidade argumentativa, para o que HABERMAS denomina de “mundo vivido”, que representa a vida cotidiana e compõe-se da experiência comum compartilhada por todos.

A avenida Engenheiro Luis Carlos Berrini, Nova Faria Lima, Paulista, Centro Empresarial, Centro histórico e tradicional possuem elementos que possibilitam e servem de atrativos para novos investimentos. As ações de grupos empresariais associados com o poder público favorecem as transformações espaciais necessárias à reprodução do sistema. Um exemplo seria a revitalização do centro tradicional da cidade, de que falamos anteriormente.

O Estado aliado a empreendimentos privados tem procurado mudar a imagem do centro buscando resgatá-lo como um espaço de poder, segurança e cultura atraindo mais investimentos, buscando fazer deste subespaço um lugar de atração de novos capitais. Esse processo de revalorização do centro histórico dão mostras de que o poder público pactua com interesses privados, à medida que estas áreas se valorizam, tendem a afastar a população pobre do lugar transformando o espaço e as relações ali existentes. ALVES (2005, p. 143) nos dá um exemplo bem elucidativo de como as transformações espaciais são o suporte das possibilidades de transformação das relações sociais que se estabelecem no lugar:

É o caso, por exemplo, da reurbanização da praça do Patriarca. Nela, um pórtico de arquitetura moderna foi instalado sobre a saída da Galeria Prestes Maia. Os pontos finais de linhas de ônibus foram retirados da área, que agora é área de pedestres. O número de pessoas de baixo poder aquisitivo que aí transitavam diminuiu e, em consequência, lojas de produtos populares que se localizavam próximas aos pontos finais de ônibus viram suas vendas caírem e tiveram de se mudar.

São projetos de reurbanização que visam apenas à circulação das pessoas e que impedem a permanência delas.

Esse uso privado dos espaços públicos ocorre através de um processo de seletividade que se impõem quanto ao uso e a classe social a que pertence o usuário. Isso acontece tanto pela limitação ao acesso por questões econômicas e culturais, quanto pela criação de estratégias de mudanças de usos do espaço.

Essas intervenções buscam retirar da paisagem tudo aquilo que possa gerar medo e insegurança, em especial, os definidos como “indivíduos suspeitos”. As pessoas suspeitas, segundo CHAUÍ, na sociedade moderna são em geral os trabalhadores. São lugares de belas paisagens a serem visitados pelos turistas, são verdadeiros espaços “cartões-postais”, segundo ALVES (2005 p. 144). Apresenta-se como um simulacro, um espaço para ser contemplado, mas não usado por todos.

Em contrapartida a criação de estratégias de apropriação privada de espaços públicos, temos também um discurso que promove a criação de espaços coletivos, no entanto esses espaços tendem a selecionar quem deles pode fazer uso. Há uma tendência no discurso dos agentes hegemônicos, em estabelecer uma relação entre espaço público e a ineficácia, má qualidade e arcaísmo como suas definições, mas ao invés de se lutar pela qualificação dos espaços públicos negam-se os mesmos e reforça-se a criação de espaços coletivos “em que se destacam: a questão da seguridade, da qualidade, mesmo que pautadas em uma possível e necessária segregação socioespacial” (ALVES, 2005, p. 146). Mesmo que essa segregação não seja causada por um impedimento formal, e sim por uma intimidação que o uso desses espaços podem causar a determinadas parcelas da população. Vejamos mais um exemplo de como isso é possível:

As linhas arrojadas, as estruturas metálicas, os jogos das sombras nas fachadas de vidro ajudam a normatizar o uso da cidade. Dentro de um ônibus que passa pela porta do shopping Center Eldorado (um dos shoppings da metrópole paulista – um dos nossos templos do consumo) um cidadão atento presenciou o seguinte diálogo entre dois jovens – que pela aparência e modo de se expressarem poderiam ser incluídos na classe de renda baixa – “Nossa! Que coisa mais bonita e chique!”. E o outro retruca: “É lindo mesmo”. O outro completa: “É mais aí acho que a gente não pode entrar, né?” O outro concorda: “É, eu acho que não! (CARLOS, 1999, p. 21)

Mas esse processo de alienação é ainda uma tendência que não se consolidou totalmente, pois são criadas resistências a esse processo, conscientes ou não.

A simples presença da população nos espaços públicos já se constitui em elementos de resistência ao processo. O movimento Hip Hop torna-se um importante fator de resistência, uma vez que suas ações, seja através dos grafites, da dança, da música ou das suas reuniões, se utilizam dos espaços públicos da cidade, fazendo destes um espaço para a ação política.

1.4 - OS ESPAÇOS LUMINOSOS NA CIDADE DE SÃO PAULO

Estamos vivenciando um período marcado pelo processo de globalização da economia e da sociedade. A reestruturação do capitalismo, ligada também à reestruturação do sistema produtivo, ocorre em escala e ordens distintas do acontecer. As escalas local e a global se superpõem segundo um jogo dialético, que vem modificando o processo de urbanização, em que o conteúdo de ciência, técnica e informação em suas estreitas relações permeiam os aspectos da vida social no espaço urbano, revelando as características de um novo arranjo espacial.

Novas formas e novas funções se apresentam dado o aprofundamento da divisão social e territorial do trabalho. Há espaços que ganham e espaços que perdem. Espaços opacos e espaços luminosos. Espaços mais propícios a receber as novas ordens estabelecidas pelos

atores hegemônicos da economia e da política global e espaços em que outras racionalidades, ações e usos são localmente construídos, onde prevalece uma integração solidária.

Graças ao desenvolvimento técnico as grandes empresas passaram a usar o território em tempo real, ampliando e controlando, a partir de São Paulo a produção, a distribuição e o consumo. É a temporalidade hegemônica das corporações que se instala nos lugares. A cidade, vulnerável aos interesses corporativos, se transforma mediante um processo de valorização diferencial do território urbano, há a obsolência sóciogeográfica de certas áreas e a produção de frações informacionalizadas tal como a região da avenida Nações Unidas e da avenida Luís Carlos Berrini. Essa valorização seletiva é evidenciada pela configuração territorial, pela justaposição de áreas diferentemente equipadas.

Para permitir que as ações das grandes corporações se realizem no lugar, toda uma estrutura é criada. Há uma instrumentalização do meio para que nestes espaços – os espaços luminosos – possam atuar os vetores verticais da globalização.

Os espaços luminosos estão mais aptos a atrair as atividades mais modernas do circuito superior da economia, pois segue os princípios da racionalidade instrumental e a lógica da eficácia. Esses espaços luminosos são espaços da ação de uma pequena parcela da população – a classe mais rica.

A nova forma urbana que se cria é extremamente rígida quanto à especialização técnica e funcional. A monofuncionalidade dos centros de negócios corporativos são espaços onde os interesses coletivos estão subordinados à hegemonia empresarial, configurando o declínio da vida pública, portanto a inexistência de manifestações políticas.

O espaço geográfico, como um conjunto indissociável de sistema de objetos e de sistema de ações, torna-se condição, no período da globalização, para que as ações hegemônicas se realizem em determinados lugares – lugares privilegiados – espaços luminosos.

São Paulo se reestrutura, tornando-se mais apta para o cumprimento das exigências da nova economia global e refuncionaliza-se para continuar a exercer centralidade na gestão das empresas não somente locais, mas em todo território brasileiro e também na América Latina.

O espaço urbano paulistano se adequa as exigências das demandas da economia internacional, inserida numa rede de centros de controle e de acumulação de capital. Para exercer tal função estes espaços são instrumentalizados adquirindo novos conteúdos, usos e significados. São Paulo reforça seu poder pela capacidade de articulação financeira, de concentrar núcleos de pesquisa e desenvolvimento, especializar-se em atividades de marketing e promover a acumulação de capital.

Adquire relevância nesta cidade a presença, no setor terciário, os serviços sofisticados: as agências de publicidade e marketing, serviços financeiros, as novas formas urbanas, tais como os prédios inteligentes, os centros especializados, os institutos de pesquisa e consultorias diversas. Para atender as necessidades de uma economia cada vez mais internacionalizada, estes serviços destacam-se como novidade do período e visam atender um sistema global pautado na mobilidade do capital, na inovação tecnológica e científica - um sistema técnico que permite criar, organizar, controlar e transmitir informações.

Tendo uma atividade diversificada e integrada, a cidade de São Paulo recebeu atividades terciárias pertencentes ao circuito superior da economia urbana, cuja acumulação em um só ponto reduz ou elimina as possibilidades em outros, favorecendo o desenvolvimento da aglomeração (CORDEIRO, 1980, p.11-12).

As áreas centrais de São Paulo, incluindo o centro expandido, a exemplo da avenida Paulista que, sob a égide do capitalismo financeiro na década de 70 passa a exercer centralidade, os subcentros nos diversos bairros e as novas áreas como a avenida engenheiro Luiz Carlos Berrini, passam a concentrar a sede das empresas do setor terciário moderno. A concentração das atividades mais modernas nestes subespaços se explica pela implantação aí de infra-estruturas, tais como: prédios de escritórios, sistema viário, áreas de estacionamento,

sistema de comunicação, além de serviços complementares de lazer, restaurantes e hotéis – entre outras condições para implantação das novas atividades de serviços.

Para que as informações e tomadas de decisões oriundas desses centros de poder e regulação circulem é preciso que haja fluidez. Para tanto, empresas e governos fazem coalizões e buscam minimizar ou tangenciar as rugosidades que se acumulam no espaço urbano criadas a partir do que resta de divisões do trabalho pretéritas. No entanto, não há finanças públicas em um país periférico como o nosso, que suporte as exigências dos capitais globais de um lado, e a demanda social e coletiva da sociedade, do outro. O Estado reafirma, nesse período, o seu histórico papel de protetor da elite econômica agindo a favor das grandes corporações globais.

Altos investimentos levaram a constituição de novas áreas que passam a exercer centralidade¹⁰, tais como Avenida Faria Lima, Vila Olímpia, complexo das Avenidas Luís Carlos Berrini e Nações Unidas, espaços estes concentrados na região sudoeste da cidade. Muitos foram os investimentos públicos no melhoramento ou implementação do sistema viário e em infra-estrutura urbana, promovendo uma valorização imobiliária. Segundo a Empresa de Planejamento da Grande São Paulo S.A. - EMPLASA (2000), na década de 1990, 85% dos investimentos públicos foram aplicados nessa região e destinados, sobretudo, a obras viárias: túnel do Ibirapuera, prolongamento da Avenida Faria Lima e sua ligação com a Marginal Pinheiros, onde se concentra a frente de expansão de edifícios inteligentes.

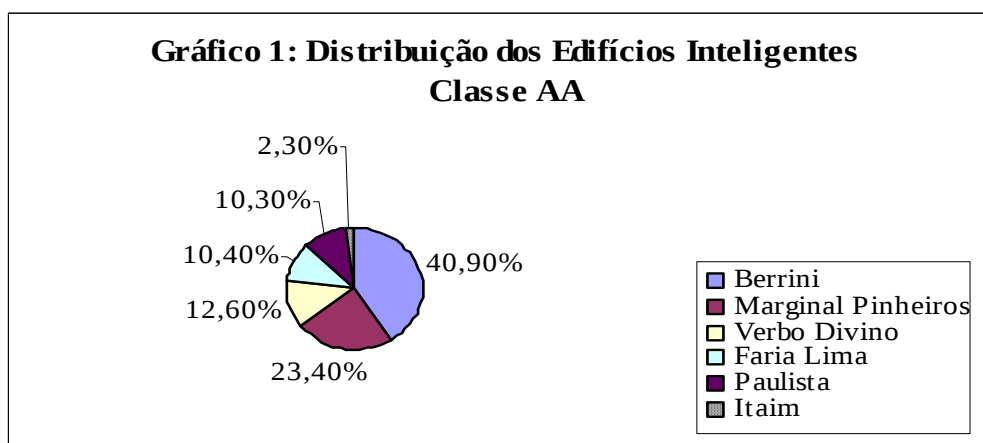
Essa concentração e localização, segundo a EMPLASA, estão associados as seguintes características urbanísticas:

- ◆ Proximidade dos bairros residenciais de alto padrão sócio –econômico;
- ◆ Facilidade de acesso pelas vias rápidas;
- ◆ Modernização das instalações necessárias à implantação das sedes das empresas;

¹⁰ Está em anexo figuras de algumas áreas que exercem centralidade na cidade de São Paulo: Itaim Paulista, Avenida Luis Carlos Berrini e Centro Histórico.

- ♦ Existência de terrenos com proporções ideais para áreas de estacionamento¹¹ e para a imediata instalação de edifícios com novos padrões arquitetônicos e tecnológicos, além de equipamentos de ponta que asseguram as novas exigências de conforto, eficiência e segurança dos escritórios de nível internacional.

Os edifícios inteligentes são símbolos dessas ilhas de excelência, desses pontos luminosos na cidade de São Paulo. Esses edifícios são produtos das novas exigências da economia global e são classificados de acordo com os atributos que possuem¹². Em São Paulo há 29 edifícios inteligentes de classe AA, distribuídos conforme mostra, a seguir, o **Gráfico 1**:



Fonte: EMPLASA, 2000. CD-ROOM: Por dentro do município de São Paulo

A concentração destes edifícios em torno da Berrini e da Marginal Pinheiros formam ilhas de excelência, subespaços da cidade especializados em serviços sofisticados necessários a economia global.

¹¹ “No Centro Velho, há uma vaga de garagem para cada 575,4m² úteis de escritórios. Esta é a área onde se encontra a proporção menos favorável à adoção das novas formas econômicas. A Faria Lima tem uma vaga para cada 64,4m² úteis. A Berrini oferece uma vaga para cada 44,4m² úteis de escritórios. A Marginal Pinheiros dispõe de uma vaga para cada 38,4m² úteis de escritórios. Nestas duas últimas, por serem regiões mais novas, grande parte de seus edifícios já foram projetados prevendo a grande demanda por estacionamento. Na região do Verbo Divino, a proporção de vagas é de uma para cada 37,34m² úteis de escritório, sendo a área que mais se aproxima do padrão internacional: uma vaga para 25m² a 30m² úteis.”(EMPLASA, 2000.)

¹² Observar em anexo o **Quadro 1 “Classificação dos edifícios inteligentes”**.

Essa nova economia pautada no provimento de bens e serviços sofisticados pressupõe que, em São Paulo, as ações hegemônicas caracterizam-se pela produção de bens imateriais, isto é, atividades voltadas para a gestão e articulação empresarial.

Além de ser o *locus* de serviços especializados, São Paulo é ponto de contato entre o sistema internacional e o nacional.

Assim é que São Paulo vem reafirmando seu poder e centralidade no território brasileiro. É uma metrópole onipresente que, pelos seus vetores hegemônicos é capaz de “desorganizar e reorganizar, ao seu talante e em seu proveito, as atividades periféricas e impondo novas questões para o processo de desenvolvimento” (SANTOS, 1994, p. 92-93). São Paulo centraliza a gestão das empresas e dos negócios, acumula as atividades intelectuais ligadas às atividades modernas, as inovações tecnológicas, bem como tem a habilidade de conceber, organizar, controlar e transmitir informações.

Essas características garantem a preeminência de São Paulo em relação a outras áreas do território nacional, desempenhando também um papel articulador do território nacional com o mundo.

As atividades modernas presentes em diversos pontos do país necessitam se apoiar em São Paulo para um número crescente de tarefas. São Paulo fica presente em todo o território brasileiro, graças a esses novos nexos, geradores de fluxos de informação indispensáveis ao trabalho produtivo (SANTOS, 1994, p. 90)

Para Milton SANTOS (1994) a base industrial foi o alicerce para que São Paulo tornar-se um centro internacional de serviços. São Paulo diminui a sua força no que concerne ao produto e emprego industrial, mas adquire relevância graças ao setor terciário de comando, baseado na informação. De acordo com Adriana BERNARDES (1997), vários podem ser os indicativos dessa mudança, tais como: o número de sedes de empresas nacionais e transnacionais em São Paulo, a constituição da principal praça financeira do país, a criação de sofisticados prédios e escritórios, os edifícios inteligentes, os investimentos públicos em infra-

estrutura, as perdas no que concerne ao processo de desconcentração industrial, o aumento do peso dos serviços na economia paulistana.

São Paulo, em face da chegada dos novos vetores da globalização na década de 1990, torna-se ainda mais corporativa e fragmentada, acirrando ainda mais a tensão entre as classes sociais e o uso hierárquico dos subespaços da cidade, entre as relações de ordem local e de ordem global, entre a temporalidade mais lenta das divisões do trabalho pretéritas e o “tempo real” das corporações “globais”. Os espaços luminosos de São Paulo retratam apenas os interesses das grandes empresas. Estas impõem a criação de formas urbanas aptas a sustentarem um tempo acelerado e despótico. “É um espaço encerrado em suas funcionalidades, produzido para manter a aceleração dos vetores da globalização e calcado num projeto de isolamento social: é evidente a segregação sócioespacial ensejada com os novos espaços de edifícios corporativos na região sudoeste da cidade de São Paulo” (BERNARDES, 2003, p. 204).

Esses espaços constituídos por ações e objetos criados para atender as atividades econômicas e a uma pequena parcela da população, adquirem um poder simbólico e ideológico importante que influencia as falas e ações dos planejadores da cidade que tomam estes pontos luminosos como se fossem a totalidade do espaço urbano, criando imagens e discursos sobre a cidade global, como se a cidade se restringisse a tais subespaços, esquecendo-se da maioria da população, para quem a realidade se mostra perversa.

Os pontos luminosos configuram-se como subespaços dentro da metrópole, pois há uma trama de relações na cidade que não estão a serviço da produção e expansão da economia “global”. Este meio técnico científico informacional de São Paulo é só uma parte da totalidade urbana possuindo a primazia no comando das ações políticas e econômicas, no entanto, não o comando de toda a economia, nem de toda ação política da cidade.

Por se tratar de uma grande cidade de um país periférico, os espaços luminosos estão inseridos em uma trama horizontal complexa, havendo entraves para a expansão desses espaços monofuncionais, segregadores e reticulados. A tensão entre espaço e sociedade é novamente alavancada. Há diferentes usos de frações da cidade que não hegemônicas, onde a população exerce atividades que atendem as suas necessidades próximas. O espaço urbano paulistano, diante das inovações não tende a homogeneizar-se, justamente por que o meio técnico-científico-informacional é extremamente seletivo.

Para Milton SANTOS os espaços luminosos, que sustentam as atividades do setor superior da economia e cujas atividades são exigentes de infra-estrutura e sequiosas de rápida mobilização, opõem-se na cidade grande a maior parte da aglomeração, onde a temporalidade é lenta, e as atividades são adaptadas à infra-estruturas incompletas ou herdadas do passado. São os espaços periféricos, que como veremos, constituem os espaços de resistência. Uma resistência que é fruto de uma conjunção da configuração territorial anterior, com as atividades de ordem local, não-hegemônicas.

As heranças materiais da cidade e a vida de relações que a alma recriam, no cotidiano da cidade, formas novas ou adaptadas de trabalho, moradia, lazer, informação, educação, entre outras, que constituem as razões locais de ser e de existir da maior parte da população da cidade.

São Paulo se moderniza de maneira heterogênea com pequenos espaços concentradores de riqueza entremeados de grandes espaços de pobreza.

CAPÍTULO 2

PERIFERIA: AÇÕES HORIZONTAIS NA CIDADE DE SÃO PAULO – NOVOS USOS DO ESPAÇO E DO TEMPO

2.1 - A REPRODUÇÃO DAS DESIGUALDADES E AS POSSIBILIDADES DE MUDANÇAS NO PERÍODO ATUAL

No período atual difunde-se a idéia de homogeneização dos lugares, no entanto, o espaço geográfico torna-se cada vez mais diversificado e heterogêneo.

A Globalização não apaga nem as desigualdades nem as contradições que constituem uma parte importante do tecido social nacional e mundial. Ao contrário, desenvolve umas e outras, recriando-se em outros níveis, com novos ingredientes. As mesmas condições que alimentam a interdependência e a integração alimentam as desigualdades e contradições, em âmbito tribal, regional, nacional, continental e global. (IANNI, 1993, p. 125).

Os lugares passam a acolher múltiplas identidades, relações de cooperação e conflito em um cotidiano compartilhado por todos. O lugar ganha força, pois ao mesmo tempo em que acolhe os vetores hegemônicos da economia, da política e da cultura, possibilita também resistências àquelas ordens impostas pelos vetores globais da economia e da política.

A idéia de homogeneização dos lugares é uma das ideologias dentre uma lista de meias verdades da qual se alimenta o pensamento único. “A globalização trouxe consigo a possibilidade de empirização da ideologia mediante a utilização da ciência, da técnica e da informação, antes, durante e depois do processo produtivo” (SANTOS, 20 de agosto de 2000).

Vivemos um momento paradoxal, ambíguo, pois o surgimento do informacionalismo, da *sociedade em rede*, de que nos fala Castells, está entremeado de desigualdade e exclusão social crescente em todo o mundo. “O processo de reestruturação do capitalismo, com sua lógica mais rigorosa de competitividade econômica, é responsável por boa parte desse sofrimento” (CASTELLS, 1999, p.95). É um tempo de miséria, tragédia, violência e de anulação das capacidades humanas, um número cada vez maior de pessoas vêm diminuídas

suas possibilidades de desenvolvimento, excluídas que estão do acesso aos fluxos de informação e riqueza. Enquanto para uns a globalização possibilitou a ampliação da fruição da vida e do mundo, para outros se fecham impiedosamente.

Pela imposição da concepção neoliberal de globalização, para qual os direitos são desiguais, as novidades modernas aparecem para a maioria apenas como objeto de consumo, e para muitos apenas como espetáculo. O direito de ser cidadão, ou seja, de decidir como são produzidos, distribuídos e utilizados esses bens, se restringe novamente às elites. (CANCLINI, 1999, p.54).

Novas desigualdades são produzidas por uma estrutura de classes, em que a classe hegemônica compartilha de uma situação comum de privilégio sócio-econômico e interesses nas relações do poder político e de controle social.

Nas últimas décadas a desigualdade na distribuição de riquezas se agravou, segundo estimativas das Nações Unidas, cerca de 1 bilhão e meio de pessoas (1/4 da população mundial) vivem na pobreza absoluta, ou seja, com um rendimento inferior a um dólar por dia e outros dois bilhões vivem apenas com o dobro desse rendimento.

Nos últimos 30 anos a desigualdade na distribuição dos rendimentos entre países aumentou dramaticamente. De acordo com o Banco Mundial, em 1995, o conjunto dos países pobres, onde vivem 85,2% da população mundial, detém apenas 21,5% do rendimento mundial, enquanto o conjunto dos países ricos, com 14,8% da população mundial detém 78,5% do rendimento mundial. Segundo o Relatório do Desenvolvimento Humano do PNUD – Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento - relativo a 1999, os 20% da população mundial que vive nos países mais ricos detinham, em 1997, 86% do produto bruto mundial, enquanto que os 20% mais pobres detinham apenas 1%. Os valores dos três maiores bilionários do mundo excedem a soma do produto interno bruto de todos os países menos desenvolvidos do mundo onde vivem 600 milhões de pessoas. (SOUZA SANTOS, 2002, p. 33-34).

Vemos que a concentração de riqueza (re) produzida pela globalização vigente atinge proporções escandalosas e, contra o aumento da pobreza são tomadas medidas que apenas controlam os riscos diante da maioria despossuída, mas não eliminam a pobreza - consequências inevitáveis que só podem ser controladas, mas não eliminadas pelo crescimento econômico fundado numa competitividade desarrazoada.

Essa “nova” pobreza não resulta da inexistência de recursos humanos ou materiais, mas sim do uso político que se faz destes recursos.

Quando os discursos propagam que a pobreza diminuiu, é mais uma entre as afirmações ideológicas de que falamos anteriormente. Essa afirmação não leva em consideração o fato que, num mundo onde tudo evolui rapidamente, a definição de pobreza também o faz. Segundo SANTOS (20/08/2000), manipula-se a escolha dos dados para exprimir a realidade, trata-se de uma “politização das estatísticas”.

“A pobreza aumenta cada vez que cresce o número de objetos e de serviços sem que os que se encontram na base da pirâmide social possam a eles ter acesso” (SANTOS, 20 de agosto de 2000).

Num primeiro momento os discursos ideológicos surtem efeito por trazer satisfação para uns e manter viva a esperança de outros, mas nenhuma sociedade deixa-se enganar o tempo todo. Num segundo momento quando o discurso não corresponde aos resultados obtidos, amplia-se o número de insatisfeitos, não atendidos e desiludidos. Para a maioria o sistema não funciona. No entanto, os discursos ideológicos continuam como prova de excelência de um modelo fundamentado no uso abusivo de slogans e estatísticas politizadas.

O embate e as contradições entre a vida das pessoas e o discurso propagado gera um questionamento da ordem vigente por parte daqueles que estão insatisfeitos e não vêem no seu cotidiano correspondência com o que é dito e pensado.

É a partir desse momento que a vocação do engodo mostra equívocos da ideologia empiricizada e a verdade começa a triunfar, abrindo caminho para novas formulações, tanto na interpretação da história quanto na proposição de políticas (SANTOS, 20 de agosto de 2000).

Trata-se de uma consciência popular que se levanta, uma organização política embrionária que se manifesta fora dos quadros institucionais.

O processo de globalização influencia todos os aspectos da existência: economia, cultura, política, mas como vimos, não se impõe de modo homogêneo, uma vez que as pessoas não são atingidas igualmente por esse processo, que encontra obstáculos na diversidade dos homens e dos lugares. No espaço de todos os homens e de diferentes racionalidades, as ações hegemônicas, ditas globais, não são aceitas passivamente.

A globalização constitui-se de possibilidades de realização eficaz das ações hegemônicas como também é possibilidade de manifestação do desapeço da maioria da sociedade. Compartilhamos a idéia de que o processo de globalização sob a perspectiva neoliberal tal como ocorre hoje não seja o único caminho possível. A materialidade, os objetos que compõem o espaço geográfico, pode ser usada com outros propósitos que não os hegemônicos, com outra finalidade política, proporcionando uma outra globalização, mais inclusiva, mais humana. O espaço geográfico é possibilidade de realização de outras ações, outros usos, outra globalização.

Há condições materiais já empiricamente disponíveis para a realização de uma globalização mais inclusiva, o que falta é uma outra política, um outro uso político desses objetos que compõem o espaço geográfico para que ocorra uma mudança histórica profunda e válida para todos. E as possibilidades de uma outra política, de um outro discurso pode vir dos pobres e de fora dos quadros institucionais. Nem sempre as mudanças são percebidas, tem suas origens em um movimento de fundo e com a participação de novos atores. É assim que se dão as rupturas, as novas relações, os novos modos de fazer, pensar e de ser.

Um indicativo de que a mudança é possível é a emergência de movimentos sociais emancipatórios que se servem de meios técnicos para exercer uma revanche, um outro uso político da mesma base material, agora a serviço da coletividade e não de interesses privatísticos.

E, contudo, “algo” resiste. Contra as ciladas e constrangimentos do espaço e do tempo da modernidade, resistências já se esboçam; resistências políticas, embora a política oficial não se dê conta disso. Por mais incertas e confusas que sejam as respostas, as verdadeiras questões começam a surgir, e isso é bastante. (CHESNEAUX, 1995, p. 39-40).

Há a visibilidade de novas possibilidades oferecidas pelo período e a consciência de que é possível uma multiplicidade de combinações não condutoras de alienação, onde as mudanças não suprimam a identidade, mas renovem os seus sentidos a partir de novas relações. É a possibilidade de assegurar que um lugar, uma cidade ou um país não seja exclusivamente tributário, mas que este tenha uma participação soberana na produção de uma história universal.

A subordinação a um modelo único de economia tem trazido como consequência para os países uma qualidade de vida ruim para a maioria da população, e a ampliação do número de pobres. Com a ordem vigente, as políticas sociais são deixadas de lado sob o argumento de que os recursos sociais e o dinheiro público devem ser utilizados nos ajustes econômicos necessários à incorporação do país ao competitivo mercado global. O homem não é mais a preocupação central, mas a economia sim. Vivemos num momento da história, de acordo com HABERMAS (1975), em que o sistema formado pelo Estado e a economia, como já dissemos anteriormente, têm como mecanismos reguladores: o dinheiro e o poder e não admitem o questionamento dos princípios que regem seu funcionamento, é um sistema é regido pela racionalidade instrumental, em que predomina o princípio da eficácia – os meios são ajustados aos fins. Ao se racionalizarem a economia e o Estado transformam sua eficácia em fim último não permitindo o questionamento de seu funcionamento.

Os interesses sociais são suplantados pelo interesse econômico, levando a adoção de uma agenda de investimentos e a hierarquização nos gastos públicos, empresariais e privados que cada vez mais contempla menos a totalidade da população. É o uso do dinheiro público para o benefício de alguns agentes hegemônicos, que não representam os interesses do povo brasileiro.

2.2 - OS ESPAÇOS PERIFÉRICOS NA CIDADE CORPORATIVA

A metrópole é também aquela que exclui, segrega e fragmenta. Moderniza-se as custas das condições estruturais de pobreza. São Paulo ao mesmo tempo em que se adequa as exigências do processo de globalização, tem uma grande parcela da população mergulhada na pobreza.

A cidade de São Paulo torna-se um espaço que, como já dissemos, se organiza para abrigar a gestão das grandes corporações. Essa participação na economia internacional exige da metrópole de um país periférico, como o Brasil, um esforço ainda maior no que tange a instrumentalização do meio para adequá-lo as exigências do mercado mundial. É direcionada uma enorme massa de recursos na implantação de infra-estruturas e revalorização de subespaços para adequá-las as atividades mais modernas. A consequência direta da incorporação de São Paulo no cenário internacional é a renúncia e a proibição de investir em questões prioritárias para a maioria da população.

A modernização seletiva e não igualitária, privilegia espaços e excluem outros. A cidade se caracteriza por produzir escassez de toda ordem: habitação, equipamentos públicos de saúde, lazer, cultura, educação, etc., para a maior parte da população. Quanto maior a escassez de bens necessários à vida, maior é a diferença sócioespacial, uma vez que o “espaço urbano é diferentemente ocupado em função das classes sociais em que se divide a sociedade

urbana” (SANTOS, 1993, p. 83). Se contrapõem no espaço banal a apropriação e o uso diferencial de objetos e equipamentos urbanos, a partir das classes sociais.

Os espaços periféricos não recebem tal denominação por que se localizam nos limites marginais da cidade ou por que são espaços residuais, mas por que independente da sua localização e do seu tamanho, são do ponto de vista urbano e social, espaços não valorizados pelos fluxos de capital, técnica e ciência.

As periferias são espaços subversivos aos padrões urbanos regulados por normas de ocupação e dos princípios de propriedade privada do solo.

Em São Paulo, por exemplo, os loteamentos com frequência são ilegais porque carecem de infra-estrutura urbanas mínimas, ou as favelas são ilegais por que têm-se instalado em espaços públicos urbanos, ou as invasões são ilegais porque têm-se localizado em espaços naturais protegidos; todos eles com um grau de desenvolvimento urbano em nada normalizado e apenas regulado e, no entanto, ocupam grande parte da extensão territorial metropolitana (ROBIRA, 2005, p. 17).

O direito de morar, confundido com o direito de ser proprietário de uma casa, é instrumento de um discurso ideológico propalado pelo Estado e destinado a não resolver a questão da moradia para a população pobre, haja visto o número crescente de habitações “subnormais”¹³ existentes em São Paulo. Em períodos próximos às eleições, quando se decide construir casas para os mais pobres, estas são habitações que já nascem subnormais, neste caso sem aspas. (SANTOS, 1993). Essas habitações são tão pequenas que conduzem a toda espécie de confinamentos e promiscuidades. Na concepção de planejadores e técnicos responsáveis por tais construções, as pessoas têm necessidades essenciais em função da classe a que pertencem, ou seja, um pobre acostumado à escassez de toda ordem não precisaria de uma casa ampla e confortável, isso é privilégio de quem pode pagar por ela. Trata-se de um raciocínio economista e imoral, praticamente aceito pela sociedade, isto é, pela classe hegemônica.

¹³ Habitações subnormais são, segundo o IBGE, unidades habitacionais (barracos, casas, etc) localizados em terrenos de propriedade alheia (pública ou particular).

Dessa forma, a construção de casas para os mais pobres ajuda a viabilizar a cidade corporativa, uma vez que o dinheiro economizado na construção de casas populares é utilizado para a instrumentalização do meio para o cumprimento das novas exigências da economia global. É uma cidade criada para servir aos interesses dos grandes conglomerados e de uma reduzida parcela da população e não toda a sociedade.

O valor das pessoas depende, em larga escala, do lugar onde está, ou seja, o seu valor como cidadão depende de sua localização no território.

Seu valor vai mudando, incessantemente, para melhor ou para pior, em função das diferenças de acessibilidade (tempo, frequência, preço), independentes de sua própria condição.(...) A possibilidade de ser mais ou menos cidadão depende, em larga proporção, do ponto do território onde se está. Enquanto um lugar vem a ser a condição de sua pobreza, um outro lugar poderia, no mesmo momento histórico, facilitar o acesso àqueles bens e serviços que lhes são teoricamente devidos, mas que, de fato, lhe faltam (SANTOS, 1993, p. 81).

Em São Paulo, o acesso à bens e serviços essenciais, públicos e privados, é tão diferencial e contrastante que uma grande maioria de paulistanos acaba por estar privado desses bens e serviços, seja pela inexistência ou simplesmente não podem ser alcançados por uma questão de tempo ou dinheiro.

Os espaços periféricos são, na maioria das cidades brasileiras, o destino dos pobres, “eles estão condenados a não dispor de serviços sociais ou a utilizá-los precariamente, ainda que pagando por eles preços extorsivos” (SANTOS, 1993, p. 47). Apesar de uma elevada densidade demográfica na periferia, os serviços essenciais à vida social e à vida individual estão ausentes. É como se para o poder público essas pessoas nem lá estivessem, uma vez que a cidade, como já dissemos, é instrumentalizada para servir à economia e não à sociedade.

O conjunto dos que aí habitam constitui a reserva de mão-de-obra metropolitana, assim sendo o subemprego e o desemprego são situações dominantes nestes espaços. Como forma de sobrevivência são desenvolvidas atividades do circuito inferior da economia, em que a criatividade e a solidariedade faz a diferença.

Tendo como ponto de partida a realidade contraditória do espaço urbano de São Paulo que nos propusemos pensar os espaços periféricos, como subespaços destituídos de serviços essenciais, saneamento básico, escolas, hospitais, energia elétrica, água e até mesmo a ausência completa de equipamentos de lazer e cultura. E quando estes espaços são instrumentalizados conforme as necessidades reivindicadas pela população, os mais pobres acabam por ser expulsos, uma vez que não tem condições de arcar com o ônus da valorização, reproduzindo um processo perverso de exclusão.

As restrições à acessibilidade dos serviços públicos atingem diretamente as classes de menor poder aquisitivo, que vêem negado os seus direitos de usar plenamente dos serviços essenciais. Com isso os alicerces da cidadania se fragilizam e os homens aí, se tornam cidadãos incompletos.

Morar na periferia é se condenar duas vezes à pobreza. À pobreza gerada pelo modelo econômico, segmentador do mercado de trabalho e das classes sociais, superpõe-se a pobreza gerada pelo modelo territorial. Este, afinal, determina quem deve ser mais ou menos pobre somente por morar neste ou naquele lugar. Onde os bens sociais existem apenas na forma mercantil, reduz-se o número dos que potencialmente lhes têm acesso, os quais se tornam ainda mais pobres por terem de pagar o que, em condições democráticas normais, teria de lhe ser entregue gratuitamente pelo poder público (SANTOS, 1993, p. 115).

A relação centro-periferia tornou-se mais complexa, a periferia hoje é entendida mais pelo seu conteúdo, materialização da exclusão social e geográfica, do que pela geometria da cidade. As áreas periféricas não são simplesmente as áreas longínquas do perímetro urbano, pois não teríamos como explicar a abertura de loteamentos para as classes média e alta nos limites do espaço urbano. As novas formas e configurações do espaço urbano acentuam ainda mais a necessidade de uma redefinição do par centro-periferia.

Segundo SANTOS (1997, p. 261), os espaços onde os pobres vivem “são espaços do aproximativo e da criatividade, opostos às zonas luminosas, espaços da exatidão”. Esses espaços são denominados de *zonas opacas urbanas* (SANTOS, 1997), ou seja, possuem menor densidade técnica e informacional e, por conseguinte, menos aptos a atrair as

atividades modernas, com maior conteúdo de capital e tecnologia. São espaços não valorizados pelo capital, excluídos dos fluxos de riqueza e informação¹⁴ (**FOTO 3**).

No período técnico-científico e informacional e das infovias, a cidade de São Paulo, segundo SPOZATI (2001), tem ainda 2.159 quilômetros de ruas de terra, sendo que 50% delas estão na região sul, localizadas nos distritos de Grajaú, Parelheiros, Jardim Ângela, Jardim São Luís, Campo Limpo e Capão Redondo.

Em um século a cidade de São Paulo passou de 239.820 habitantes em 1900 para 10 milhões em 2000. “São Paulo cresceu 40 cidades em 100 anos” (SPOZATI, 2001, p. 26). Mas, se a progressão populacional da cidade foi dessa monta, a instrumentalização do espaço geográfico não acompanhou esse crescimento. A própria densidade populacional de 7.000 hab/km² pode ser um indício do desmedido crescimento da cidade, revelando também sua sócio-diversidade. Convivem aí pessoas de todas etnias, culturas e trabalhos, havendo comunicação e conflito, ações e resistências, questionamentos e negociações.

O efeito do tamanho tem importante papel, pois quanto maiores e mais populosas as cidades, mais capazes elas são de abrigar uma extensa gama de atividades, de temporalidades, racionalidades e usos distintos. As cidades, principalmente as cidade milionárias, têm um importante papel na criação dos fermentos que conduzem a ampliação do grau de consciência, são espaços em que há maior possibilidade do desvendamento ideológico. Por ser uma área populosa, há em São Paulo, tanto a criação limitada da racionalidade instrumental, como a produção ilimitada de contra-racionalidades e escassez.

¹⁴ Vários trabalhos têm buscado identificar e discutir essa nova forma de organização do espaço urbano de São Paulo, tal como o livro “São Paulo metrópole” elaborado pelo Centro de Estudos da Metrópole (CEM) e o “Mapa da Exclusão”, a ser publicado através de uma parceria entre a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), e o Instituto Pólis.

Foto 3 – Jardim Ângela



71

Fonte: Saggese, Antonio. Documento fotográfico. In: Espaço & Debates: Periferia Revisitada, ano 2001, nº 42, p. 71.

A onipresença de São Paulo no território brasileiro propicia acolher toda gente e oferecer toda espécie de ocupação. A metrópole atrai assim muitos pobres, mas, também produz os seus. Segundo o Mapa da Exclusão Social, a cidade de São Paulo ganhou um

milhão de excluídos nos últimos dez anos, e cerca de 8,9 milhões de pessoas possuem baixa renda, dificuldades de acesso à educação, saneamento, habitação, entre outros serviços.

De acordo com o *ranking de exclusão* (**Tabela 2** em anexo) 76 dos 96 distritos de São Paulo apresentam algum tipo de deteriorização da qualidade de vida, pela ausência ou inadequação das políticas públicas e pela carência na oferta de equipamentos sociais. O Jardim Ângela apresentou o pior índice¹⁵, e Moema, o melhor. De modo geral, a zona sul apresentou os piores índices, seguido da área noroeste da cidade - próximo a Serra da Cantareira, enquanto que a área central e o seu entorno – centro expandido - apresentaram os melhores índices, justamente os espaços que historicamente mais receberam investimentos públicos .

É também na zona sul que se localiza o maior número de favelas da cidade de São Paulo. A cidade conta com um total de 2000 favelas cadastradas pela prefeitura. Em 1987 eram 1592 favelas cadastradas pela Secretaria Municipal de Habitação e Desenvolvimento Urbano/ SEHAB. O aumento do número de favelas e de cortiços na cidade de São Paulo demonstra as táticas dos grupos excluídos para “solucionar” o problema da moradia.

Os dados sobre a população residente em favelas e o número de favelas variam conforme a definição de “favela” adotado pela instituição coletora dos dados. A Secretaria Municipal de Habitação e Desenvolvimento Urbano/SEHAB considera favelas e assemelhados “os agrupamentos de, no mínimo, duas unidades habitacionais precariamente construídas e dispostas de forma desordenada em um mesmo lote, cuja propriedade não é

¹⁵ Este índice leva em consideração 47 variáveis agrupadas em 4 grandes áreas: autonomia (renda dos chefes de família, oferta de emprego, etc.), qualidade de vida (acesso aos serviços como: educação saúde, saneamento, densidade habitacional, conforto familiar, etc.), desenvolvimento humano (nível de escolaridade dos chefes de família, longevidade, mortalidade infantil e juvenil, violência, etc.) e equidade (indica o grau de concentração de mulheres como chefes de família). O índice varia de -1 a 1, sendo zero definido como padrão básico de inclusão social. De acordo com os critérios utilizados 76 dos 96 distritos da cidade de São Paulo foram considerados como excluídos, na pesquisa “O mapa da exclusão”.

legalizada para aqueles que o ocupam”. Já o IBGE considera favelas e assemelhados como “Aglomerados Subnormais. Aglomerado subnormal é o conjunto constituído por mais de 50 unidades habitacionais (barracos, casas...) localizadas em terrenos de propriedade alheia (pública ou particular), com ocupação desordenada e densa sendo, em geral, carente de serviços públicos essenciais”. A **Tabela 3**, abaixo, mostra a diferença entre os dados da Secretaria Municipal de Habitação e Desenvolvimento Urbano/SEHAB e do IBGE. Entre as duas definições de favelas vemos semelhanças no que diz respeito à precariedade da habitação, a carência de serviços e equipamentos públicos e a ilegalidade do espaço que ocupam.

Tabela 3 - Município de São Paulo
Favelas, Domicílios e Moradores - 1993 e 1996.

	PMSP/SEHAB/FIPE	IBGE
Favelas	1.592	506
Domicílios	378.863	177.141
Moradores	1.901.892	748.455
Pessoas/Domicílio	5,02	4,22

Fonte: IBGE - Contagem populacional/1996

Os cortiços se localizam em maior número na área central, mas há também cortiços em outros espaços da cidade. Na região da Sé havia em 1997, 4.239 cortiços, na Mooca, 1.788 e no Ipiranga, 1.625, com um total de 600 mil moradores de cortiços, o que representava cerca de 6% da população paulistana (ALMEIDA, 2000). As condições de habitação são precárias, mas a economia com transporte, a proximidade com um mercado de trabalho mais diversificado e a presença dos serviços públicos são fatores que justificam a existência de famílias vivendo em habitações coletivas.

A população que habita os cortiços, além da exclusão social, caracterizada pela privação de bens e serviços públicos essenciais, também são objetos da exclusão espacial, uma vez que lhes são reservados os subespaços que não interessam ao grande capital, excluídos dos fluxos de riqueza, e a presença do poder público é escassa, quando não nula.

O processo de revalorização de partes da cidade, como já dissemos no Capítulo 1, em especial o centro histórico, prioriza o espaço, enquanto condição para a reprodução do capital, buscando adequar os espaços centrais para determinados usos de uma parcela da população. Esses investimentos e ações não alteram o quadro social existente e quando não aprofundam as desigualdades, as injustiças sociais, a exclusão, contribuem para a manutenção do status *quo*, dominação e reprodução das relações de exploração e de exclusão.

Se no centro da cidade as ações de revalorização, como vimos, reproduzem o processo de exclusão, nas periferias não é diferente.

Mesmo sendo proprietários de imóveis que ocupam, os habitantes da periferia vivem em áreas totalmente desprovidas dos equipamentos mínimos necessários. São áreas sem acesso à transporte público, postos policiais e de saúde, escolas e creches, quando muito com funcionamento precaríssimos.

A massa de proprietários de apartamentos dos conjuntos Cohab, a exemplo de Santa Etelvina, na Cidade Tiradentes, é aprisionada em espaços de 40 metros quadrados e não tem alternativas de espaços públicos para si ou para seus filhos. A eles sobram as ruas sem tratamento, as gangues e a violência” (SPOZATI, 2001, p.16).

Os espaços periféricos são os que apresentam maior proporção de crianças (de 0 a 4 anos) e jovens¹⁶ (de 15 a 19 anos), o que pode também ser um indicativo para se compreender a força que o Movimento Hip Hop¹⁷ adquire nos espaços periféricos.

¹⁶ Ver em anexo **Tabela 4 “População de 15 a 19 anos, segundo os distritos do município de São Paulo – 2000”**.

¹⁷ O Hip Hop é um movimento integrado por práticas juvenis.

2. 3 – A DISTRIBUIÇÃO DOS EQUIPAMENTOS CULTURAIS NA CIDADE DE SÃO PAULO

Uma análise da distribuição dos equipamentos culturais nos permite também averiguar o grau de exclusão das populações nos espaços periféricos, bem como se constituir em um indicativo que auxilia na explicação do porquê o Hip Hop adquire força nos espaços periféricos.

A pesquisa realiza a partir dos dados da Fundação SEADE (**TABELA 1** em anexo) mostram uma irregularidade na distribuição espacial e no acesso aos equipamentos culturais na cidade de São Paulo que se concentram em espaços que historicamente mais têm recebido esses investimentos.

Segundo os dados da Fundação SEADE dos 76 distritos de São Paulo, 36 não possuem nenhum tipo de equipamento cultural¹⁸ – salas de cinema, teatro, casas de cultura, museus e espaços/oficinas culturais. Levando em consideração a população desses distritos¹⁹, corresponde a mais de 4 milhões de pessoas que não tem acesso a equipamentos culturais no lugar em que vivem.

Das 31 subprefeituras do município de São Paulo apenas 8 – Butantã, Lapa, Mooca, Pinheiros, Sé e Vila Mariana - detém 63% das salas de cinema, 87% das salas de teatro, 84% dos centros culturais, 83% dos museus e 82% dos espaços e oficina culturais existentes na cidade. Quando sabemos que nessas áreas residem aproximadamente 17% da população, verificamos a extrema concentração desses serviços e a dificuldade de tempo e preço dos transportes que os residentes de outras áreas da cidade enfrentam para ir a um cinema, a um teatro ou a um museu, isto quando é possível para a população pagar por esse ônus.

¹⁸ São eles: Aricanduva, Carrão, Raposo Tavares, Rio Pequeno, Campo Limpo, Capão Redondo, Cachoeirinha, Casa Verde Limão, Cidade Ademar, Pedreira, Cidade Tiradentes, Ermelino Matarazzo, Ponte Rasa, Brasilândia, Guaianases, Lajeado, Jaguará, Brás, Marsilac, Parelheiros, Anhanguera, Perus, Jaraguá, Piratuba, São Domingos, Iguatemi, São Mateus, São Rafael, Jardim Helena, vila Jacuí, Cambuci, Grajaú, Tremembé, Vila Maria e Vila Medeiros (Fundação Seade, 2002)

¹⁹ Ver em anexo a **Tabela 5 “População Total, por grupos de idade, segundo subprefeituras e distritos do Município de São Paulo – 2004”**.

Dentre os 96 distritos da cidade de São Paulo apenas 19 possuem teatros. A maior concentração desses equipamentos culturais estão nos distritos: Bela Vista (14 Teatros), Vila Mariana (8), República (7), Santo Amaro (6), Lapa (5), Consolação (4), Butantã (4) e Itaim Bibi (3), isto é, nas proximidades da região central. (EMPLASA, 2000).

A zona leste seguida da zona norte e o sul da zona sul são as que menos possuem equipamentos culturais, já a área sudoeste da cidade são os mais bem dotados de infraestrutura.

Justamente nos espaços onde a cultura institucionalizada se mantém ausente é que o Movimento Hip Hop surge como uma manifestação da cultura popular.

Mesmo a cidade apresentando um grande número de equipamentos culturais, os espaços periféricos se caracterizam pelo não acesso ao lazer. Não há parques, teatros, cinemas ou museus na periferia.

A seletividade dos investimentos, principalmente os investimentos públicos, é a matriz da valorização desigual do espaço urbano, o que acaba por impor uma distribuição seletiva da infraestrutura e dos equipamentos urbanos, favorecendo assim, os grandes grupos econômicos da indústria do entretenimento acessível somente para uma pequena parcela da população que pode pagar por esses produtos. Tal processo contribui para a expansão das áreas periféricas, expressão da segregação sócio-espacial a que estão submetidas grande parte da cidade e a maioria da população.

Mas a periferia adquire no período atual novos sentidos, indo além da exclusão social e geográfica. É também o espaço da resistência, espaço da ação política.

2.4 - AÇÕES HORIZONTAIS NO LUGAR: NOVOS SENTIDOS A PERIFERIA

É nas ruas, nas praças, nos demais espaços públicos, nas periferias que fermentam e desenvolvem-se as alternativas, as transformações, as liberdades e os direitos. Nelas são

verificáveis as profundas ambivalências que estão materializadas no espaço urbano: pobreza x riqueza, centro x periferia. No lugar as ações horizontais ganham representatividade, pois caracterizam espaços onde a vida cotidiana envolve várias temporalidades, “considerando a existência de todos e de cada um”.

A periferia é o lugar, é o espaço e o tempo onde se constroem referenciais, onde se exerce um conjunto de perspectivas históricas de parte da população. É um processo concreto, um acontecimento do mundo, pertence ao mundo. Como tal à periferia não pode ser vista como fato isolado. Para a compreensão desse lugar é preciso entendê-la na sua relação com outros subespaços da metrópole, bem como sua relação com o mundo.

A periferia mostra-se um espaço complexo e contem em si a possibilidade de subversão da ordem imposta hegemonicamente. É um lugar de sobrevivência difícil, onde a população vivencia, cotidianamente a escassez. Segundo SANTOS (2000), cada dia é uma nova experiência de escassez, por isso não há repouso, é uma briga cotidiana pela sobrevivência”. É assim que se desenvolvem experiências, ações renovadas revelando outros valores: solidariedade, liberdade, autonomia. Usam o espaço segundo sua própria racionalidade, sua própria identidade.

A experiência da escassez, a proximidade, a concentração populacional, as desigualdades materializadas no espaço constituem instrumentos essenciais na percepção da situação de cada um e uma possibilidade de conhecimento e tomada de consciência.

Quanto mais diferentes são os que convivem em um determinado espaço, maior será a profusão de idéias sobre o mundo e tanto mais rico será o debate ora silencioso, ora ruidoso, que se estabelece na sociedade.

Nesse sentido, São Paulo é um lugar privilegiado para o questionamento da reprodução das desigualdades, e os espaços periféricos têm esse papel no desvelar ideológico, de revelar as injustiças e desigualdades.

Os pobres, aquela parcela da população cuja luta é diária pela sobrevivência, descobrem a cada dia formas inéditas de trabalho, a busca por soluções de seus problemas é constante. Diferentemente dos miseráveis, que tem privação total e aniquilação da pessoa, os pobres vivem uma situação de carência, de luta, mas também de vida ativa, em que a tomada de consciência é possível. (SANTOS, 2000).

Nosso objetivo é mostrar que os pobres possuem um papel ativo na produção do presente e do futuro.

A periferia surge com novos atributos, novos significados e não apenas como um problema a ser solucionado pelos governos, um subespaço da exclusão social e geográfica. Contraditoriamente, é um espaço da ação política, um espaço de manifestação cultural própria.

No período histórico atual é preciso repensar os espaços periféricos para dar conta de compreender a realidade transformadora.

Na convivência com a escassez e com o outro, é elaborado uma política, “a política dos de baixo” (SANTOS, 2000, p. 132) constituída a partir de suas visões de mundo e do lugar. É uma política baseada no cotidiano vivido por todos e difere da política institucionalizada, conduzida por partidos e empresas. Trata-se de uma política exercida de baixo para cima e legitima-se por colocar em discussão os caminhos a serem trilhados pela sociedade. Há um debate político expondo o conflito, as diferenças, as discordâncias, as contradições existentes na sociedade, cujo propósito de superá-las se faz através da negociação coletiva dos fins.

Resistente ao predomínio da racionalidade instrumental desenvolve-se aí, na periferia outras razões para continuar a viver o mundo. É através da experiência da escassez compartilhada por todos que o reconhecimento, a identidade e o diálogo acontece de forma solidária.

No “mundo vivido” as ações comunicativas, compartilhadas conduzem ao desvelar ideológico, à ampliação do espaço da esfera pública e à construção da liberdade, onde é possível o questionamento e a emergência de ações revolucionárias.

Segundo HABERMAS (1975), houve uma ruptura, uma dissociação entre o “mundo vivido” e o “sistema” (composto pelo Estado e a economia) e uma colonização do mundo vivido pelo sistema, ou seja, o princípio que rege o Estado e a economia passa também a se apropriar da ciência, da cultura e da ética. A ciência voltada para o mercado e a indústria cultural são exemplos dessa colonização baseada na racionalidade instrumental, em que o princípio do poder e do lucro é determinante e vida do homem comum se submete também às leis de mercado. Essa dissociação acaba por gerar uma apatia, dando a sensação de que nada podemos fazer em relação ao Estado e à economia, com isso o “sistema” passa a ser como que livremente controlado por uma elite que estabelece as regras.

Mesmo com a predominância da racionalidade instrumental, a razão comunicativa – aquela calcada no diálogo, na argumentação e no questionamento das verdades afirmadas sobre os fatos e da adequação das normas sociais - resiste nos interstícios das esferas colonizadas do mundo vivido e é o que possibilita a mudança de normas e valores sociais por parte dos agentes envolvidos e atingidos.

São essas ações compartilhadas, as ações de natureza horizontal que são criadoras de solidariedades.

As horizontalidades se prestam ao estabelecimento de intercâmbio, trocas mais sadias entre as comunidades, populações com interesses em comum, estabelecidos historicamente. Essas horizontalidades constituem-se em “armaduras” face às investidas das ações verticais. Constituem a melhor defesa dos interesses da maioria, já que reduz ou retarda a aceleração dos mecanismos de ampliação das desigualdades setoriais e sociais. Estabelece-se uma teia de relações horizontais destinadas a salvaguardarem os seus interesses econômicos e beneficiar

as respectivas populações, se apropriando das possibilidades de fluidez a seu favor.(SANTOS, 2000).

As horizontalidades aparecem como ações, razões e usos localmente construídos, que são a base para uma coesão social a serviço de interesses coletivos e permite que se realizem outras temporalidades, ou seja, é possível o tempo enquanto duração dos fatos, da vivência coletiva que não são regidos por uma lógica hegemônica.

As horizontalidades constituem-se em espaços de contigüidade, onde prevalece uma integração solidária. O espaço banal, segundo SANTOS (2000, p. 108) é o espaço compartilhado por todos: empresas, instituições, pessoas, é o espaço das vivências, em que é possível a presença de outras racionalidades, ou contra-racionalidades, entendidas aqui como “formas de convivência e de regulação criadas a partir do território e que se mantém a despeito da vontade de unificação e homogeneização, características da racionalidade hegemônica típica das verticalidades” (SANTOS, 2000, p. 110).

Justamente por sua insubordinação à racionalidade hegemônica que as contra-racionalidades possibilitam um novo sentido e a busca por alternativas:

Essas contra-racionalidades se localizam, de um ponto de vista social, entre os pobres, os migrantes, os excluídos, as minorias; de um ponto de vista econômico, entre as atividades marginais, tradicionais ou recentemente marginalizadas; e, de um ponto de vista geográfico, nas áreas menos modernas e mais “opacas”, tornadas irracionais pelos usos hegemônicos. Todas essas situações se definem pela sua incapacidade de subordinação completa às racionalidades dominantes, já que não dispõem dos meios para ter acesso à modernidade material contemporânea. Essa experiência da escassez é a base de uma adaptação criadora à realidade existente. (SANTOS, 1997, p. 246).

A solidariedade orgânica permeia as relações estabelecidas no espaço banal permitindo que outras formas de existência sejam possíveis, fazendo do lugar não apenas um espaço para a ação pragmática, mas concomitantemente um espaço das resistências.

As horizontalidades e as verticalidades são movimentos concomitantes que se realizam nos lugares de modo peculiar.

Dada as características do período difunde-se a idéia de homogeneização dos lugares, no entanto, o espaço torna-se mais diversificado e heterogêneo. Os lugares passam a acolher múltiplas identidades, relações de cooperação e de conflito em um cotidiano compartilhado por todos, são os espaços em que as ações se territorializam.

No lugar há a convivência, a contigüidade, a interação. Essa vida comum é o que torna possível a construção de normas, valores, solidariedades locais, possibilitando uma nova história, uma nova forma de existir. É possível o estabelecimento da comunicação, a (re)criação de laços sociais e a sociabilidade entre indivíduos e grupos que compartilham experiências, valores simbólicos, pontos de vista, costumes, normas, ou um passado em comum permitindo com isso a negociação coletiva dos fins.

A produção da consciência, a negociação coletiva dos fins é possível graças à proximidade.

A aproximação que interessa ao geógrafo não se limita a uma mera definição das distâncias, ela tem a ver com a contigüidade física entre as pessoas numa mesma extensão, num mesmo conjunto de pontos contínuos, vivendo com a intensidade de suas inter-relações. Não são apenas as relações econômicas que devem ser apreendidas numa análise da situação de vizinhança, mas a totalidade das relações (SANTOS, 1997, p. 255).

A proximidade entre os homens na metrópole, dada a concentração de pessoas, objetos, ações, técnicas, possibilita tomar consciência das contradições (re)criadas pelo processo de globalização, fazendo com que a periferia seja o espaço das práticas transgressoras que emergem principalmente de grupos para quem a globalização se mostra perversa.

É a partir destas resistências, como o Movimento Hip Hop, destas práticas coletivas ou individuais, é que as mudanças podem se concretizar, pois há um questionamento da ordem vigente, da aparência das coisas, das ações, razões hegemônicas atuantes no lugar.

O lugar é o quadro de uma referência pragmática ao mundo, do qual lhe vêm solicitações e ordens precisas de ações condicionadas, mas é também o teatro insubstituível das paixões humanas, responsáveis, através da ação comunicativa, pelas mais diversas manifestações da espontaneidade e da criatividade (SANTOS, 1997, p. 258).

No lugar se superpõem dialeticamente a cooperação e o conflito de um cotidiano compartilhado por todos, cada qual com sua temporalidade, racionalidade, ações e usos. No período histórico atual os lugares se mundializam, estabelecendo uma relação que agora é local-global. Em alguns espaços incidem apenas alguns vetores verticais, enquanto que em outros há uma profusão de vetores de todas as ordens.

A presença dos pobres aumenta essa diversidade que se manifesta pela materialidade, pelas formas de trabalho, de vida e pela cultura, tal como representa as manifestações do movimento Hip Hop, uma vez que se estabelece novos usos e finalidades para os objetos, novas articulações, novas práticas, novas normas para a vida social. É principalmente na esfera comunicacional que os pobres se tornam agentes ativos.

As contradições e as possibilidades apresentadas pelo mundo estão materializadas e são percebidas no lugar.

Pensamos a periferia não somente como lugar de concretização de uma exclusão que é social e geográfica, mas também, como lugar em que se aproximam e se associam saberes cotidianos, apreendidos na luta constante pela sobrevivência.

Nessa busca para encontrar a satisfação das necessidades criadas artificialmente (socialmente), além dos bens finitos, a experiência da escassez faz criar a solidariedade e a liberdade – bens infinitos!

Esse cotidiano, ainda povoado de instrumentos e normas rígidas, ou seja, objetos e sistemas técnicos criados para viabilizar com mais eficácia as ações hegemônicas, pode ser usado com outros propósitos políticos, por outros agentes.

Os pobres têm a possibilidade de se apoderar desses instrumentais do espaço geográfico e adaptá-los de forma flexível criando nos lugares um novo dinamismo, resultando em formas inéditas de trabalho e de luta.

O movimento Hip Hop nos demonstra que isso é possível, se apodera de objetos técnicos antes de domínio das grandes corporações fonográficas e produz ali mesmo na favela, no seu lugar, um trabalho independente que confere a estes jovens autonomia na composição das letras, nos arranjos e em todo o processo criativo, dando sentido a obra e ao criador.

Os espaços periféricos podem ser reveladores de muitas manifestações de insatisfação com a realidade seletiva e com a rigidez das normas. A periferia pode ser vista como espaço onde as possibilidades de mudanças estão latentes. Mas essas possibilidades dependem das combinações entre as forças sociais que operam dialeticamente no lugar, criando e recriando dinâmicas. A depender das ações sociais que forem privilegiadas no momento, estas farão com que as possibilidades que o mundo apresenta sejam ou não efetivadas.

Deste ponto de vista, “cada lugar é, à sua maneira, o mundo” (SANTOS, 1997, p. 252), pois hoje se estabelece uma nova relação com o mundo, trata-se de uma relação local-global. É uma relação dialética que se caracteriza pela instabilidade, conferindo-lhe um dinamismo que se recria a todo o momento.

A resistência ocorre por que as ações hegemônicas não faz tábula rasa da cultura pré-existente, do modo de viver, dos costumes, tradições e simbolismos construídos historicamente. Nem tudo é capturado ou programado. É no lugar que está a possibilidade de manifestação do informal, do espontâneo, das relações de proximidade e singularidade. É isto que buscamos apreender, novos sentidos e usos que a população pobre faz da metrópole.

2.5 - O COTIDIANO COMO UMA DIMENSÃO DO ESPAÇO GEOGRÁFICO

Ao buscar compreender novas manifestações que dão um outro sentido a periferia, como no caso o Movimento Hip Hop, é preciso levar em consideração o cotidiano das pessoas

que vivem na periferia e que fazem da luta diária pela sobrevivência sua fonte criadora, construindo um saber próprio.

Compreender o cotidiano não significa inventariar ou descrever os objetos e hábitos diários de pessoas. Assim vistos, expressaria erroneamente a idéia de monotonia e imobilidade. É preciso tomar o cotidiano no seu movimento.

A vida cotidiana pode revelar os valores de uma sociedade, os usos que fazem do espaço, bem como o enfrentamento de normas e convenções estabelecidas e a sua recusa. É na vida cotidiana que se articulam diferentes processos sociais.

O entendimento do conteúdo geográfico do cotidiano pode contribuir para o entendimento da relação entre território e movimentos sociais, buscando enxergar na materialidade e no uso qualitativo desses objetos, componentes imprescindíveis do espaço geográfico, que se configura como condição para ação, estrutura de controle, um convite à ação! “Nada fazemos hoje que não seja à partir dos objetos que nos cercam. (...)A forma atual supõe informação no seu uso e ela própria constitui informação, graças a intencionalidade de sua produção” (SANTOS,1996, pg. 257).

No lugar o cotidiano compartilhado entre as mais diversas pessoas, instituições, trabalhos, racionalidades geram cooperação e conflito, organização e espontaneidade – base da vida em comum.

É no cotidiano que a política se territorializa em formas distintas daquelas institucionalizadas, onde é possível reconhecer formas criativas de sobrevivência e subversão manifestada nas formas de trabalho, consumo, lazer, cultura. O lugar, espaço onde o cotidiano se realiza torna possível uma reavaliação das heranças e a indagação sobre o presente e o futuro.

No cotidiano é possível a produção ilimitada de racionalidades por abrigar todas as modalidades de existências, e abrange várias temporalidades simultaneamente, permitindo considerar a existência de cada um e de todos.

O cotidiano supõe uma demanda de Política, resultado da consideração de múltiplos interesses. Caracteriza-se por uma heterogeneidade criadora.

Enquanto que nos espaços em que predominam a racionalidade hegemônica é pequena a margem deixada para a variedade, a criatividade, a espontaneidade, dada a rigidez das normas que regulam o uso dos objetos. Nos espaços periféricos as contra-racionalidades são produzidas e mantidas pela parcela da população que é pobre, de modo que há a possibilidade de escapar ao totalitarismo da racionalidade dominante.

2.6 - A PERIFERIA E A CULTURA POPULAR

A modernização é realizada a todo custo no Brasil, tomando como modelo exemplos de fora. Jamais em quinhentos anos de história conseguimos atribuir a maior parte da população uma educação de qualidade, o acesso universal a saúde pública. Como vimos, os problemas de habitação são crônicos e agora com a globalização, a pobreza, segundo SANTOS (2000), se tornou maior e mais abrangente enquanto minguava a esperança de ter um emprego e se amplia o desejo da modernidade, exacerbado por uma abertura econômica e cultural sem limites.

Todavia, paralelamente, devemos destacar as possibilidades abertas ao futuro, principalmente àquelas ligadas a existência de um vasto e diversificado território, apto a abrigar uma vida econômica, social e cultural heterogênea para o qual o processo de urbanização e a sócio-diversidade constitui dados positivos.

Tais condições potencializam a vocação do povo brasileiro para a comunicabilidade, que na base da pirâmide social amplia a vocação para a criatividade. Por serem pobres e

consumidores incompletos, escapam às normatizações e subvertem ordens estabelecidas hegemonicamente e podem melhor exercitar a espontaneidade.

A globalização acaba por engrossar o caldo da cultura popular em detrimento da cultura de massas, que cada vez mais é obediente a uma racionalidade exógena. Graças à diversidade de pessoas e lugares, os indivíduos não são atingidos igualmente pelo processo de globalização que propende a influenciar todos os aspectos da existência: a vida econômica, a vida cultural, a política, etc. No período histórico atual, a globalização agrava ainda mais a heterogeneidade.

A cultura, forma de comunicação do indivíduo e do grupo com o universo, é uma herança, mas também um reaprendizado das relações profundas entre o homem e seu meio, um resultado obtido através do próprio processo de viver. Incluindo o processo produtivo e as práticas sociais, a cultura é o que nos dá a consciência de pertencer a um grupo, do qual é o cimento. (SANTOS, 1993, p. 61).

Uma das conseqüências da heterogeneidade existente hoje é a importância que adquire a cultura popular, que se torna capaz de rivalizar com a cultura de massas.

A cultura de massas, como um vetor vertical e embuido da racionalidade instrumental incide sobre os lugares buscando homogeneizar e impor-se sobre a cultura popular, sendo indiferente às heranças e as realidades da sociedade e do lugar. Esse mercado que se cria a partir de elementos e símbolos globais são mais ou menos eficazes segundo os lugares e as sociedades, mas sempre incompleta por que há uma cultura que se constrói a partir das relações de proximidade, no lugar. Essa cultura pré-existente transforma-se em resistência à tentativa de homogeneização da cultura de massas.

“A cultura de massas é indiferente à ecologia social. Ela responde afirmativamente à vontade de uniformização e indiferenciação que é, freqüentemente, exterior ao corpo social” (SANTOS, 1993, p. 66). Já a cultura popular “tem suas raízes na terra em que se vive, simboliza o homem e seu entorno, a vontade de enfrentar o futuro sem romper com a

continuidade. Seu quadro e seu limite são as relações profundas que se tecem entre o homem e seu meio” (SANTOS, 1993, p. 66).

A cultura popular é a possibilidade de revanche sobre a cultura de massas, quando, faz uso dos sistemas técnicos e instrumentos concebidos na sua origem como produto, mercadoria. Porém, se os instrumentos podem ser os mesmos, seu uso e conteúdo são distintos, uma vez que sua base se encontra no território e cultura local.

A cidade transforma tudo, inclusive a matéria inerte, em elementos de cultura. De que cultura estaremos falando? Sobre a cultura de massas, que se alimenta das coisas, ou da cultura profunda, cultura popular, que se nutre dos homens? A cultura de massas, denominada de cultura por ser hegemônica, é adversária de consciência. (SANTOS, 1993, p. 64).

No confronto entre a cultura de massas e a cultura popular há uma renovação das criações culturais concebidas no lugar. “As cidades abrigam ao mesmo tempo uma cultura de massas e uma cultura popular, que colaboram e se atritam, interferem e se excluem, somam-se e se subtraem, num jogo dialético sem-fim” (SANTOS, 1993, p. 66).

A questão da escassez é novamente pertinente para buscarmos entender periferia como lugar de manifestação da cultura popular. O fato da população pobre não dispor de meios eficazes para participar plenamente da cultura de massas e as periferias serem espaços do aproximativo, da escassez, da convivência e da solidariedade, se configura como condições que contribuem para a construção de cultura que se processa no território, no trabalho, no cotidiano e ganha força para confrontar ali mesmo a cultura de massas. “Gente junta cria cultura e, paralelamente, cria uma economia territorializada, uma cultura territorializada, um discurso territorializado, uma política territorializada” (SANTOS, 2000, p. 144).

A partir de uma criação cultural concebida e fundamentada em uma racionalidade comunicativa, consumidores da indústria cultural, vítima da informação generalizada podem se transformar em sujeitos ativos. O conhecimento sobre o lugar onde vive e as possibilidades

atuais de conhecimento do mundo, podem ocasionar reflexões sobre a própria situação e culminar em práticas contrárias e resistentes ao discurso dominante.

É isso que buscamos apreender através de uma manifestação típica dos espaços periféricos – o Movimento Hip Hop. Procuramos demonstrar que a periferia é o espaço que possibilita a manifestação de contra-racionalidades.

Justamente por sua insubordinação à racionalidade hegemônica que contra-racionalidades possibilitam buscar alternativas e um novo significado e importância aos espaços periféricos.

2.7 - AS TÁTICAS TERRITORIAIS ESTABELECIDAS PELA PERIFERIA: O MOVIMENTO HIP HOP

“A revolução não será televisionada, irmão, realmente isso é uma coisa que é certa. A gente não sonha com isso, mano. A revolução que vejo é a revolução na mente de alguns moleques, que estão ouvindo, estão assimilando, estão se identificando” (Happing Hood²⁰, 2005).

O espaço urbano também é o lugar da construção de alternativas, pois é possível desenvolver a comunicação entre os pobres, já que reúne pessoas de origens, níveis de instrução e ocupações distintos. Esse adensamento induz a um questionamento sobre as diferenças de uso do espaço geográfico – o que se constitui em uma indagação de natureza política. Há um desejo de ultrapassar a própria situação e isso pode se manifestar de diversas maneiras: pela cultura, tal como o movimento Hip Hop ou até mesmo pela violência, já que esta também é uma forma de discurso, expressão também da insatisfação.

²⁰ Frase proferida em entrevista dada a Revista Caros Amigos em abril de 2005. Disponível no site: www.carosamigos.terra.com.br. Acesso em 23 de maio de 2005.

O Movimento Hip Hop tem a produção de um discurso colado à realidade, que se impõe independente da indústria cultural, trata-se de um movimento de baixo para cima, uma ação política que se dá fora dos quadros institucionais. Nos propusemos a estudar esse movimento, entendendo que as suas ações seguem uma outra racionalidade que não a hegemônica.

Nas periferias de São Paulo num primeiro momento e depois nas periferias do país estão surgindo novas formas de mobilização e organização popular. São experiências recentes e ainda não consolidadas, mas que são pertinentes ao debate político e acadêmico sobre a cidade.

Podemos dizer que são novas experiências que surgem como possibilidades de transformação da ordem vigente. São agentes ativos na discussão política sobre a cidade e na construção de propostas de novas formas de uso do território e de organização da vida. Tomamos como exemplo o Movimento Hip Hop na cidade de São Paulo, por considerarmos uma manifestação representativa dos espaços periféricos.

Existe uma relação estreita e até condicional entre o Hip Hop e o espaço onde ele se desenvolve, o que nos possibilita dizer que o movimento é parte do processo cultural e político típico dos espaços periféricos. A relação entre os espaços periféricos e o Hip Hop é a própria essência do movimento.

Estamos considerando o Hip Hop como um movimento político-cultural cujas ações são decisões daqueles que moram e usam espaços periféricos. Trata-se um movimento representativo dos anseios da sociedade que mora na periferia, os pobres agindo politicamente num verdadeiro movimento de inclusão que resiste, que traz novos conteúdos a esses espaços, nos fazendo crer que os espaços periféricos não são apenas espaços de exclusão sócio-espacial, mas também um espaço de fomento de resistências, de ações políticas, que através da cultura popular e da arte elabora novas formas de comunicação, de significação e de

interpretação do mundo. Através do movimento Hip Hop é possível apreender que eles constroem outros saberes, formas de trabalho, novas racionalidades e temporalidades presentes na metrópole paulistana.

Essa construção de saberes realizada pelo Movimento Hip Hop ocorre fora dos quadros institucionais. O conhecimento da realidade é uma questão vital para o movimento, é o fundamento para a ação, mas que lhes fora negado no processo de educação formal, no ensino institucionalizado²¹.

O saber construído pelo movimento é nutrido pelo cotidiano, é a ponte para a produção de uma política. Nos espaços periféricos, a construção de saberes e da cultura foge dos padrões institucionais, e se fundamenta nas experiências concretas das pessoas no seu cotidiano. Para o movimento, a fonte que alimenta a criação cultural e artística é o lugar onde moram, as comunidades das quais fazem parte, as desigualdades e as contradições presentes no espaço urbano em que vivem. O lugar da moradia, a vizinhança, o encontro com os amigos, o futebol com os amigos, a violência...etc são temas inspiradores do movimento, a matéria-prima para uma ação política calcada no cotidiano do lugar.

(...)Um lugar onde só tinham como atração, o bar,
e o candomblé pra se tomar a benção.
Esse é o palco da história que por mim será contada.
...um homem na estrada.
Equilibrado num barraco incômodo, mal acabado e sujo,
porém, seu único lar, seu bem e seu refúgio.
Um cheiro horrível de esgoto no quintal,
por cima ou por baixo, se chover será fatal.
Um pedaço do inferno, aqui é onde eu estou.
Até o IBGE passou aqui e nunca mais voltou.
Numerou os barracos, fez uma pá de perguntas.
Logo depois esqueceram, filhos da puta! (...).
(RACIONAIS MC'S)

²¹ Em relação à população negra, por exemplo, é comum livros como *Negras Raízes* (Alex Haley), *Escrevo o que eu quero* (Steve Byko), biografias de Martin Luther King e Malcon X, integram a bibliografia dos militantes do hip hop (SILVA, 1999). A partir do conhecimento que constroem a respeito da questão racial, o movimento elabora a denúncia ao racismo, marginalização da população negra, mas também reelaboram a identidade do negro de forma positiva. “A afirmação da negritude e dos símbolos de origem africana e afro-brasileira passaram a estruturar o imaginário juvenil, desconstruindo-se a ideologia do branqueamento, orientada por símbolos do mundo ocidental” (SILVA, 1999, p. 30).

A processo cultural e as ações do movimento hip hop não está circunscrita a um único lugar; não é só o espaço periférico: o bairro pobre, a favela, o loteamento irregular, o conjunto habitacional, que é fundamento para a criação artística e para as ações do movimento. Esses subespaços são o lugar de origem e de maior relevância para os militantes, mas não são únicos, o espaço urbano como um todo é fonte de questionamentos, de intervenção e de protesto do hip hop.

Tudo o que acontece nas periferias é matéria-prima para a criação de *raps*, coreografias do *break* e de grafites. Assim é comum vermos nas letras de rap, por exemplo, tanto rimas falando de alegrias, sonhos, amizades e os desejos de quem habita tais espaços, como também da violência policial, do tráfico de drogas, da pobreza e da miséria.

No movimento hip hop, diferentemente de outras manifestações artísticas, o questionamento político é consciente e explícito, a cultura torna-se um veículo do inconformismo de quem se identifica e adere ao movimento. A tônica da criação cultural do movimento hip hop é a denúncia das injustiças, expressam um conteúdo contundente de crítica social, apontando por vezes na direção de outras formas de relações sociais e de poder.

O Hip Hop rompe com uma cultura institucionalizada que se mantém longe dos espaços periféricos, e da criação de obras apolíticas e alienadas que são consumidas como produtos culturais e artísticos que visam o entretenimento, a contemplação. Segundo SOUZA e RODRIGUES (2005, p. 103), “a cultura perpassa a política e ambas tornam-se um único no movimento. Cultura como política e política da cultura: essa é uma das características fundamentais e mais ricas do *hip hop*”.

2. 8 – CONTEXTUALIZANDO A ORIGEM DO MOVIMENTO HIP HOP

O movimento Hip Hop em sua trajetória, como um importante fenômeno urbano juvenil de destaque no Brasil, especialmente em São Paulo, nos anos 90, fez-se à margem e nos interstícios da indústria cultural. É uma prática social promovida pelos jovens pobres.

O movimento Hip Hop surgiu nos guetos de Nova York, entre as décadas de 60 e 70, em meio a um estado de inquietação, de violência, de exclusão social a que estão sujeitos principalmente os negros, na sociedade norte-americana.

O Hip Hop tem sua origem ligada a questões raciais e fortemente influenciado por movimentos que o precederam, tal como os “panteras negras”. Martin Luther King e Malcom X desenvolveram idéias, ações que influenciaram o forte caráter militante do Hip Hop, pois questionavam a posição sócio-econômica dos negros na sociedade norte-americana.

Essas ações e posturas nos próprios guetos, como expressão empírica da luta pela sobrevivência da população pobre, criaram condições para que o Hip Hop se configurasse como um movimento que possui um conjunto de ações de caráter contestador e representativas dos espaços periféricos.

É na rua que o Hip Hop nasce, nas festas de rua utilizando elementos artísticos do cotidiano jovem: a dança, a pintura e a música. Para os jovens pobres essas festas surgiram como opções de diversão. Nestas festas realizadas nos guetos, onde se encontravam a população pobre: negros e latinos, concomitantemente, além do *rap*, outros elementos foram incorporados ao universo do Hip Hop: o *Break* (dança) e os grafites, além de um modo peculiar de se vestir.

O Hip Hop enquanto movimento social, manifesta suas ações e discursos através de quatro elementos: o *MC*²² (mestre de cerimônia), o *Dj*²³ (diskey jóquei), o *break* e o grafite.

²² O mestre de cerimônia é o que canta o rap.

MC e *Dj* são a expressão verbal/musical do Hip Hop, *Break* representa a dança praticada nas ruas, praças e bailes e o grafite que é a forma visual de uso do espaço urbano.

Há no movimento, grupos que consideram “o conhecimento”, como o quinto elemento no universo Hip Hop. Isso mostra que aqueles jovens que fazem parte do movimento já têm consciência do papel e da importância da informação e de sua transformação em conhecimento no período histórico atual.

É nas ruas dos guetos de Nova York que os quatro elementos se uniram para compor o Hip Hop.

Cada elemento assume um papel importante dentro da cultura e do comportamento Hip Hop. O rapper faz as letras e o canto falado, executando sobre as bases (músicas mixadas), que outro Mc (mestre de cerimônia/rapper) produz ou que o dj faz a partir de sons eletrônicos, instrumentais ou mixagens, criando novas músicas. O b. boy (dançarino de Break) apresenta ou representa a partir da expressão corporal o que diz a música. O grafitti (SIC) é a arte gráfica do movimento. No início a finalidade era demarcar territórios, acabou expressando em forma de desenhos, o aspecto visual das ruas, da periferia” (QUINTILIANO, 2002).

Em um primeiro momento tratava-se de uma competitividade, delimitação de territórios, buscando expressar, opinar e lutar contra a discriminação racial e social, a violência, etc., com isso esses jovens foram aprimorando, inovando constantemente os elementos que compõe o Hip Hop, conseqüentemente houve maior organização dos agentes do movimento. A partir destas inquietações foram criados valores, um novo modo de ser, pensar e agir na sociedade. E é essa organização que vai estruturar as ações dos que compõem o movimento, eles passaram “a ter uma ligação entre os seus membros caracterizada por uma consciência de nós” (ANDRADE, 1996, p. 107).

Ao se estruturarem e se organizarem em torno deste novo modo de existir na sociedade, houve uma divulgação dos valores pregados pelo Hip Hop atraindo e articulando

²³ O DJ é o “discotecário que prepara o embalo musical nos scratches” (ALVES, 2001, p.20)

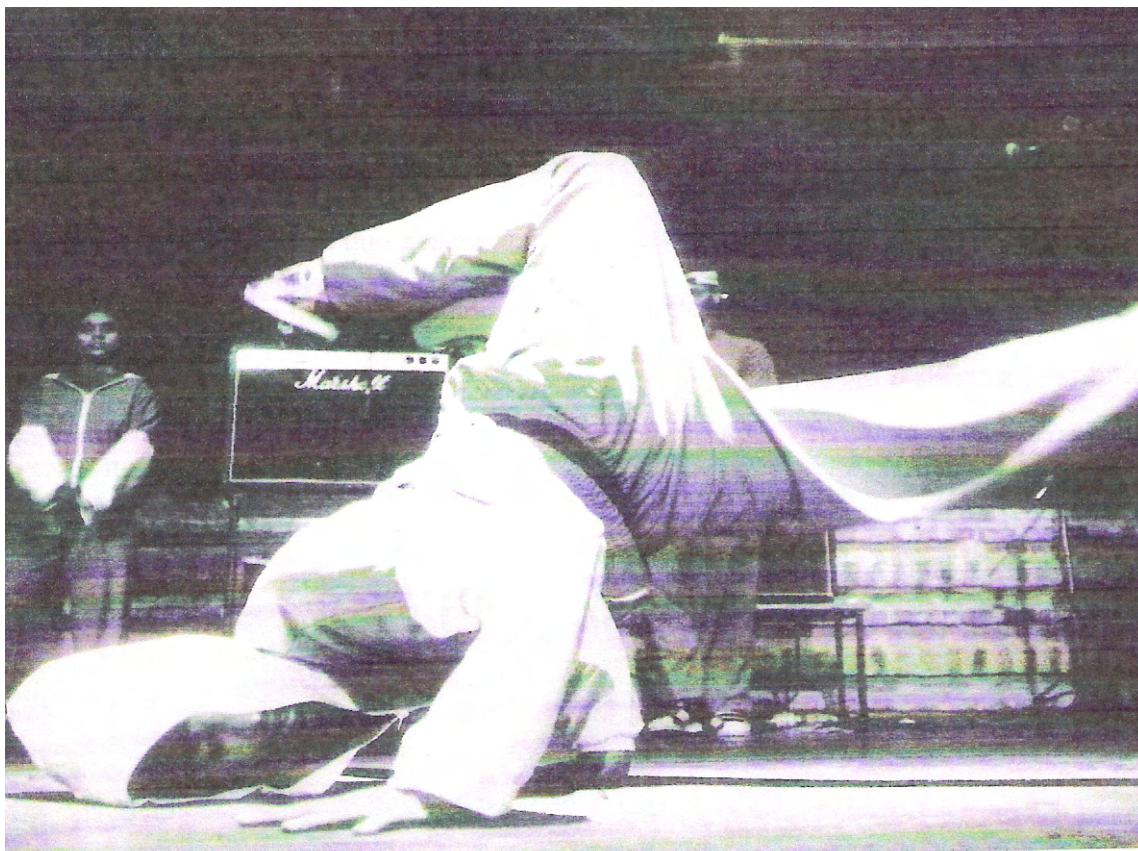
mais jovens que se identificavam e viam no movimento a possibilidade de uma socialização. É a partir da estruturação dos quatro elementos que compõe o Hip Hop e a articulação entre os jovens agentes que esse movimento começa a se tornar alvo dos olhares da sociedade em geral, dos governos e da indústria cultural.

2.9 - ENTENDENDO OS ELEMENTOS DO MOVIMENTO HIP HOP

Break

O Break representa a dança e tem suas origens entre os porto-riquenhos. Foram os jovens latinos que introduziram o Break nos guetos de Nova York. Eles competiam através da dança, deixando para trás as disputas violentas – constituindo-se, portanto, em um elemento positivo que inibia a violência e incitava a criatividade. Através da criatividade de uma ação cultural esses jovens mostravam seus descontentamentos e insatisfações, e neste caso, a linguagem utilizada para a comunicação é a dança.

O Break se realiza dos movimentos do corpo, representa uma ocupação simbólica do espaço através do corpo. São movimentos, gestos e ritmos ora cadenciados, ora quebrados, ágeis e lentos e rápidos, robóticos e milimétricos.



Um b. boy se exhibe na evolução do break.

Fonte: Revista Caros Amigos Especial: Movimento Hip Hop. A periferia mostra seu magnífico rosto. Nº 03. Setembro de 1998.

“O break assume uma perspectiva extremamente interessante, pois o corpo é o último reduto de resistência, já que é a última coisa que se pode tirar de uma pessoa, e isso só pode ser feito matando ou escravizando a pessoa” (SOUZA, RODRIGUES, 2005, p. 103).

Através do corpo ocupa um espaço da cidade, reafirmando a sua existência. O break transpõe os muros invisíveis dos espaços periféricos e usa os espaços públicos da cidade: praças, ruas, estações de metrô, centros culturais. Eles fazem uso dos equipamentos urbanos e dos espaços públicos no momento em que levam até aos demais cidadãos a sua arte, sua forma de expressão, sua criatividade e seu protesto para fora da periferia. Em meio ao ritmo acelerado da metrópole, o break, rompe com esse tempo pontual, instantâneo e superficial e propõem outro ritmo as pessoas, mesmo que por uns instantes.

Grafite

O grafite surge a partir da *Tag*, que é uma espécie de assinatura, que foi apropriada e utilizada pelas gangues na delimitação de seus territórios, os espaços de sua ação nos guetos. Mas para a continuidade do que posteriormente se constituiria em uma manifestação artística, aos poucos foram sendo introduzidos desenhos e letras quebradas e garrafais de difícil entendimento para quem não era do movimento. Nos grafites também é aberta a possibilidade de emitir mensagens.



Esses grafites expressam críticas sociais, um descontentamento tanto com o que ocorre no seu cotidiano como o que acontece em outros lugares.

Fonte: Revista Rap Brasil. Cultura de Rua. Ano I, nº 10.

No grafite também há uma forte influência latina uma vez que os mais reconhecidos artistas são de Porto Rico, Colômbia, Bolívia e Costa Rica²⁴. O grafite significou e significa uma apropriação simbólica do espaço urbano, não restringindo suas ações apenas aos guetos e periferias, mas também deixando suas marcas nas paredes grafitadas de áreas privilegiadas das cidades. É uma forma de mostrar a todos que eles existem e resistem.

Os materiais usados para tal manifestação não são os pincéis, mas sim os *sprays* de tinta e as telas são os muros e paredes da cidade, tornando possível o acesso e a veiculação de informação em todos os espaços para todas as pessoas.



Grafites no túnel de acesso à Av. Paulista

Fonte: Revista Pesquisa Fapesp. Especial São Paulo 450 anos. 2004.

O Grafite, bem como o Break, é uma forma de uso do espaço urbano, um dos caminhos pelo qual o Hip Hop se mostra a toda a população, de uma forma mais clara e duradoura. Os grafiteiros fazem uso de muros, paredes, vagões de trem, viadutos, etc., enfim qualquer espaço que seja possível pintar. É dado um colorido especial a metrópole cinzenta, é uma explosão de cores, personagens, linhas, traços, texturas e as mais variadas mensagens.

Durante muito tempo, e ainda hoje, o grafite foi duramente combatido por ser confundido com o vandalismo da pichação e conseqüentemente sofreu e ainda sofre repressão

²⁴ Fonte: Revista DJ Sound, julho de 1994 Apud Andrade, 1996, p. 117

policial, mas isso tem mudado, pois o grafite conseguiu se legitimar como arte e é usado como instrumento de intervenção pública na cidade.

Segundo SOUZA e RODRIGUES (2005, p. 107) entre a variedade de tipos de grafites encontrados no espaço urbano, dois tipos merecem destaque. O primeiro é uma pura expressão de cores, texturas e linhas, não apresentando mensagens textuais, ou críticas explícitas a qualquer que seja o tema. “É basicamente, experiência estética, preocupação com beleza, traços e formas. Não deixa de ser, no entanto, uma intervenção política, pois exprime outra subjetividade, uma outra forma de experimentar a cidade; rompe-se com a ordem dos muros cinzentos e sem vida”.



Grafite da Fachada do Banco de Boston na Av. Paulista/SP

O segundo tipo apresenta personagens, cenas do cotidiano ou fatos importantes que ocorrem no mundo, inclui-se nesse tipo a mensagem escrita. As críticas sociais são contundentes, frases em mensagens de resistência, luta ou um incentivo para que quem passe pelo grafite possa refletir sobre alguma coisa.

O MC, o Dj e o Rap.

O rap “é uma música de pobre feita para pobre” (Happing Hood, 2005).

O rap²⁵ (*rhythm and poetry* – ritmo e poesia) teve sua origem na Jamaica, entre as décadas de 1950 e 1960. Os bailes acabavam tendo por finalidade além da diversão da população, o discurso dos “*toaters*”, que cantavam os acontecimentos sociais. Muitos desses jovens migraram para os Estados Unidos na década de 1970 em busca de melhores condições, levando para lá esta manifestação cultural que posteriormente foi incorporada pelos jovens dos guetos. “O canto falado acompanhado por determinado ritmo é criação dos jamaicanos, a sofisticação do rap aconteceu por conta dos americanos” (ANDRADE, 1996, p. 119). O rap em território norte-americano foi aperfeiçoando-se, adotando novas técnicas. Nas festas além dos dançarinos de break haviam aqueles que improvisavam discursos acompanhando o ritmo da música, os *mc’s* que faziam uso da improvisação na elaboração das letras no desenrolar da festa. Esta iniciativa acabava por fazer com que as disputas entre as gangues se mantivessem artisticamente.

No início da década de 1980, o rap supera a proliferação do *break*, segundo Andrade (1996), que até então estavam em maior evidência, sendo o canal mais importante de divulgação da cultura Hip Hop. Essa proeminência do rap se deve a repercussão dos primeiros discos neste estilo musical, tal como o do grupo de rap Sugarhill Gangs com o single *Rapper’s Delight*²⁶, ou dos rappers do RUM-DMC.

O grupo de rap *Public Enemy* ficou conhecido da imprensa e dos jovens pela valorização da cultura negra, pois tinham letras politizadas que tratavam das questões que afligiam os negros e as minorias étnicas dos guetos. Este grupo chegou a ser investigado pelo FBI e, segundo PIMENTEL (2002), foram também citados em relatório apresentado ao

²⁵ É a música composta pelo Mc.

²⁶ Fonte: Revista Caros Amigos Especial, nº 03, setembro de 1998.

congresso norte-americano sobre segurança nacional, sendo vistos como uma ameaça à ordem vigente.

O *rap* e os demais elementos que compõem o Hip Hop permitiram aos jovens uma socialização, serviram de instrumento de participação social, uma vez que propiciavam a esses jovens a oportunidade de expor seus ideais através de seus talentos.

O *rap*, através dos *mc's* e *dj's*, deu ao movimento um tom de rebeldia mais explícito.

A linguagem utilizada pelo hip hop é a do cotidiano, com gírias e expressões do lugar, que podem causar estranheza à classe média e alta que possam ouvir a música. A linguagem do movimento é a linguagem do seu lugar, do seu território, buscando ser autêntico na construção do seu discurso e totalmente compreendido por seus iguais. O público-alvo do movimento hip hop é a população pobre das periferias, portanto, a linguagem tem que ser a de seu espaço de origem, para que todos dali possam entendê-la e se identifiquem com o que está sendo rimado.

A importância política do rap está no conteúdo de suas letras, a matéria-prima do hip hop como já dissemos é a experiência de um cotidiano de sobrevivência difícil da população pobre e as desigualdades existentes na cidade. O rap é uma espécie de crônica fundamentada na crítica do cotidiano. A grande força política de contestação da ordem vigente se dá pela articulação de conteúdo de crítica social com a poesia e a melodia da música. Esse discurso é capaz de mobilizar as pessoas, principalmente os jovens, que se identificam com o que está sendo rimado, e chamar a atenção da sociedade como um todo para os problemas que afligem o homem pobre.

É o que a gente tenta fazer, mandar essa idéia pros moleques. Saber que ele pode vencer não só com o revólver na cinta e sendo traficante da quebrada, porque o bagulho atrai, irmão. Eu mesmo já ouvi: “pô, você está falando isso, mas está fodido aí, andando a pé, cara”. Já ouvi isso. Eu faço música para o mundo, mas principalmente para negro que nem eu, para negro de onde eu vim. Pros moleques que estão passando as mesmas coisas e dificuldades que eu passei. Mas não penso que é só para eles escutarem, acho que qualquer pessoa tem que escutar pra entender a nossa realidade. (HAPPING HOOD, 2005).

O rap acaba por funcionar como um instrumento político-pedagógico ao informar, criar um discurso e analisar a vida social.

Quero que o moleque saiba que não tem que roubar, ele tem de lutar pra conseguir, trabalhar, dar valor para o pai dele que é assalariado, que é o herói da periferia. O herói da periferia não é o bandido que está pagando de gatão. O herói da periferia é o tiozinho que trabalha 8, 9 horas dentro dum forno e chega na casa dele e sustenta a família dele com dignidade, está tentando educar os filhos dele e o moleque não pode ter vergonha e achar que o pai é um fracassado, tem de ter respeito pelo pai. Quero é que as pessoas entendam, é muito difícil, não vou educar o mundo, mas a minha parte com Deus, tô fazendo. Sei que não vou conseguir desarmar a periferia inteira. Quem sou eu? (HAPPING HOOD, 2005).

Nas músicas podemos identificar elementos da sociedade brasileira como personagens importantes da história, que são vistos como referências importantes, a exemplo de Zumbi dos Palmares, uma referência de luta e resistência importante no movimento. Muitas vezes é feito nas letras de rap uma analogia entre quilombo e a periferia, ambos sendo vistos como expressão da resistência.

Na letra da música “*Periferia*” dos Grupo Racionais MC’S, inspirada na periferia de São Paulo nos mostra uma caracterização geral dos espaços periféricos, estabelecendo crítica a uma sociedade calcada na desigualdade.

Periferia é periferia.
 Periferia é periferia.
 "Milhares de casas amontoadas"
 Periferia é periferia.
 "Vacilou, ficou pequeno. Pode acreditar"
 Periferia é periferia.
 "Em qualquer lugar. Gente pobre"
 Periferia é periferia.
 "Vários botecos abertos. Várias escolas vazias."
 Periferia é periferia.
 "E a maioria por aqui se parece comigo"
 Periferia é periferia.
 "Mães chorando. Irmãos se matando. Até quando?"
 Periferia é periferia.
 "Em qualquer lugar. É gente pobre."
 Periferia é periferia.
 "Aqui, meu irmão, é cada um por si"
 Periferia é periferia.
 "Molecada sem futuro eu já consigo ver"
 Periferia é periferia.
 "Aliados, drogados, então..."
 Periferia é periferia.
 "Deixe o crack de lado, escute o meu recado."
 (RACIONAIS MC'S)

2. 10 - O MOVIMENTO HIP HOP EM TERRITÓRIO BRASILEIRO

No Brasil o Hip Hop chega na década de 1980 através dos “bailes blacks²⁷” principalmente nas metrópoles e grandes centros urbanos como Rio de Janeiro e São Paulo.

No Rio de Janeiro os “bailes funks²⁸” foram precursores da cultura de rua. “Enquanto o funk ia se afirmando na cultura urbana carioca ao longo da década de 80, o hip hop começava a encontrar um terreno propício para o seu desenvolvimento, especialmente na noite paulistana” (HERSCHMANN, 2000, p. 23). Em São Paulo nos bailes do subúrbio a música black também era veiculada.

O Hip Hop “nacional” surgiu em meados da década de 1980 nos salões que animavam a noite paulistana no circuito negro e popular dos bairros periféricos, “mobilizando no início apenas a juventude negra e trabalhadora da cidade” (HERSCHMANN, 2000, p. 23). Nascido

²⁷ Bailes Blacks são festas onde tocam música negra, tais como: soul, funk, charme, etc.

²⁸ Bailes Funks são festas onde tocam um estilo musical denominado funk.

nos bailes, o Hip Hop a partir de suas manifestações: *break*, *mc*, *dj* e grafite saem dos bailes para tomar os espaços públicos: as ruas, praças, estações de metrô, etc.

Nesse momento iniciam-se as primeiras organizações de *b. boys* – o *break* proliferou entre os jovens pobres da capital paulista. Essas organizações passam a se apresentarem no centro da cidade. Nelson Triunfo é um de seus introdutores, conseguindo difundir e popularizar a dança. Os jovens, segundo Andrade (1996, p. 128), se organizaram em torno dos grupos de break, fazendo apresentações em vias públicas, como na rua 24 de maio esquina com a rua Dom José de Barros, no centro de São Paulo. A partir das apresentações aprimoravam-se as performances em função das disputas entre os grupos. Nesse momento esses grupos sofriam perseguições dos policiais que procuravam inibir as exhibições, incentivados pelos comerciantes do centro.

Comecei a freqüentar a São Bento e falei para o Thaíde que eu cantava e ele: “os caras aqui cantam, os caras ficam na lata”. Tinha a lata A, a lata B e ficava todo mundo em volta, batendo palma, batucando na lata e fazendo as rimas, depois de meia hora que a gente ficava lá já apareciam aqueles urubus que eram os funcionários do metrô, tiravam a gente e chamavam a polícia, a gente tinha que correr... Corri da polícia, dos caras do metrô, muitas vezes. Eles não deixavam a gente ficar lá, mas era o melhor lugar que tinha porque dava para dançar, o chão de mármore era lisinho e era legal também batucar na lata porque tinha um som grave. A gente gostava de se reunir lá e virou até uma resistência: “você não deixam, então é agora que nós vamos ficar mesmo”. Várias pessoas eu conheci ali, pô, o Mano Brown, KLJ, Doctor Mcs, Milton Sales também que tocava e praticamente organizava tudo, o MH2O que é o movimento *hip hop* organizado. Era uma resistência, a gente ficava ali e depois de algum tempo conseguimos autorização para ficar lá. (HAPPING HOOD, 2005).

Um outro espaço importante na cidade de São Paulo que se constituiu em um marco histórico para o Hip Hop é a estação São Bento, pois dessa trajetória da 24 de maio para a São Bento houve a consolidação e a estruturação do movimento Hip Hop no Brasil. São Paulo constitui-se no berço do Hip Hop no país.

Com o passar do tempo houve uma maior organização, buscando conhecer a própria origem de seu povo, a história e desenvolvimento daquilo que se constituiria em um movimento social tão relevante no espaço urbano.

No final da década de 1980 têm-se os primeiros discos nacionais de *rap*: “o som das ruas” (1988), “Situation Rap” (1988) e “Cultura de Rua”.

Com o crescimento do movimento Hip Hop em São Paulo, houve a necessidade de uma maior organização e por iniciativa de Milton Sales, produtor musical de vários grupos de *rap*, foi criado o Movimento Hip Hop Organizado – MH2O.

Posteriormente a essa criação surgem as posses²⁹ e segundo ANDRADE (1996) é nesse período que o movimento estrutura-se em velha escola e nova escola.

A velha escola é composta por aqueles que iniciaram o Hip Hop no Brasil, formando as primeiras organizações de break, os primeiros grupos de rap, os primeiros grafiteiros. Foram aqueles que receberam, inovaram e organizaram o movimento Hip Hop. Já a nova escola é composta por aqueles que ingressaram no Hip Hop no final da década de 1980, após a estruturação do movimento.

2.11 - O HIP HOP NA DÉCADA DE 90

Na década de 1990 após a sua estruturação e organização na cidade de São Paulo, o Movimento Hip Hop possui cada vez mais jovens adeptos, que buscam formas de se expressar e comunicar.

Espera-se destes jovens que são o movimento, que tenham postura, atitude³⁰, ou seja, um discurso colado à ação perante a comunidade Hip Hop. Devem conhecer a história do Hip

²⁹ Posses: forma de organização dos jovens integrantes do Movimento Hip Hop visando práticas locais, tais como: organizar ações comunitárias, políticas e a produção artística.

Hop, a sua história e a origem de seu povo³¹, para terem uma visão crítica da realidade e serem politizados.

Para terem uma visão crítica da realidade torna-se imprescindível à informação e o conhecimento, que serão instrumentos contra a alienação e em prol do direito à cidadania e a cidade, por isso denunciam a miséria, a violência de toda a espécie a que está subjugada a maioria da população brasileira. A solidariedade, o resgate da auto-estima, o pensamento coletivo são valores cultuados pelo Movimento Hip Hop.

E por que este movimento ganha tanta força entre os jovens pobres?

Ganha relevância por ser algo gestado e criado por jovens que vivem uma mesma situação, ou seja, vivem um cotidiano de sobrevivência difícil. Ocorre uma identificação que possibilita a estes, excluídos do exercício da cidadania, existir de forma que a vida lhes faça sentido e que permita expressar-se. O Hip Hop surge na periferia como uma alternativa cultural, uma vez que a “cultura oficial” não se faz presente ou se apresenta sem qualquer sentido.

Fugindo das formas simples de reprodução do modelo massificador dos meios de comunicação, ele consegue resgatar, de forma muito significativa, as questões sociais geradoras de exclusão. Não fica na simples denúncia, mas revela-se um “construtor” de possibilidades e perspectivas de vida. (DUARTE, 1999, p. 18).

Com a expansão gradativa entre os jovens das periferias de São Paulo e de outras grandes cidades (o entorno metropolitano, as cidades médias do interior paulista, capitais e

³⁰ “Palavra indispensável no vocabulário do Hip Hop. Para fazer parte do grupo é preciso não só ter consciência, mas também atitude. Termo que sintetiza a linha de conduta que o grupo espera de cada um” (HERSCHMANN, 2000, p. 287). A atitude é o que distingue um militante do Hip Hop que é rapper e um cantor de rap qualquer que vê somente o estilo musical sem qualquer relação com o movimento, por exemplo.

³¹ No Brasil esses jovens buscam resgatar a história dos negros e dos índios, partindo dessas referências para entender as contradições e as formas de exploração no desenrolar da história do país. Há também o resgate e a valorização dos movimentos de resistências que existiram, Zumbi torna-se um símbolo de resistência para esses jovens.

idades expressivas de outros estados), o movimento Hip Hop vai se tornando destaque na mídia.

A mídia torna visível e constrói sentidos novos aos movimentos sociais, por vezes distorcidos, a depender dos interesses em jogo, aos inúmeros grupos sociais e com o Hip Hop isso não foi diferente. Geralmente visto como expressão cultural violenta ou associados à criminalidade, o movimento é estigmatizado pela mídia. Um exemplo dessa discriminação pode ser visto na fala do rapper Happening Hood (2005):

O *rap* sempre foi música de marginal, bandido e maloqueiro. Os caras falavam: "O que é *rap*? Você é louco? De onde você tirou essa coisa de americano?". Até hoje o *rap*, não é considerado como música, se você for na Ordem dos Músicos e cantar um rap, você não sai de lá com a carteirinha. Se um Dj chegar lá e falar: "Eu sou Dj, quero a carteirinha porque sou músico", o cara fala: "Aqui você não tira, toca o pandeiro aí que eu te dou a carteirinha". Essa barreira ainda não foi quebrada"

Mesmo com essa "demonização" do movimento pela mídia, utilizando uma expressão de Micael Herschmann, o mercado fonográfico se apropria do *rap* – um dos elementos do Hip Hop – que como mercadoria, rende bilhões à indústria fonográfica. Um exemplo seria a proposta que O Posse Mental Zulu, grupo de rap de São Paulo, recebeu há alguns anos atrás de uma grande gravadora. Tratou-se de uma tentativa de apropriação do grupo e do seu trabalho com o intuito de vendê-lo como produto ao mercado, sem nenhum referencial do Hip Hop, sem nenhum significado ou sentido construído pelo movimento.

Foi assim: mais ou menos em 94, um pessoal da gravadora que nem existe mais, a RGE, fez uma proposta, falou pra gente não se preocupar com dinheiro, que dinheiro não era problema. Falaram que se a nossa namorada fosse feia eles arrumavam uma namorada bonita, e que se mandar vestir de Chapolim, vai vestir de Chapolim, se mandar cantar bolero com rap, vai cantar bolero com rap. Quem manda aqui sou eu e vocês vão ficar ricos. Essa era a proposta. Parada de muita grana mesmo, pô "cem mil pra você é dinheiro? Cem mil não é dinheiro". A conversa era assim, eles queriam que a gente cantasse "batatinha quando nasce, esparrama pelo chão". (HAPPING HOOD, 2005).

Assim, a indústria cultural, regida pela racionalidade instrumental, em que o princípio da eficácia e dos meios ajustados aos fins são pertinentes à finalidade lucrativa, conseguiu “transformar estes constructos culturais em meros produtos vendáveis” (ALVES, 2001, p. 42). Eis aqui um exemplo da racionalidade instrumental tomada como meio de colonização do mundo da vida, da cultura, do território.

Apropriando-se da grande expressividade dos movimentos sociais, a indústria cultural transforma bens culturais em bens de consumo. Apropriando-se de apenas alguns elementos do Hip Hop, a indústria cultural acaba por esvaziá-los de significado e sentido, já que a totalidade da proposta fica cindida. Não é a toa que o *rap* aparece nos meios de comunicação e entre a população em geral como a arte primeira do Hip Hop, pois foi justamente o *rap* o elemento lucrativo, o carro chefe de apropriação do movimento pela indústria cultural.

O *rap* americano é aceito na mídia, a gente vê o Eminem, entendeu. o Snoop Dogg, e não vê toda hora o MV Bill, o Rappin Hood, Thaíde em todos os canais, em todas as rádios, não liga na Jovem Pan e ouve o MV Bill. Acho que ainda existem muitas barreiras, mas está chegando a hora porque o estilo musical é conhecido, em comercial de tv tem a batida do rap, só que maquiado, né, mano. A nossa realidade ainda não está lá. (HAPPING HOOD, 2005).

A fala do rapper Happening Hood mostra que nos meios de comunicação o rap veiculado é tornado produto da indústria cultural, com nomes mundialmente conhecidos, enquanto aqueles que fazem do rap um meio pra se construir um saber a ser transmitido a todos, não tem espaço nesses meios de comunicação.

Com a apropriação pela indústria cultural surgem *rappers* que produzem um discurso pronto e vazio, deslocado do conjunto das ações propostas pelo movimento e que não cultuam, nem processam os valores e ideais construídos pelo movimento. Esses *rappers* vêem o *rap* apenas como um estilo musical e não como parte das propostas alternativas do movimento. “Fazer *rap* é fácil, qualquer um pode fazer, podem surgir milhões de bandas de garagem e *playboy* cantando *rap* e vão falar a mesma coisa que falo, o problema é a verdade

que tem atrás disso. Eu sou verdadeiro, sempre fui *rapper*, batia na lata de lixo da São Bento” (HAPPING HOOD, 2005). A fala do rapper Happening Hood demonstra a diferença entre o militante do Hip Hop e o rapper que apenas reproduz um discurso do qual não vivenciou, ou seja, “não camelou, não segurou a bandeira que nós seguramos, não correu da polícia lá na São Bento como eu, Mano Brown, Thaíde. Então não o vejo como um membro do hip hop brasileiro” (HAPPING HOOD, 2005).

Diante da tentativa de apropriação e colonização do movimento pela indústria cultural, o Hip Hop, enquanto um movimento que pensa e organiza suas ações, tem uma postura crítica em relação aos meios de comunicação, buscando na maioria das vezes veicular seus trabalhos e ações em mídias alternativas que tenham outra proposta que não seja a apropriação e o conseqüente enfraquecimento do movimento. Essa preocupação tem como finalidade que os jovens tenham cada vez mais acesso a uma forma distinta de se relacionar com o mundo, ou seja, a expansão, o crescimento do movimento, sem que no caminho se percam os objetivos, a essência e o conteúdo das propostas. Isso explica ações como a dos Racionais MC's resistentes em não aparecer nas grandes emissoras de tv, como a Globo e o SBT.

O movimento Hip Hop estabelece formas e táticas para não se deixar manipular e para tanto, a postura e a atitude de cada indivíduo dentro do movimento são importantes, pois eles são o Hip Hop e cada um tem a sua parcela de responsabilidade.

O movimento Hip Hop se organizou à margem ou nos interstícios da indústria cultural como uma “expressão cultural popular ancorada em uma prática social promovida por um número significativo de jovens” (HERSCHMANN, 2000, p. 265).

A organização desse circuito alternativo inclui profissionais de rádios, revistas, programas de TV especializados, além de pequenas gravadoras, selos independentes e a mídia alternativa. Esse tipo de organização torna-se fundamental por resguardar a intencionalidade

das ações do movimento Hip Hop. O que contribui para a constituição desse circuito é o acesso mais fácil aos novos recursos eletrônicos de som.

Há uma resistência a articulações com a indústria cultural tentando com isso evitar a diluição do significado da produção artística, e a sua transformação em mera mercadoria.

As pequenas gravadoras independentes têm em comum a infra-estrutura precária e são dirigidas por pessoas que acompanham o movimento ou fazem parte dele e não por executivos.

Segundo HERSCHMANN (2000, p. 273) o setor alternativo vem crescendo desde os anos 80 não só no Brasil. Com a dinâmica oriunda da produção pós-fordista houve uma abertura maior para estas organizações de estrutura informal que reúne agentes sociais marginalizados da estrutura social.

E os jovens que se identificam com o movimento Hip Hop apesar das dificuldades e limitações sócio-econômicas de um cotidiano de sobrevivência difícil não só produzem, mas também consomem produtos oriundos desse circuito: vão aos bailes, compram cds (piratas ou não), roupas e indumentárias, ouvem programas de rádio e TV, etc.

2. 12 - ORGANIZAÇÃO, ARTICULAÇÃO E AS AÇÕES DO MOVIMENTO HIP HOP.

Com o crescimento do movimento Hip Hop em território nacional houve a necessidade de uma articulação maior para coordenar ações, trocar experiências, discutir problemas internos, pensar o direcionamento tomado pelo movimento e construir um conhecimento a respeito de sua história e de questões que se fazem presentes no período histórico atual.

No Brasil o Hip Hop apresenta uma articulação considerável se levarmos em consideração as dificuldades técnicas e financeiras que enfrentam os militantes do movimento. Podemos observar alguns níveis de organização e articulação do Hip Hop em território nacional, são eles: local, estadual e nacional.

No nível local vemos a atuação das chamadas posses, isto é, uma organização de militantes do Hip Hop que coordenam a dinâmica local, realizando atividades comunitárias e eventos beneficentes com o objetivo de amenizar as dificuldades enfrentadas pela maioria da população brasileira, promovem palestras sobre questões que afligem a comunidade, também potencializam a capacidade de produção artística, criando espaços dentro da comunidade para o *break*, grafite e o *rap*, isso ocorre principalmente com o desenvolvimento de oficinas culturais. Portanto, os militantes do Hip Hop “organizam-se em” posses “para atender a esses compromissos de aperfeiçoamento artístico e desenvolvimento das ações política e comunitária” (ANDRADE, 1996, p. 134).

Vemos assim, que três aspectos norteiam as ações das posses: artístico, político e comunitário. No entanto, há que se ressaltar que esta não é a única forma de se inserir no movimento, pode-se muito bem ser um militante do Hip Hop sem estar vinculado a uma posse.

No nível estadual vemos a organização dos fóruns estaduais de Hip Hop, em que são discutidas questões importantes para o movimento. Nas reuniões dos fóruns os indivíduos de diversas cidades e representantes de posses se reúnem para trocar informações visando sempre maior organização e fortalecimento do movimento. Nestas reuniões são tomadas posições sobre diversos assuntos que serão levados para o fórum nacional de Hip Hop, que se constitui em um outro nível de organização e articulação do movimento.

Outra instância de organização e articulação é o nacional. Anualmente ocorre o Fórum Brasileiro de Hip Hop, concomitantemente com o Fórum Social Mundial em Porto Alegre –

Rio Grande do Sul, em que as pessoas envolvidas com o Hip Hop de cada estado estariam levando as posições adotadas nos fóruns estaduais para que no fórum nacional fossem discutidas com o objetivo de repensar as ações já realizadas e propor futuras ações e direcionamentos para o movimento. Os militantes do Hip Hop perceberam a necessidade de aprofundar algumas discussões sobre a atuação do movimento, por isso criaram esse fórum com o objetivo de trocar idéias e experiências visando uma atuação cada vez mais autônoma.

2.13 - O USO DO ESPAÇO PÚBLICO

Atualmente, dada as características do período histórico atual, vemos a diminuição da importância dos espaços públicos ou então o uso privado destes espaços. Os espaços públicos são importantes por que são neles que se processa a ação comunicativa entre os indivíduos, a partir do qual se formam opiniões e conflitos. Com o uso privado dos espaços públicos perde-se a possibilidade dessa comunicação e conseqüentemente a liberdade de expressão política.

As ações no espaço público ganham outro sentido, pois é sempre um agir sobre outros homens livres e iguais que vêm e ouvem de ângulos diversos, uma vez que ocupamos posições diferentes na sociedade e no mundo. Essa comunicação argumentativa que o espaço público propicia permite questionar, criar conflitos que estimulam críticas e expõe contradições, renegocia e instaura normas e valores.

Por isso que o espaço público é um espaço político, pois permite a negociação coletiva dos fins, possibilitando ações no âmbito coletivo e a construção de novas alternativas.

O movimento Hip Hop assume um papel importante na discussão desse tema, pois ele resgata o espaço público mostrando a relevância deste para as suas ações, uma vez que considerável parte de suas atividades e ações se realizam nesses espaços, que são lugar da visibilidade e que permite a construção de novos significados. As ações políticas do Hip Hop

adquirem relevância e ganham significado justamente por se realizarem nos espaços públicos, permitindo construir uma interação política, ou seja, ele possibilita questionar, repensar ações e normas impostas por uma parcela da população, buscando através da ação provocar reações. Assim o discurso ganha sentido na construção de um mundo comum.

O Hip Hop redescobre os espaços públicos e a prática da participação, tornando mais democrático o uso destes espaços, possibilitando aos excluídos do exercício pleno da cidadania, tornarem-se efetivamente políticos, portanto, cidadãos livres.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo do princípio de que o espaço geográfico é o espaço banal, onde se realiza a vida coletiva, o espaço de todos, nos propusemos a estudar àquela parte da sociedade que excluída do processo de globalização, também usa o território segundo a sua própria racionalidade, sua própria temporalidade, caracterizado por uma heterogeneidade criadora.

Buscamos mostrar que a despeito de um modelo econômico dominante, é do reconhecimento das novas condições técnicas e políticas e do uso comum do território, que se poderá constituir uma resistência, contributiva da construção de uma nação alicerçada na cidadania plena.

É no cotidiano ainda instrumentalizado e de normas rígidas que viabilizam as ações dos agentes hegemônicos, que os pobres vão se apoderando desse mesmo instrumental e vão adaptando de forma flexível, criando nos lugares um novo dinamismo. A convivência com o outro, a experiência da escassez, a proximidade, a concentração populacional, as desigualdades materializadas no espaço e a necessidade a cada dia de descobrir formas inéditas de trabalho e de luta, outorga a estes homens pobres a possibilidade de um questionamento da ordem vigente.

Nesse sentido São Paulo é um lugar privilegiado para o questionamento da reprodução das desigualdades e os espaços periféricos têm esse papel no desvelar ideológico, de revelar as injustiças e desigualdades.

Os espaços periféricos são evidências de um mundo em que as desigualdades se reproduzem. Contraditoriamente a tendência à racionalização de determinados espaços que asseguram a realização das ações hegemônicas, nos espaços periféricos outras racionalidades, outras formas de uso do espaço e do tempo, outras configurações territoriais são delineadas.

A periferia não é apenas um subespaço produzido por um processo de valorização desigual dos lugares e dos homens, caracterizado por uma exclusão social e geográfica,

contraditoriamente, é um espaço da ação política, da subversão de normas urbanísticas, de manifestação da cultura popular.

O conceito de periferia foi apreendido e atualizado através do estudo dos movimentos sociais, a exemplo do movimento Hip Hop, que se constituem em um conjunto de ações, razões e usos alternativos do território. Uma cultura popular, periférica, que aponta para o surgimento de um novo período, que Milton Santos chamou de “período popular da história”. Expressão do discurso dos pobres, da maneira de viverem o mundo e de usarem o território. O movimento Hip Hop foi tomado em nosso estudo como manifestação dos novos sentidos que assume os espaços periféricos na cidade de São Paulo.

A periferia é um lugar em que se aproximam e se associam saberes cotidianos, apreendidos na luta pela sobrevivência. É nesse cotidiano que se revelam as já muitas manifestações de insatisfação e desconforto com a realidade seletiva e com a rigidez das normas férreas, exclusivas da racionalidade econômica e política da globalização ora em curso. Há a produção de um fermento político, resultante da própria vida local que desafia as definições e relações estabelecidas e propõe atitudes novas, com a busca premente, as vezes ainda cega, de representatividade, já que a economia, a política institucionalizada não representam os interesses coletivos.

**Tabela 1 - Equipamentos culturais, por tipo, segundo Subprefeituras e Distritos.
Município de São Paulo – 2002**

Subprefeituras e Distritos	Salas de Cinema	Salas de Teatro	Casas de Cultura	Centros Culturais	Museus	Espaços e Oficinas Culturais
MUNICÍPIO DE SÃO PAULO	235	121	12	33	72	35
Aricanduva	9	-	-	-	-	1
Aricanduva	-	-	-	-	-	-
Carrão	-	-	-	-	-	-
Vila Formosa	9	-	-	-	-	1
Butantã	12	2	1	-	20	2
Butantã	9	2	1	-	15	1
Morumbi	-	-	-	-	4	1
Raposo Tavares	-	-	-	-	-	-
Rio Pequeno	-	-	-	-	-	-
Vila Sônia	3	-	-	-	1	-
Campo Limpo	11	-	-	-	-	-
Campo Limpo	-	-	-	-	-	-
Capão Redondo	-	-	-	-	-	-
Vila Andrade	11	-	-	-	-	-
Casa Verde/Cachoeirinha	-	-	-	-	-	-
Cachoeirinha	-	-	-	-	-	-
Casa Verde	-	-	-	-	-	-
Limão	-	-	-	-	-	-
Cidade Ademar	-	-	-	-	-	-
Cidade Ademar	-	-	-	-	-	-
Pedreira	-	-	-	-	-	-
Cidade Tiradentes	-	-	-	-	-	-
Cidade Tiradentes	-	-	-	-	-	-
Ermelino Matarazzo	-	-	-	-	-	-
Ermelino Matarazzo	-	-	-	-	-	-
Ponte Rasa	-	-	-	-	-	-
Freguesia/Brasilândia	-	-	1	-	-	-
Brasilândia	-	-	-	-	-	-
Freguesia do Ó	-	-	1	-	-	-
Guaianases	-	-	-	-	-	-
Guaianases	-	-	-	-	-	-
Lajeado	-	-	-	-	-	-

Ipiranga	3	2	1	1	5	-
Cursino	3	-	1	-	1	-
Ipiranga	-	1	-	1	4	-
Sacomã	-	1	-	-	-	-
Itaim Paulista	1	-	1	-	-	-
Itaim Paulista	-	-	1	-	-	-
Vila Curuçá	1	-	-	-	-	-
Itaquera	16	-	1	1	-	1
Cidade Líder	14	-	-	-	-	-
Itaquera	2	-	-	-	-	1
José Bonifácio	-	-	1	-	-	-
Parque do Carmo	-	-	-	1	-	-
Jabaquara	-	-	1	-	-	-
Jabaquara	-	-	1	-	-	-
Lapa	10	9	1	4	5	2
Barra Funda	4	-	-	1	2	-
Jaguara	-	-	-	-	-	-
Jaguaré	2	-	-	-	-	-
Lapa	3	1	1	2	1	-
Perdizes	1	7	-	1	2	2
Vila Leopoldina	-	1	-	-	-	-
M' Boi Mirim	4	-	1	1	-	-
Jardim Ângela	-	-	-	-	-	-
Jardim São Luís	4	-	1	1	-	-
Moóca	18	6	-	1	3	1
Água Rasa	-	-	-	-	-	-
Belém	-	3	-	1	-	1
Brás	-	-	-	-	-	-
Moóca	-	1	-	-	1	-
Pari	10	-	-	-	2	-
Tatuapé	8	2	-	-	-	-
Parelheiros	-	-	-	-	-	-
Marsilac	-	-	-	-	-	-
Parelheiros	-	-	-	-	-	-
Penha	3	3	1	-	1	-
Artur Alvim	-	1	-	-	-	-
Cangaíba	-	1	-	-	1	-
Penha	3	1	1	-	-	-
Vila Matilde	-	-	-	-	-	-
Perus	-	-	-	-	-	-
Anhanguera	-	-	-	-	-	-
Perus	-	-	-	-	-	-
Pinheiros	40	14	-	8	8	7
Alto de Pinheiros	7	1	-	-	-	-

Itaim Bibi	13	5	-	1	-	1
Jardim Paulista	6	4	-	2	5	3
Pinheiros	14	4	-	5	3	3
Pirituba	-	-	-	-	-	-
Jaraguá	-	-	-	-	-	-
Pirituba	-	-	-	-	-	-
São Domingos	-	-	-	-	-	-
Santana/Tucuruvi	1	2	-	-	5	-
Mandaqui	-	-	-	-	1	-
Santana	1	2	-	-	3	-
Tucuruvi	-	-	-	-	1	-
Santo Amaro	25	7	1	1	-	3
Campo Belo	-	-	-	-	-	1
Campo Grande	21	-	-	-	-	1
Santo Amaro	4	7	1	1	-	1
São Mateus	-	-	-	-	-	-
Iguatemi	-	-	-	-	-	-
São Mateus	-	-	-	-	-	-
São Rafael	-	-	-	-	-	-
São Miguel	-	-	1	-	-	1
Jardim Helena	-	-	-	-	-	-
São Miguel	-	-	1	-	-	1
Vila Jacuí	-	-	-	-	-	-
Sé	52	71	-	12	20	14
Bela Vista	24	18	-	1	5	2
Bom Retiro	-	2	-	-	5	1
Cambuci	-	-	-	-	-	-
Consolação	17	9	-	4	1	1
Liberdade	1	7	-	1	1	2
República	9	25	-	1	1	4
Santa Cecília	-	9	-	1	-	3
Sé	1	1	-	4	7	1
Socorro	-	1	1	1	-	-
Cidade Dutra	-	-	1	1	-	-
Grajaú	-	-	-	-	-	-
Socorro	-	1	-	-	-	-
Tremembé/Jaçanã	-	-	-	-	1	-
Jaçanã	-	-	-	-	1	-
Tremembé	-	-	-	-	-	-
Vila Maria/Vila Guilherme	3	-	-	-	-	-
Vila Guilherme	3	-	-	-	-	-
Vila Maria	-	-	-	-	-	-
Vila Medeiros	-	-	-	-	-	-
Vila Mariana	17	4	-	3	4	3

Moema	4	-	-	-	1	1
Saúde	-	-	-	-	-	-
Vila Mariana	13	4	-	3	3	2
Vila Prudente/Sapopemba	10	-	-	-	-	-
São Lucas	-	-	-	-	-	-
Sapopemba	-	-	-	-	-	-
Vila Prudente	10	-	-	-	-	-

Fonte: Fundação Seade. Guia Cultural do Estado de São Paulo.

Quadro 1 - Classificação dos Edifícios Inteligentes**Classe AA**

Edifícios que possuem: sistema de ar condicionado central (ACC) por termo-acumulação e controle de volume de ar variável (VAV); excelente sistema de prevenção e combate a incêndio, com escadas de emergência, *sprinkler*, detectores de calor e fumaça; segurança patrimonial; piso elevado; Internet, fibra ótica, heliponto, quantidade suficiente de vagas de estacionamento; sistema de supervisão e gerenciamento predial - acabamentos externos e internos de primeira qualidade e ótima qualidade de espaço.

Classe A

Edifícios com boas especificações técnicas, sistema de ACC, malha de piso, bom sistema de segurança contra incêndio e patrimonial, sistema de supervisão predial, acabamentos externos e internos de boa qualidade e espaço.

Classe B

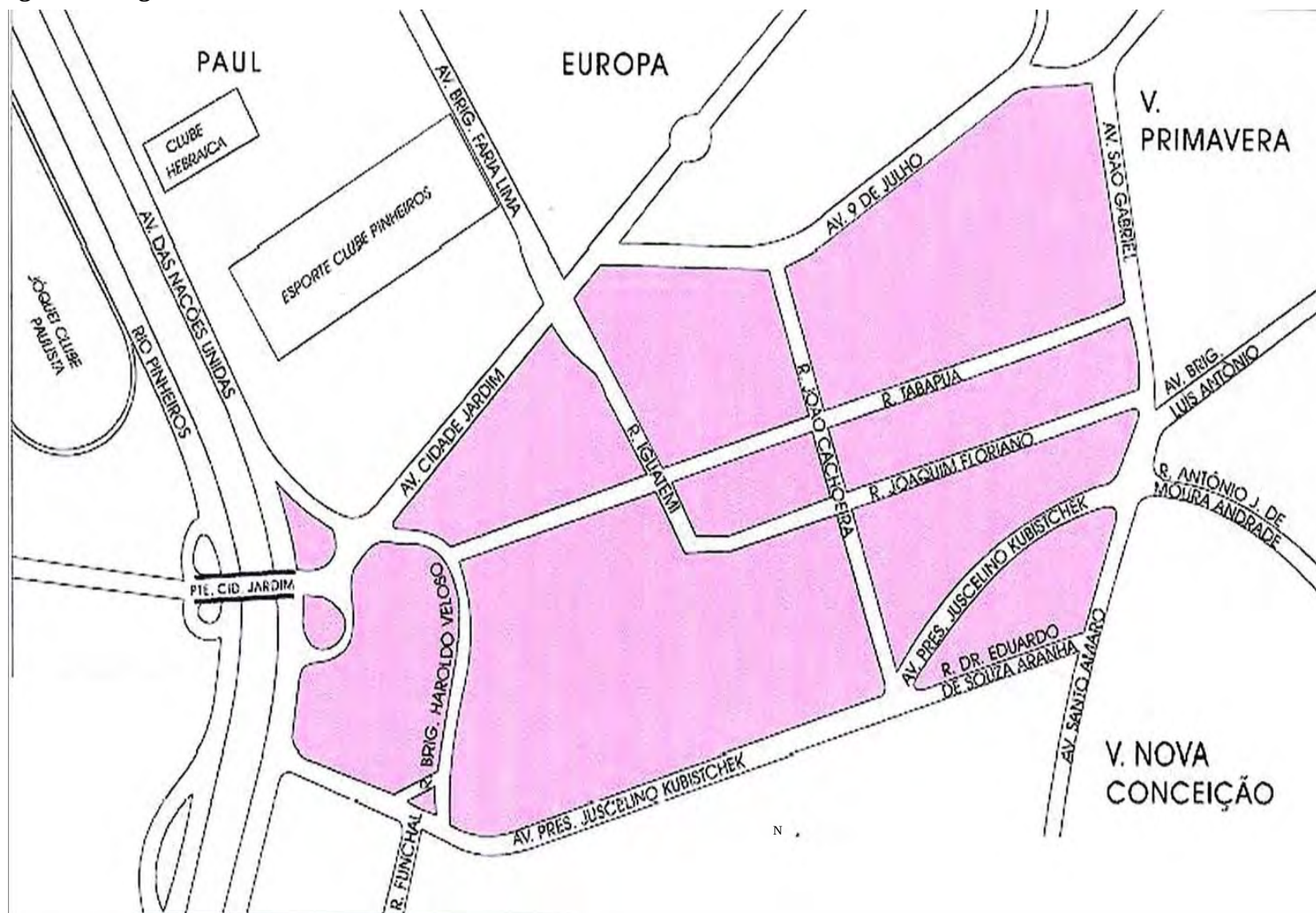
Edifícios com características e especificações técnicas regulares: sistema de ACC, malha de piso, lajes em torno de 500m² úteis.

Classe C

Edifícios sem sistema de ACC.

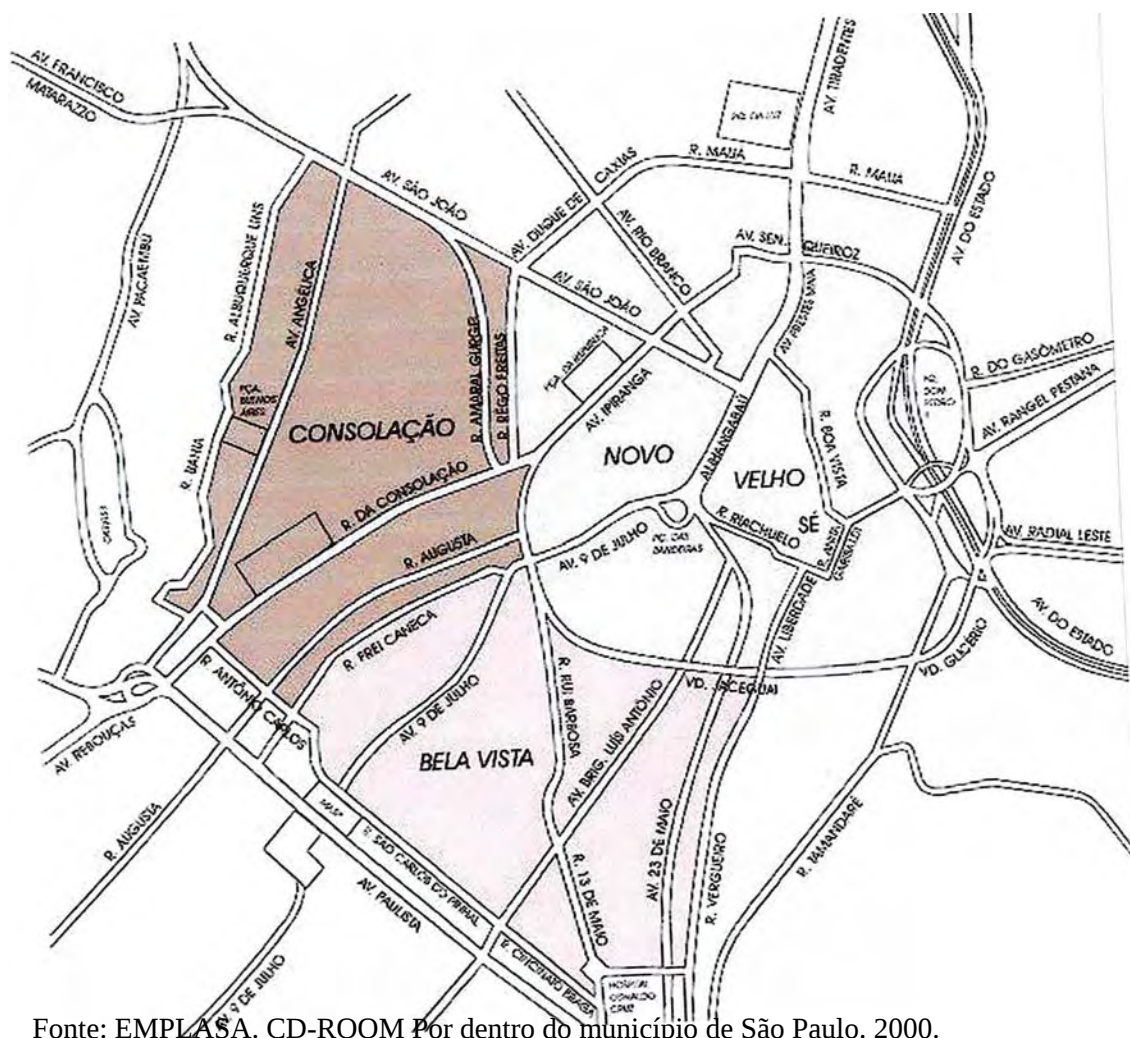
Fonte: CD-ROOM Por dentro do município de São Paulo. EMPLASA, 2000.

Figura 2 –Região do Itaim Paulista na cidade de São Paulo



Fonte: EMPLASA. CD-ROOM Por dentro do município de São Paulo. 2000.

Figura 3 – Área central de São Paulo



Fonte: EMPLASA. CD-ROOM Por dentro do município de São Paulo. 2000.

Tabela 2 - Ranking da Exclusão na cidade de São Paulo³²

1	Jardim Ângela	-1	49	São Lucas	-0,29
2	Grajaú	-0,95	50	Jaguareé	-0,27
3	Cidade Tiradentes	-0,93	51	Vila Maria	-0,24
4	Itaim Paulista	-0,92	52	Limão	-0,24
5	Lajeado	-0,92	53	Socorro	-0,21
6	Guaianases	-0,9	54	São Domingos	-0,21
7	Iguatemi	-0,87	55	Vila Matilde	-0,2
8	Parelheiros	-0,85	56	República	-0,18
9	Jardim Helena	-0,84	57	Penha	-0,18
10	Brasilândia	-0,82	58	Vila Sônia	-0,18
11	Vila Curuçá	-0,79	59	Mandaqui	-0,17
12	Capão Redondo	-0,77	60	Vila Prudente	-0,16
13	Pedreira	-0,75	61	Bom Retiro	-0,16
14	José Bonifácio	-0,73	62	Liberdade	-0,15
15	Perus	-0,72	63	Tucuruvi	-0,15
16	São Rafael	-0,71	64	Vila Formosa	-0,14
17	Cidade Ademar	-0,7	65	Pari	-0,13
18	Cachoeirinha	-0,7	66	Cursino	-0,12
19	Jardim São Luis	-0,68	67	Carrão	-0,11
20	Cidade Dutra	-0,67	68	Casa Verde	-0,1
21	Sapopemba	-0,67	69	Cambuci	-0,09
22	Itaquera	-0,67	70	Ipiranga	-0,06
23	Marsilac	-0,64	71	Vila Guilherme	-0,06
24	São Miguel	-0,64	72	Água Rasa	-0,06
25	Vila Jacuí	-0,63	73	Campo Grande	-0,04
26	Jaraguá	-0,63	74	Bela Vista	-0,01
27	Campo Limpo	-0,61	75	Morumbi	-0,01
28	Parque do Carmo	-0,6	76	Mooca	-0,01
29	Cidade Líder	-0,58	77	Jaraguá	0
30	São Mateus	-0,53	78	Barra Funda	0,03
31	Vila Medeiros	-0,5	79	Santa Cecília	0,05
32	Cangaíba	-0,5	80	Tatuapé	0,13
33	Anhanguera	-0,49	81	Vila Leopoldina	0,16
34	Ermilino Matarazzo	-0,49	82	Saúde	0,21
35	Artur Alvim	-0,49	83	Santana	0,25
36	Sé	-0,47	84	Belém	0,25
37	Raposo Tavares	-0,46	85	Campo Belo	0,33
38	Ponte Rasa	-0,46	86	Butantã	0,35
39	Tremembé	-0,44	87	Itaim Bibi	0,46
40	Jaçanã	-0,42	88	Alto de Pinheiros	0,46
41	Rio Pequeno	-0,42	89	Perdizes	0,49
42	Pirituba	-0,41	90	Santo Amaro	0,51
43	Aricanduva	-0,4	91	Vila Mariana	0,57
44	Vila Andrade	-0,37	92	Consolação	0,76
45	Brás	-0,36	93	Jardim Paulista	0,9
46	Jabaquara	-0,36	94	Lapa	0,91
47	Freguesia do Ó	-0,33	95	Pinheiros	0,91
48	Sacomã	-0,31	96	Moema	1

Fonte: O mapa da exclusão In: Revista Fapesp. Especial São Paulo 450 anos. 2004, p. 35.

³² O índice varia de -1 a 1, sendo zero definido como padrão básico de inclusão social. De acordo com os critérios utilizados 76 dos 96 distritos da cidade de São Paulo foram considerados como excluídos na pesquisa “O mapa da exclusão”.

Tabela 4 - População de 15 a 19 anos, segundo os distritos do município de São Paulo – 2000.

Distritos	População de 15 a 19 Anos
MUNICÍPIO DE SÃO PAULO	992.660
Jardim Paulista	5.338
Moema	4.968
Alto de Pinheiros	3.218
Itaim Bibi	5.849
Pinheiros	4.322
Consolação	3.604
Perdizes	7.694
Vila Mariana	9.264
Santo Amaro	4.625
Lapa	4.448
Campo Belo	5.152
Mooca	4.727
Saúde	8.891
Tatuapé	6.089
Santa Cecília	4.954
Santana	9.648
Butantã	4.307
Morumbi	2.860
Liberdade	4.777
Bela Vista	4.221
Cambuci	2.303
Água Rasa	6.966
Belém	3.213
Tucuruvi	8.615
Vila Leopoldina	2.322
Campo Grande	7.885
Vila Guilherme	4.324
Carrão	6.528
Pari	1.184
Barra Funda	1.005
República	3.154
Mandaqui	9.177
Penha	10.813
Cursino	8.953
Socorro	3.566
Casa Verde	7.836
Ipiranga	8.255
Vila Formosa	8.381
Vila Matilde	9.285
Jaguara	2.386
Brás	2.018
Vila Prudente	8.903
Vila Sônia	8.196

Bom Retiro	2.128
Freguesia do Ó	13.478
São Lucas	12.331
Limão	7.745
São Domingos	7.604
Jaguareé	3.908
Aricanduva	8.884
Pirituba	15.306
Rio Pequeno	11.176
Artur Alvim	10.576
Ponte Rasa	9.615
Sé	1.563
Jabaquara	19.633
Sacomã	21.573
Cangaíba	13.112
Vila Medeiros	13.311
Cidade Líder	12.058
Vila Andrade	6.886
Tremembé	15.791
Vila Maria	10.622
Ermelino Matarazzo	10.609
José Bonifácio	11.672
São Miguel Paulista	9.523
Itaquera	20.131
Jaçanã	9.034
Raposo Tavares	9.759
Campo Limpo	19.727
Parque do Carmo	6.785
São Mateus	15.640
Perus	6.850
Vila Jacuí	14.750
Cidade Dutra	20.134
Jaraguá	15.159
Jardim São Luís	25.255
Cachoeirinha	15.075
Vila Curuçá	15.234
Guaianases	10.436
Sapopemba	29.212
Capão Redondo	25.741
Ananguera	3.554
Lajeado	16.613
São Rafael	12.496
Jardim Helena	14.745
Cidade Ademar	25.432
Brasilândia	25.425
Itaim Paulista	22.996
Pedreira	13.431
Parelheiros	10.859
Grajaú	36.044
Jardim Ângela	26.227
Cidade Tiradentes	20.763
Iguatemi	10.921
Marsilac	904

Tabela 5 - População Total, por grupos de idade, segundo subprefeituras e distritos do Município de São Paulo - 2004.

Subprefeituras e Distritos	0 a 9 Anos	10 a 17 Anos	18 a 24 Anos	25 a 59 Anos	60 Anos e Mais	Total
MUNICÍPIO DE SÃO PAULO	1.787.962	1.338.763	1.320.339	5.169.568	1.063.128	10.679.760
Aricanduva	35.292	29.761	29.587	129.595	37.920	262.155
Aricanduva	14.064	11.385	11.311	46.398	11.201	94.359
Carrão	9.213	8.088	7.741	37.146	12.859	75.047
Vila Formosa	12.015	10.288	10.535	46.051	13.860	92.749
Butantã	58.514	45.725	47.557	187.845	37.926	377.567
Butantã	5.068	4.771	5.883	26.450	8.565	50.737
Morumbi	4.259	3.282	3.924	17.473	3.937	32.875
Raposo Tavares	17.100	12.692	12.659	44.686	5.672	92.809
Rio Pequeno	18.727	14.621	14.383	55.248	10.357	113.336
Vila Sônia	13.360	10.359	10.708	43.988	9.395	87.810
Campo Limpo	105.632	74.556	73.609	255.579	29.477	538.853
Campo Limpo	38.133	27.307	26.883	95.187	12.296	199.806
Capão Redondo	49.889	36.337	35.284	118.892	13.350	253.752
Vila Andrade	17.610	10.912	11.442	41.500	3.831	85.295
Casa Verde/Cachoeirinha	52.138	39.479	38.730	148.387	32.918	311.652
Cachoeirinha	29.951	20.980	19.403	71.060	11.615	153.009
Casa Verde	10.426	9.096	9.452	39.050	11.554	79.578
Limão	11.761	9.403	9.875	38.277	9.749	79.065
Cidade Ademar	74.126	53.996	51.903	180.612	25.204	385.841
Cidade Ademar	44.668	33.623	32.756	115.566	18.079	244.692
Pedreira	29.458	20.373	19.147	65.046	7.125	141.149
Cidade Tiradentes	52.513	35.577	29.180	103.902	8.434	229.606
Cidade Tiradentes	52.513	35.577	29.180	103.902	8.434	229.606
Ermelino Matarazzo	34.574	26.772	25.623	100.294	18.809	206.072
Ermelino Matarazzo	19.683	14.659	13.994	52.572	8.287	109.195
Ponte Rasa	14.891	12.113	11.629	47.722	10.522	96.877
Freguesia/Brasilândia	75.773	53.614	50.574	188.461	34.015	402.437
Brasilândia	54.731	36.576	33.746	117.693	16.850	259.596
Freguesia do Ó	21.042	17.038	16.828	70.768	17.165	142.841
Guaianases	61.086	41.112	35.678	122.467	14.607	274.950
Guaianases	21.934	15.042	13.622	46.601	5.850	103.049
Lajeado	39.152	26.070	22.056	75.866	8.757	171.901
Ipiranga	62.141	49.568	50.139	211.481	54.844	428.173

Cursino	12.397	11.052	11.078	49.242	15.130	98.899
Ipiranga	12.528	10.054	10.967	48.078	16.519	98.146
Sacomã	37.216	28.462	28.094	114.161	23.195	231.128
Itaim Paulista	80.077	56.509	47.929	172.262	22.354	379.131
Itaim Paulista	48.560	34.380	28.798	102.944	12.455	227.137
Vila Curuçá	31.517	22.129	19.131	69.318	9.899	151.994
Itaquera	91.683	68.488	66.170	240.917	35.565	502.823
Cidade Líder	21.619	16.526	15.922	59.131	8.662	121.860
Itaquera	39.888	28.148	26.333	98.201	15.028	207.598
José Bonifácio	17.653	14.337	15.191	52.271	7.568	107.020
Parque do Carmo	12.523	9.477	8.724	31.314	4.307	66.345
Jabaquara	32.576	25.352	25.504	106.723	23.919	214.074
Jabaquara	32.576	25.352	25.504	106.723	23.919	214.074
Lapa	28.557	24.928	29.607	134.984	45.105	263.181
Barra Funda	1.230	1.072	1.415	5.942	2.447	12.106
Jaguara	3.077	2.744	2.900	12.129	3.582	24.432
Jaguaré	6.832	4.889	5.289	20.532	4.428	41.970
Lapa	5.157	4.891	5.762	28.724	12.519	57.053
Perdizes	9.054	8.623	11.171	53.866	18.019	100.733
Vila Leopoldina	3.207	2.709	3.070	13.791	4.110	26.887
M'Boi Mirim	105.779	73.069	70.477	239.640	25.409	514.374
Jardim Ângela	58.922	38.941	36.697	121.569	10.553	266.682
Jardim São Luís	46.857	34.128	33.780	118.071	14.856	247.692
Mooca	32.503	28.080	31.003	146.514	56.792	294.892
Água Rasa	9.293	8.247	8.831	40.822	15.475	82.668
Belém	4.330	3.575	4.069	17.547	7.299	36.820
Brás	3.418	2.256	2.741	11.810	2.761	22.986
Mooca	5.949	5.464	5.968	29.898	13.158	60.437
Pari	1.480	1.196	1.516	6.411	2.661	13.264
Tatuapé	8.033	7.342	7.878	40.026	15.438	78.717
Parelheiros	30.928	19.967	16.717	57.122	5.853	130.587
Marsilac	2.151	1.460	1.077	3.761	716	9.165
Parelheiros	28.777	18.507	15.640	53.361	5.137	121.422
Penha	69.635	56.389	55.678	234.673	59.303	475.678
Artur Alvim	15.998	12.958	13.886	54.427	11.982	109.251
Cangaíba	23.982	18.516	16.864	70.347	13.449	143.158
Penha	15.713	13.162	13.442	59.811	19.839	121.967
Vila Matilde	13.942	11.753	11.486	50.088	14.033	101.302
Perus	28.850	18.322	16.112	61.778	6.651	131.713
Anhanguera	12.032	7.474	6.114	25.259	1.856	52.735
Perus	16.818	10.848	9.998	36.519	4.795	78.978
Pinheiros	20.007	18.895	27.289	135.563	52.141	253.895
Alto de Pinheiros	3.706	3.515	4.785	22.448	8.055	42.509
Itaim Bibi	6.277	5.899	7.922	40.037	14.495	74.630

Jardim Paulista	5.455	5.091	8.515	41.791	17.281	78.133
Pinheiros	4.569	4.390	6.067	31.287	12.310	58.623
Pirituba	71.142	53.989	50.738	202.413	34.838	413.120
Jaraguá	32.513	23.726	20.845	78.215	8.894	164.193
Pirituba	25.352	20.171	19.203	81.198	17.090	163.014
São Domingos	13.277	10.092	10.690	43.000	8.854	85.913
Santana/Tucuruvi	37.367	33.056	36.697	162.587	48.575	318.282
Mandaqui	14.587	11.843	11.712	52.675	12.232	103.049
Santana	12.067	11.155	14.416	62.400	20.012	120.050
Tucuruvi	10.713	10.058	10.569	47.512	16.331	95.183
Santo Amaro	23.952	20.942	24.131	111.481	32.288	212.794
Campo Belo	6.575	5.625	7.347	32.684	10.931	63.162
Campo Grande	12.577	10.506	10.477	49.404	10.332	93.296
Santo Amaro	4.800	4.811	6.307	29.393	11.025	56.336
São Mateus	82.222	57.856	51.370	192.828	25.202	409.478
Iguatemi	25.558	17.747	14.818	54.091	5.100	117.314
São Mateus	27.683	21.148	19.262	75.385	12.582	156.060
São Rafael	28.981	18.961	17.290	63.352	7.520	136.104
São Miguel	80.127	56.537	50.195	181.017	27.004	394.880
Jardim Helena	31.022	21.182	18.751	64.757	8.508	144.220
São Miguel	16.954	12.634	11.646	45.058	9.582	95.874
Vila Jacuí	32.151	22.721	19.798	71.202	8.914	154.786
Sé	34.259	27.463	41.220	186.709	60.162	349.813
Bela Vista	5.487	4.304	7.382	33.299	9.895	60.367
Bom Retiro	3.240	2.348	2.891	11.798	3.895	24.172
Cambuci	2.913	2.441	2.901	12.904	5.313	26.472
Consolação	3.648	3.315	6.056	27.118	10.909	51.046
Liberdade	5.961	5.079	6.826	30.640	9.283	57.789
República	4.256	3.114	5.252	25.551	6.606	44.779
Santa Cecília	6.411	5.188	7.518	35.605	12.159	66.881
Sé	2.343	1.674	2.394	9.794	2.102	18.307
Socorro	124.207	88.432	83.292	289.496	34.217	619.644
Cidade Dutra	35.469	27.479	25.821	94.079	13.568	196.416
Grajaú	84.510	56.870	52.961	176.214	15.023	385.578
Socorro	4.228	4.083	4.510	19.203	5.626	37.650
Tremembé/Jaçanã	47.276	34.238	33.261	126.864	25.890	267.529
Jaçanã	15.451	11.616	11.428	43.344	10.538	92.377
Tremembé	31.825	22.622	21.833	83.520	15.352	175.152
Vila Maria/Vila Guilherme	43.425	34.298	35.381	140.696	38.444	292.244
Vila Guilherme	5.445	4.828	5.433	22.894	8.075	46.675
Vila Maria	17.965	13.286	13.611	52.355	13.194	110.411
Vila Medeiros	20.015	16.184	16.337	65.447	17.175	135.158
Vila Mariana	27.278	25.665	32.642	163.722	55.551	304.858

Moema	5.958	5.418	7.304	38.360	11.948	68.988
Saúde	11.109	10.273	11.925	61.308	21.191	115.806
Vila Mariana	10.211	9.974	13.413	64.054	22.412	120.064

Vila

Prudente/Sapopemba	84.323	66.128	62.346	252.956	53.711	519.464
São Lucas	19.006	15.540	15.125	67.481	17.494	134.646
Sapopemba	52.737	39.945	36.191	136.675	21.309	286.857
Vila Prudente	12.580	10.643	11.030	48.800	14.908	97.961

Fonte: Fundação Seade; IBGE.

Nota: População em 1º de julho.

ALMEIDA, E. P. de. **A metropolização-periferização brasileira no período técnico científico informacional**. Dissertação de Mestrado apresentada ao departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo: 2000.

ALVES, F. S. **Dança de Rua. Corpos e sentidos em movimento na cidade**. Trabalho de conclusão de curso apresentado ao departamento de Educação Física do Instituto de Biociências da Universidade Estadual Paulista. Rio Claro: 2001.

ALVES, Glória Da A. São Paulo: Uma Cidade Global In: Carlos, Ana Fani A.; Carreras, Carles (orgs.). **Urbanização e Mundialização. Estudos sobre a metrópole**. São Paulo: Editora Contexto, 2005.

ANDRADE, E. N. **Movimento negro juvenil: um estudo de caso sobre jovens rappers de São Bernardo do Campo**. Dissertação de Mestrado apresentada ao departamento de Metodologia de Ensino e Educação Comparada da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. São Paulo:1996.

BERNARDES, A. Metrópole global: marketing ou realidade? Uma breve análise para a cidade de São Paulo. In: **Revista Geosp – Espaço e Tempo**, n.º 02, 1997.

_____. **A contemporaneidade de São Paulo. Globalização, produção da informação e novo uso do território brasileiro**. Tese de Doutorado apresentada ao departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo: 2001.

_____. A metrópole de São Paulo e a produção da aceleração contemporânea. In: SOUZA, M. A. (Org.). **Território Brasileiro. Usos e Abusos**. Campinas: Edições Territorial, 2003.

- CANCLINI, N. G. **Consumidores e cidadãos. Conflitos multiculturais da Globalização**. 4º ed. Rio de Janeiro: editora da UFRJ, 2001.
- CARLOS, A. F. A. **A cidade**. São Paulo: Contexto, 1999.
- CASTELLS, M **A era da informação: economia, sociedade e cultura. Volume I – A sociedade em rede**. 2º ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CHESNEAUX, J. **Modernidade-Mundo**. Petrópolis: Vozes, 1995.
- CORDEIRO, H. K. **O centro da metrópole paulistana**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1980.
- DUARTE, G. R. A arte na (da) periferia: sobre ... vivências. In: ANDRADE, E. N. (org.) **Rap e Educação, Rap é Educação**. São Paulo: Sumus, 1999.
- EMPRESA METROPOLITANA DE PLANEJAMENTO DA GRANDE SÃO PAULO S.A. CD-ROON **Por dentro do Município de São Paulo**. São Paulo, 2000.
- FREITAG, B. Habermas e a filosofia da modernidade. In: **Perspectivas**, São Paulo, v. 16, p. 23 – 45, 1993.
- FRUGOLI JR., H. **Centralidade em São Paulo**. São Paulo: Cortez: Edusp, 2000.
- HABERMAS, J. Técnica e ciência enquanto ideologia. In: HABERMAS, Jürgen **Coleção Os Pensadores – Textos Escolhidos**. São Paulo: Abril Cultural, 1975.
- HERSCHMANN, M. **O Funk e o Hip Hop invadem a cena**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2000.
- IANNI, O. **A sociedade Global**. 2º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993.
- _____. **Teorias da Globalização**. 5º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- _____. Globalização e diversidade. In: IANNI, Octavio. **A era do globalismo**. 5º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

KAHIL, S. P. Uma “filosofia do espaço do homem”. In: CARLOS, A. F. A.(org.). **Ensaio de Geografia Contemporânea. Milton Santos: Obra Revisitada**. São Paulo: Hucitec, 1996.

NIGRO, Cíntia. Revitalização urbana em áreas centrais: discussões sobre o caso da cidade de São Paulo. . In: **Revista Geosp – Espaço e Tempo**, n.º 06, 1999

PIMENTEL, Spency. **O livro vermelho do Hip Hop**. Disponível em: <<http://www.realhiphop.com.br/olivrovermelho>>. Acesso em 10 de novembro de 2003.

QUITILIANO, Rachel. **Arte, movimento e atitude**. Disponível em: <<http://www.bocadaforte.com.br>>. Acesso em 05 de março de 2002.

ROBIRA, Rosa Tello Áreas Metropolitanas: espaços colonizados. In: Carlos, Ana Fani A.; Carreras, Carles (orgs.). **Urbanização e Mundialização. Estudos sobre a metrópole**. São Paulo: Editora Contexto, 2005.

ROLNIK Raquel. **São Paulo**. São Paulo: Publifolha, 2001.

SILVA, J. C. G. da. Arte e educação: a experiência do Movimento Hip Hop paulistano. In: ANDRADE, E. N. de. **Rap e educação, rap é educação**. São Paulo: Selo Negro, 1999.

SANTOS, B. de S. Os processos da globalização. In: SANTOS, Boaventura de S.(org.) **A globalização e as ciências sociais**. São Paulo: Cortez, 2002.

SANTOS, M. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. Rio de Janeiro: Francisco Alves,1979.

_____. **Metrópole corporativa fragmentada. Ocaso de São Paulo**. São Paulo: Nobel, 1990.

_____. A metrópole: modernização, involução e segmentação. In: VALLADARES, L. e PRETEDILLE (org.) **Reestruturação Urbana – Tendências e Desafios**. Rio de Janeiro: Nobel/IUPERJ. 1990b

_____. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Hucitec, 1993.

_____. **A urbanização brasileira.** 2º ed. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. **Técnica, espaço, tempo. Globalização e meio técnico científico informacional.** São Paulo: Hucitec, 1994b.

_____. **A Natureza do Espaço. Técnica e Tempo. Razão e Emoção.** 2º ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. **Por uma outra Globalização.** São Paulo: Record, 2000.

_____. Ideologias empíricas e engodo universal. In: **Correio Brasiliense.** Brasília. 20 ago. 2000.

_____. **O País Distorcido.** São Paulo: Publifolha, 2002.

SANTOS, M. SILVEIRA, M. L. **O Brasil: Território e Sociedade no início do século XXI.** São Paulo: Rio de Janeiro: Editora Record, 2001.

SASSEN, S. **As cidades na economia mundial.** São Paulo: Studio Nobel, 1998.

SILVA, J. C. G. da. Arte e Educação: a experiência do Movimento Hip Hop paulistano. In: ANDRADE, E. N. de. **Rap e educação, rap é educação.** São Paulo: Selo Negro, 1999.

SILVEIRA, M. L. Uma teoria geográfica da sociedade: razão global e razão local. In: CARLOS, A. F. A. (org.). **Ensaio de Geografia Contemporânea. Milton Santos: Obra Revisitada.** São Paulo: Hucitec, 1996.

SOUZA, M. A. **A identidade da metrópole.** São Paulo: Hucitec, 1994.

SOUZA, M. A. A Cidade: Lugar e Geografia da Existência. In: conferência foi elaborada para o **5º Simpósio Nacional de Geografia Urbana**, em Salvador da Bahia, de 21 a 24 de outubro de 1997. Disponível em <<http://www.territorial.org.br>>. Acesso em 20 de julho de 2003.

_____. (Org.). **Território Brasileiro. Usos e Abusos.** Campinas: Edições Territorial, 2003.

SOUZA, Marcelo L. de; RODRIGUES, Glauco B. **Planejamento Urbano e ativismos sociais**. São Paulo: Unesp, 2004.

SPOSATI Aldaíza. **A cidade em pedaços**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2001.

VIEIRA, S. G. **O centro vive O espetáculo da revalorização do centro de São Paulo: sobrevivência do capitalismo e apropriação do espaço**. 2002. Tese de Doutorado em Geografia – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2003.

SITES CONSULTADOS:

<<http://www.bocadaforte.com.br>>

<<http://www.carosamigos.terra.com.br>>

<<http://www.fundacaoseade.gov.br>>

<<http://www.ibge.gov.br>>

<<http://www.realhiphop.com.br>>

CDS:

Racionais MC'S (1990): Holocausto Urbano. Zimbabwe.

Racionais MC'S (1997): Sobrevivendo no Inferno. Cosa Nostra Fonográfica.

Racionais MC'S (2002): Nada como um dia após o outro. Cosa Nostra Fonográfica.

JORNAIS E REVISTAS CONSULTADOS:

Revista Caros Amigos Especial: Movimento Hip Hop. A periferia mostra seu magnífico rosto. Nº03, Setembro de 1998.

SANTOS, M. Por uma nova federação. **Correio Brasiliense**. Brasília. 16 jul. 2000.

_____. Armadilhas da integração. **Correio Brasiliense**. Brasília. 17 set. 2000.

_____. Por um modelo brasileiro de modernidade. **Correio Brasiliense**. Brasília. 15 out. 2000.

SOUZA, C. E. Gabriel traz mistura de rap com rock. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 14 out. 2001. Caderno Mais, p.11.

SANCHES, A. A Fresta de Arromba. **Folha de São Paulo**. São Paulo. 08 nov. 2001. Folha Acontece Campinas, p.5.

BENTES, I ; HERSCHMANN, M. O espetáculo do contra discurso. **Folha de São Paulo**. São Paulo. 18 ago. 2002. Caderno Mais, p. 10 e 11.

FESTIVAL de Hip Hop entra em sua 4ª edição. **Jornal Cidade de Rio Claro**. Rio Claro. 20 jul. 2003. Caderno Intervalo, p. 13.

Revista Pesquisa Fapesp. Especial São Paulo 450 anos. 2004

Revista Caros Amigos Especial: Hip Hop Hoje. O grande Sato do movimento que fala pela maioria urbana. Nº 24, Junho de 2005.

ABRAMOVAY, Mirian...et al. **Gangues, galeras, chegados e rappers: juventude, violência e cidadania nas cidades da periferia de Brasília**. Rio de Janeiro: Garamond, 1999.

ABREU, Maurício de A. O crescimento das periferias urbanas nos países do terceiro mundo: uma apresentação do tema. In: SOUZA, Maria A. A. de; SANTOS, Milton.(org.) **A construção do espaço**. São Paulo: Ed. Nobel, 1986.

ADORNO, Theodor W. ; HORKHEIMER, Max. A indústria cultural: o esclarecimento como mistificação das massas. In: ADORNO, Theodor W. ; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento**. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 1985.

ALMEIDA, E. P. O espaço e o cotidiano transformador. In: **Revista Experimental**, n.º 03, setembro, 1997.

ARROYO, M. A trama de um pensamento complexo: espaço banal, lugar e cotidiano. In: CARLOS, A. F. A. (org.). **Ensaio de Geografia Contemporânea. Milton Santos: Obra Revisitada**. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. Globalização e espaço geográfico. In: **Revista Experimental**, n.º 06, março, 1999.

BALBIM, Renato N. Fragmentação da metrópole e seletividade sócio-espacial. In: **Revista Experimental**, n.º 1, julho, 1996.

BENKO, Georges. A pós-modernidade e o geógrafo. In: **Revista Geosp – Espaço e Tempo**, n.º 06, 1999.

_____. Modernidade, pós-modernidade e ciências sociais. In: **Revista do Departamento de Geografia**, n.º 03, 1999.

CALVINO, Ítalo. Os Deuses da Cidade. In: **Revista Geosp – Espaço e Tempo**, n.º 07, 2000.

CARAPINHEIRO, Graça. A globalização do risco social. In: SANTOS, Boaventura de S.(org.) **A globalização e as ciências sociais**. São Paulo: Cortez, 2002.

CARLOS, Ana Fani A. Os lugares da metrópole: a questão dos guetos urbanos. In: CARLOS, Ana Fani A. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. A. O consumo do espaço. In: CARLOS, Ana Fani A. (org.) **Novos caminhos da Geografia**. São Paulo: Contexto, 1999.

_____. **Espaço e tempo na metrópole**. São Paulo: Contexto, 2001.

CASTELLS, Manoel. **A era da informação: economia, sociedade e cultura. Volume II – O poder da identidade**. 2º ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CAVALCANTI, Lana de S. Uma Geografia da cidade – elementos da produção do espaço urbano. In: CAVALCANTI, Lana de S.(org.) **Geografia da Cidade**. Goiânia: Alternativa, 2001.

COHN, Gabriel. Adorno e a teoria crítica da sociedade. In: COHN, Gabriel (org.) **Theodor W. Adorno**. 2º ed. São Paulo: Ática, 1994.

CORREIA, Roberto. L. **O espaço urbano**. 4º ed. São Paulo: Ática, 1999.

_____. Rede urbana e formação social – uma reflexão considerando o Brasil (ensaio). In: **Revista Território**. Ano V, n.º 08, jan./jun. 2000.

DAMIANI, Amélia L. O lugar e a produção do cotidiano. In: CARLOS, Ana Fani A. (org.) **Novos caminhos da Geografia**. São Paulo: Contexto, 1999.

FERREIRA, Antonio. J. de A. O Estado enquanto agente social urbano. In: **Revista Geosp – Espaço e Tempo**, n.º 04, 1998.

FERREZ, **Capão Pecado**. São Paulo: Labortexto, 2001.

FIGHERA, Delfina T. Redescobrimo o espaço geográfico através da técnica. In: **Revista Geosp – Espaço e Tempo**, n.º 03, março, 1998.

FORTUNA, Carlos; SILVA, Augusto S. A cidade do lado da cultura: espacialidades sociais e mobilidades de intermediação cultural. In: SANTOS, Boaventura de S.(org.) **A globalização e as ciências sociais**. São Paulo: Cortez, 2002.

HAESBAERT, R. **Territórios Alternativos**. Rio de Janeiro: Eduff, São Paulo: Contexto, 2002.

ISNARD, Hildebert. **O espaço geográfico**. Coimbra: Livraria Almedina, 1982.

KAHIL, Samira P. Psicoesfera: a modernidade perversa. In: **Revista do Departamento de Geografia**, n.º 11, 1997.

_____. O mundo no lugar: itinerário para uma geografia da existência. In: **Revista Experimental**, n.º 4/5, setembro, 1998.

KOWARICK, Lúcio. Espoliação urbana, lutas sociais e cidadania: fatias da nossa história recente. In: **Revista Espaço e Debates**, n.º 40, 1997.

LEMO, Amália I. G. de Geografia da modernidade e geografia da pós-modernidade. In: **Revista Geosp – Espaço e Tempo**, n.º 05, junho, 1999.

LENCIONI, Sandra. Mudanças na metrópole de São Paulo (Brasil) e transformações industriais. In: **Revista do Departamento de Geografia**, n.º 12, 1998.

MARICATO, Ermínia. Metrópole, legislação e desigualdade. In: **Estudos Avançados**, vol. 17, n.º 48, 2003.

MARTINS, José de S. O falso problema da exclusão e o problema social da inclusão marginal. In: MARTINS, José de S. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Ed. Paulus, 1997.

MENDES, José M. O. O desafio das identidades. In: SANTOS, Boaventura de S.(org.) **A globalização e as ciências sociais**. São Paulo: Cortez, 2002.

OLIVEIRA, Sílvia C. **Para uma análise sociossemiótica do discurso presente no texto da música de rap**. Tomo I. Tese de Doutorado apresentada ao departamento de Lingüística da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo:1999.

PASCHOA, Della Os muros mantêm a palavra (as imagens) e não se enquadram. In: **Revista Espaço & Debates**, n.º 21, 1987.

PEET, Richard. A produção cultural de formas econômicas. In: **Revista Experimental**, n.º 3, setembro, 1997.

PRÉTECEILLE, Edmond. Cidades globais e segmentação social. In: RIBEIRO, Luiz César de Q.; SANTOS Jr., Orlando A. dos. (org.) **Globalização, fragmentação e reforma urbana**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994.

ORTIZ, Renato. Cultura, modernidade e identidades. In: SCARLATO, Francisco C. et al. **O novo mapa do mundo. Globalização e Espaço Latino-Americano**.3º ed. São Paulo: Hucitec, Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 1997.

RATTNER, Henrique. Habitação e transformação social. In: HATTNER, Henrique. **Planejamento urbano e regional**. 2º ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978.

RIBEIRO, A. C. T. Lugares dos saberes: diálogos abertos. In: BRANDÃO, M. A (org.). **Milton Santos e o Brasil**. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

SALGUEIRO, Tereza B. Cidade pós-moderna: espaço fragmentado. In: **Revista Território**, n.º 4, jan./jun., 1998.

SAMPAIO, Maria R. A. de ; PEREIRA, Paulo C. X. Habitação em São Paulo. In: **Estudos Avançados**. Vol. 17, n.º 48, 2003.

SANTOS, Milton. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e método. In: **Boletim Paulista de Geografia**, n.º 54, 1977.

_____. Modo de produção técnico-científico e diferenciação espacial. In: **Revista Território**, ano IV, n.º 06, jan./jun., 1999.

SANTOS, Milton ; SILVEIRA, Maria L. Globalização e geografia: a compartimentação do espaço. In: **Caderno Prudentino de Geografia**, n.º 18, julho, 1996.

SILVEIRA Maria. L. Uma situação geográfica: do método a metodologia. In: **Revista Território**. Ano IV, n.º 06, jan./jun. 1999.

SIMMEL, Georg. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, Otávio G. (org.). **O fenômeno urbano**. 4º ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1987.

TANAKA, Marta. M. S. **Favela & Periferia**. Tese de Doutorado apresentada a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo:1993.

TASCHNER, Suzana P. Favelas: fatos e políticas. In: **Revista Espaço & Debates**, n.º 18, 1986.

_____. Degradação ambiental nas favelas em São Paulo. In: **Revista Espaço & Debates**, n.º 39, 1996.

TORRES, Haroldo da G. et al. Pobreza e espaço: padrões de segregação em São Paulo. In: **Estudos Avançados**, vol. 17, n.º 47, 2003.

TRINDADE Jr., Saint-Clair C. da. Agentes, redes e territorialidades urbanas. In: **Revista Território**, n.º 5, jul./dez, 1998.

WEBER, Max. A ciência como vocação. In: WEBER, Max. **Ensaio de Sociologia**. 5º ed. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1982.

VASCONCELOS, Pedro de A. A cidade, o urbano, o lugar. In: **Revista Geousp – Espaço e Tempo**, n.º 06, 1999.

VÉRAS, Maura B.; TASCHNER, Suzana P. Evolução e mudanças das favelas paulistanas. In: **Revista Espaço & Debates**, n.º 31, 1990.